

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

DANIEL BONIN BARRETO

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO JORNAL TRIBUNA DE ITARARÉ: A
IMPrensa COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

PONTA GROSSA
2021

DANIEL BONIN BARRETO

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO JORNAL TRIBUNA DE ITARARÉ: A
IMPrensa COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre em Ensino de História, no
Programa de Pós-Graduação em Ensino de
História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Mazurok
Schactae.

PONTA GROSSA
2021

B273 Barreto, Daniel Bonin
O golpe civil-militar de 1964 no jornal Tribuna de Itararé: a imprensa como fonte para o ensino de História / Daniel Bonin Barreto. Ponta Grossa, 2021. 157 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Mazurok Schactae.

1. Golpe de 1964. 2. Ensino de História. 3. Tribuna de Itararé. 4. Imprensa. 5. Representações. I. Schactae, Andréa Mazurok. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III.T.

CDD: 981.61



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



TERMO DE APROVAÇÃO

DANIEL BONIN BARRETO

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO JORNAL TRIBUNA DE ITARARÉ: A IMPRENSA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 23 de fevereiro de 2021, pela seguinte banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Andréa Mazurok Schactae (UEPG - Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Christiane Marques Szesz (UEPG)

Prof. Dr. Osvaldo Rodrigues Júnior (UFMT)

Prof^ª. Dr^ª. Maura Regina Petruski (UEPG)

Ponta Grossa, 23 de fevereiro de 2021.

Aos professores e professoras de História, que em tempos obscuros, não desistiram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Andréa Mazurok Schactae, pelas inúmeras leituras do texto, correções, paciência e incentivo durante a realização de todas as etapas deste trabalho.

Aos meus pais, pelo amor, exemplo, respeito e compreensão nos momentos de ausência.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Rodrigues Júnior, por sua dedicada leitura, reflexões e sugestões que qualificaram em muitos aspectos este trabalho e me ajudaram a pensá-lo nas aulas de História.

À Prof^a. Dr^a. Christiane Marques Szesz, pelo interesse no tema da pesquisa e pelas contribuições bibliográficas apresentadas nas aulas e durante a banca de qualificação.

À Prof^a. Dr^a. Maura Regina Petruski, pelas palavras de incentivo e sugestões na escrita do caderno temático.

A todos os Professores do Mestrado em Ensino de História da UEPG, representados pelos coordenadores, Prof^a. Dr^a. Angela Ribeiro Ferreira e Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello, meus agradecimentos pela oportunidade de conhecê-los e por conviver com excelentes profissionais, que contribuíram com a realização de um sonho.

Aos colegas professores da turma do mestrado - transformados em amigos - que tive o privilégio de conhecer e partilhar viagens, histórias e experiências em sala de aula.

Ao Marcus Vinicius, companheiro de estrada entre Itararé e Ponta Grossa e amigo para todas as horas.

Ao Felipe, por me receber em sua casa quando precisei ficar em Ponta Grossa.

Ao Allan e à Flavia, amigos que acreditaram nesta pesquisa.

À Jandira Jansson, por disponibilizar as fotos do acervo de Claro Jansson.

À Viviane, bibliotecária da Biblioteca Municipal de Itararé, sempre disposta a ajudar na localização das edições do jornal Tribuna de Itararé e de outros documentos.

À CAPES, pelo auxílio financeiro concedido durante o mestrado.

Aos meus alunos, por compreenderem meus momentos de dificuldade e por sempre me receberem em sala de aula, depois das viagens, com um sorriso no rosto. Isso não tem preço.

Por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

(Marc Bloch)

A dor da gente não sai no jornal.

(Chico Buarque)

RESUMO

O Golpe civil-militar de 1964 é um acontecimento recente da história do Brasil que, mesmo depois de mais de cinquenta anos, ainda suscita disputas de narrativas. Nos últimos anos, a revisão do tema passou a ser apropriada por grupos revisionistas que pretendem oferecer “uma outra versão” sobre esse episódio. A deposição do Presidente João Goulart contou com o apoio de diferentes setores da sociedade brasileira, entre eles, a imprensa. Neste trabalho, nosso objetivo é investigar como o jornal Tribuna de Itararé, da cidade de Itararé-SP, se posicionou diante da crise política brasileira da década de 1960 e da disputa entre dois modelos de sociedade (o capitalismo e o comunismo), um acirramento que contribuiu para o golpe de Estado, e apresentar uma proposta de uso dessa fonte no ensino da História. Seleccionamos publicações do jornal do início de 1960 até 1964, assim como a memória que foi construída pelo jornal sobre seu passado. Também voltamos o olhar para a historiografia sobre o Golpe de 1964, priorizando pesquisas que utilizaram a imprensa como fonte. A metodologia utilizada na pesquisa foi a análise de conteúdo, a partir de Bardin (2006) e os conceitos utilizados foram os de representações, com base em Moscovici (2007) e Jodelet (2012), e memória, segundo Nora (1993) e Pollak (1989). Como resultado, oferecemos um caderno de fontes, com sugestões metodológicas e atividades, destinado a professores e professoras, para o uso da imprensa e do jornal Tribunal de Itararé nas aulas de História. Dessa forma, pretendemos contribuir com a valorização da história local e com um ensino de História crítico e resistente a ideias antidemocráticas que rodeiam nossa sociedade.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Ensino de História. Tribuna de Itararé. Imprensa. Representações.

ABSTRACT

The 1964 Civil-Military Coup is a recent event in the Brazilian history which, even after more than fifty years, still gives rise to narrative disputes. In recent years, the revision of the theme has been appropriated by revisionist groups that intend to offer “another version” of this episode. The deposition of President João Goulart had the support from different sectors of Brazilian society, including the official press. In the present work, our main goal is investigating how the newspaper *Tribuna de Itararé*, from the city of Itararé-SP, positioned itself in face of the Brazilian political crisis of the 1960s and the dispute between two models of society (capitalism and communism), an escalation that contributed to the coup d'état, and presenting a proposal for the use of this source in History Teaching. We selected publications of the newspaper from early 1960 until 1964, as well as the memory built by the newspaper about its own past. We also turned our attention to the 1964 coup's historiography while prioritizing research which used the press as a source. The methodology used in the research was the analysis of content, from Bardin (2006) and the concepts used were those of representations, based on Moscovici (2007) and Jodelet (2012), and memory, according to Nora (1993) and Pollak (1989). As a result, we offer a book of sources with methodological suggestions and activities to be used by History teachers during their classes. In this way, we intend to contribute to the valorization of local history and to a history teaching that is critical and resistant to anti-democratic ideas which surround our society.

Keywords: 1964 Coup. Teaching History. *Tribuna de Itararé*. Press. Representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – GOLPE DE ESTADO DE 1964 E SUA REPRESENTAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA	16
1.1 AS INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DO GOLPE DE 1964 EM LIVROS DIDÁTICOS.....	17
1.2 GOLPE DE ESTADO: CONCEITUAÇÕES E O CASO BRASILEIRO	25
1.2.1 O conceito de golpe de Estado.....	25
1.2.2 Golpe de 1964: Um golpe militar ou civil-militar?.....	26
1.3 REVISIONISMO SOBRE O GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR.....	29
CAPÍTULO 2 – TRIBUNA DE ITARARÉ, IMPRENSA NACIONAL E O GOLPE DE 1964: FONTES E REPRESENTAÇÕES	38
2.1 A IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA	38
2.2 IMPRENSA E HISTÓRIA POLÍTICA EM ITARARÉ-SP	40
2.2.1 Tribuna de Itararé: “Um jornal a serviço do povo”?.....	45
2.3 A HISTORIOGRAFIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA NO GOLPE DE 1964.....	50
CAPÍTULO 3 – DO “CIVISMO DO BOM” À “REVOLUÇÃO EM CONCORDATA”: O GOLPE DE 1964 NA TRIBUNA DE ITARARÉ	57
3.1 A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1960	58
3.2 “VOCÊ SABIA QUE...”: ANTICOMUNISMO FOI NOTÍCIA EM ITARARÉ (1958 – 1962)	62
3.3 “CHEGOU A HORA DE DIZER NÃO!”: O PLEBISCITO DE JANEIRO DE 1963	68
3.4 1963: UM ANO DE CRISES NO BRASIL E NO MUNDO	71
3.5 “REVOLUÇÃO SEM SANGUE”? O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.....	76
3.6 AS EFEMÉRIDES DO GOLPE DE ESTADO DE 1964	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A – CADERNO TEMÁTICO: O ENSINO SOBRE O GOLPE DE 1964 ATRAVÉS DA IMPRENSA DE ITARARÉ-SP	110

INTRODUÇÃO

A passagem da década de 1950 para 1960 tinha tudo para ser o prenúncio de uma década promissora de desenvolvimento social, econômico e cultural do Brasil. Produziu movimentos entre os quais a Bossa Nova, O Cinema Novo e o CPC (Centro Popular de Cultura), que fortaleceram a identidade nacional e apresentaram ao mundo um País mais diverso, apesar da permanência das desigualdades sociais.

Como efeitos dessa onda, pela primeira e única vez o Brasil foi premiado como melhor filme no Festival de Cannes, na França, com a obra *O Pagador de Promessas* (1962), de Anselmo Duarte. Esse sucesso também acontecia nos esportes, que conquistavam resultados históricos, como o bicampeonato mundial de futebol (1958 e 1962) e os títulos mundiais de tênis, de Maria Esther Bueno, e de boxe, de Eder Jofre.

Na política nacional, com a posse de João Goulart, em setembro de 1961, o Brasil teve condições efetivas de aprovar uma agenda política favorável para diminuição das desigualdades e contradições sociais no território. Esse projeto era conduzido pelas reformas de base. Estavam em jogo questões como o voto do analfabeto, reforma agrária e nacionalismo econômico, que “não permitiam grandes conchavos à brasileira” (NAPOLITANO, 2014, p. 17).

Como sabemos, por estarmos distantes mais de cinquenta anos desse período, o sonho de um País menos desigual e reformista foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964. Essa não foi a primeira vez que o País foi alvo de um golpe de Estado, visto que a própria república brasileira foi inaugurada por um golpe do tipo militar em 1889. Ao longo de nossa história, outras intervenções e casos de quebra institucional ocorreram, como em 1930, 1937, 1945, 1954 e mais recentemente, em 2016, sendo cada um desses episódios motivados por razões específicas e parte de um contexto histórico particular.

Segundo Aquino (2004, p. 90), o episódio de 1964 não se define como somente “mais um dos casos” de intervenções de forças opositoras na história do Brasil, mas é parte permanente da tradição de “golpistas de primeira hora” atribuída aos militares brasileiros. Sua especificidade está no que Gorender (2014) considera ser a primeira vez que as Forças Armadas brasileiras como instituição assumiram o poder, que com o passar dos anos, pôs em prática uma forma de sucessão presidencial através de eleições indiretas entre nomes de altos comandos militares, atitude que serviu como suposta veste de legalidade, afinal, alterava-se o nome do Presidente ditador que governava o País.

Nesse sentido, entendemos que o golpe é um tipo de acontecimento que marca sua data na memória coletiva de um povo. Isso ocorre quando fatos históricos se sucedem em um ritmo rápido e têm suas transformações marcadas em datas precisas, como são os golpes de Estado que modificam os regimes políticos (RÉMOND, 2003).

O contexto da Guerra Fria é um pano de fundo importante para entendermos o golpe no Brasil e em outros países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Essa proliferação de golpes ficou tão evidente que nos anos 1970 o golpe de Estado era o principal método de sucessão de governos, capaz de atingir mais da metade dos países do mundo (BOBBIO, 1998, p. 545).

Do golpe de Estado logo se estabeleceu no Brasil uma ditadura que se estendeu por vinte e um anos e produziu inúmeras implicações. Se instalou um regime autoritário que cassou mandatos parlamentares, suspendeu direitos políticos, entre eles os de 3 ex-Presidentes, dissolveu partidos, censurou os meios de comunicação e impediu a realização de eleições diretas para Presidente. Aliás, não houve eleição direta para Presidente durante 29 anos, entre 1960 (eleição de Jânio Quadros) e 1989 (eleição de Fernando Collor).

No campo econômico a ditadura militar aprofundou a concentração de renda agravada por medidas de arrocho salarial. Além disso foi durante o regime militar que se deu a criação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em substituição a garantia que o empregado do setor privado tinha de estabilidade no emprego após dez anos trabalhados na mesma empresa, o que flexibilizou as relações de trabalho e permitiu que as empresas demitissem os trabalhadores a um custo baixo (NAPOLITANO, 2014).

O ensino de História também teve seu legado comprometido. Logo após o golpe, a coleção didática “*História Nova do Brasil*”, produzida no início de 1964 por historiadores do Instituto Superior e Estudos Brasileiros (ISEB), com o apoio do Ministério da Educação, foi alvo de um Inquérito Policial Militar (IPM). As obras foram apreendidas e seus autores, entre eles o coordenador da coleção, Nelson Werneck Sodré, foram presos (BITTENCOURT, 2018).

Esse regime autoritário, investigado por Silva (1985), a partir dos depoimentos colhidos de professores e estudantes, produziu, conforme o título de sua obra, a “deformação da História”. As decisões tomadas após o golpe afetaram o cotidiano das aulas, a carreira de professores e professoras e uma concepção muito particular de História a ser ensinada. Segundo ele, “aquilo que a história oficial pós-1964 e particularmente pós-1969 procurava silenciar era toda e qualquer concepção socialmente crítica de história, especialmente, como a marxista” (SILVA, 1985, 10).

O ano de 1969 foi simbólico para o agravamento do cenário de ensino das Humanidades, pois além dos efeitos do AI-5¹, foi a partir deste ano que foram publicadas leis que alteraram de forma significativa a concepção da disciplina de História. Primeiro, foi assinado o Decreto-lei nº 869, de 1969, que tornou obrigatório nas escolas brasileiras a disciplina de Educação Moral e Cívica, que reuniu conteúdos ufanistas voltados para exaltar os heróis da Pátria e difundir os “ideais cívicos cultuados pelos militares” (LOURENÇO, 2010, p. 100).

Em seguida, foi promulgada a Lei nº 5.692 de 1971, através da qual as disciplinas de História e Geografia foram dissolvidas e substituídas por Estudos Sociais, passando a integrar as aulas do Ensino Fundamental. Uma das consequências mais visíveis da decretação desta lei foi a criação de cursos de Licenciatura Curta, o que prejudicou a formação de professores e seu contato com a pesquisa historiográfica (BITTENCOURT, 2018).

Além de que as constantes intervenções alteraram o panorama do ensino de Humanidades, transformando-o numa proposta profissionalizante e de formação de força de trabalho, passando a “integrar” o educando sem “perspectiva de mudança, sequer de crítica ao sistema”, mas de apenas inseri-lo em seu meio (LOURENÇO, 2010, p. 99).

A mídia brasileira foi outra esfera que se relacionou com o golpe de Estado. Grandes jornais brasileiros de circulação nacional em 1964, como O Globo, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo apoiaram a deposição de João Goulart. Alguns deles tiveram que conviver anos depois com a censura prévia em suas redações, como foi o caso da que atingiu o Estado de S. Paulo entre 1972 e 1975 (NAPOLITANO, 2014).

Isso não significa que a imprensa brasileira serviu somente como um elemento de apoio civil ao golpe. O diretor e proprietário do jornal Última Hora, Samuel Weiner, que se manteve ao lado de Jango, teve seus direitos políticos cassados. Na mídia televisiva, um caso expressivo é o do empresário Mário Wallace Simonsen, proprietário da companhia aérea Panair do Brasil e da TV Excelsior. Após o golpe, Simonsen viu seu grupo desmanchar, primeiro pela concessão de voo de sua companhia cassada e depois pelas intervenções que seu canal de televisão sofreu pelos militares. Segundo a Comissão Nacional da Verdade², a perseguição que atingiu o

¹ O Ato Institucional nº 5 foi o mais duro ato da ditadura militar. Decretado em 13 de dezembro de 1968, foi válido até dezembro de 1978. Entre suas principais decisões estavam o fechamento do Congresso Nacional, e de algumas assembleias legislativas estaduais e câmaras de vereadores, a cassação do mandato de mais de sessenta parlamentares e de ministros do Supremo Tribunal Federal, a suspensão por dez anos dos direitos políticos de cidadãos considerados subversivos, a suspensão do habeas corpus e a censura prévia aos meios de comunicação.

² Criada no governo de Dilma Rousseff, pela lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade foi um órgão encarregado de investigar e esclarecer perseguições políticas e violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Apesar desse recorte amplo, o foco principal da Comissão se deu sobre a ditadura militar (1964 – 1985). Os trabalhos foram encerrados em dezembro de 2014 com a produção de um relatório final. Em que pese o esforço do Estado brasileiro à época, a Comissão não teve caráter punitivo ou indenizatório. Para mais informações, consultar Araujo, Fico e Grin (2012).

empresário se deu por ele não compactuar com a conspiração e defender o cumprimento legal do governo de João Goulart (SASAKI, 2014).

Nessa perspectiva, esse trabalho pretende investigar a posição que o jornal Tribuna de Itararé, da cidade de Itararé-SP, teve na ruptura de 1964. Como objeto de análise propomos o estudo das representações que derivam do golpe de Estado, problematizadas a partir do jornal e da construção de sua representação sobre esse episódio. Recorte temporal que acreditamos ser fecundo para o uso de periódicos no ensino de História.

Fundado em 1º de janeiro de 1949, o jornal foi engendrado como representante do diretório municipal da UDN (União Democrática Nacional) de Itararé, fazendo oposição ao grupo político ligado a Getúlio Vargas que governou a cidade em parte das décadas de 1930 e 1940, na ditadura do Estado Novo. Sua circulação teve início a partir da criação da Impressora Bandeirante S/A, composta por 33 acionistas (entre eles empresários, políticos e profissionais liberais), do qual seu primeiro diretor foi Heitor Guimarães Côrtes, então Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itararé pela UDN.

A Tribuna de Itararé teve um percurso longo na história de Itararé e da região sudoeste do estado de São Paulo, representando momentos importantes da história política brasileira, entre os quais a década de 1960, na qual seu discurso sobre o cenário político do Brasil, despertou o interesse em investigarmos com mais profundidade a trajetória do jornal.

Por quase sete décadas, e até o fim das publicações, a periodicidade de circulação da Tribuna foi semanal, tendo o jornal passado ao longo desse período por mudanças em torno de seus proprietários e inclusive uma lacuna de cinco meses sem circular no ano de 1955. Foi prestes a completar 70 anos, em 29 de março de 2018, que sua última edição foi às bancas, de nº 3.347. Parte de seu acervo encontra-se armazenado na Biblioteca Municipal de Itararé Dr. Armando de Salles Oliveira.³

Temos como referencial o conceito de representações, importante campo teórico para o estudo de como ideias se expressam na construção de discursos. Este fenômeno é compreendido por Moscovici (2007) como parte da maneira com a qual nos relacionamos com o mundo. “Em outras palavras, nós percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, idéias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase-físico, em que nós vivemos” (MOSCOVICI, 2007, p. 30).

Segundo Jodelet (2001) não há representação sem um objeto específico a ser representado, analisado e em certo sentido, “julgado” pelas interpretações decorrentes. Esse é

³ Na biblioteca estão disponíveis para consulta edições entre os anos de 1949-1980; 1986-1988; 1990-1998 e 2000-2007.

“um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, quanto uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma idéia, uma teoria” (JODELET, 2001, p. 22).

Dessa forma, o uso da imprensa como fonte e seu diálogo com o conceito das representações políticas de uma época é extremamente válido no trabalho de reconstrução do passado pelo historiador. O crescimento e o protagonismo que a imprensa recebeu a partir da terceira geração da escola dos Annales e da Nova História Política tornaram mais frequente sua consulta, permitindo a leitura desse tipo de documento e do estudo de suas “imagens”, porque a “imprensa apresenta, além dos textos escritos, imagens produzidas por palavras (manchetes, títulos), fotografias, pinturas e desenhos” (CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 248).

Nesse sentido, podemos refletir o porquê de se trabalhar com fontes impressas e ensinar sobre momentos de ruptura democrática. Em primeiro lugar pela importância desse tema na contemporaneidade, que é marcada pelo aprofundamento de discursos que relativizam e negam o caráter prejudicial do golpe de Estado de 1964 para a formação crítica de uma geração da sociedade brasileira.

Também consideramos o ensino de História sobre o golpe de 1964 como um tema sensível que gera controvérsias e está envolvido em confrontos de valores e narrativas. Sua inserção nas aulas de História aborda um conteúdo que gera representações na sociedade. Segundo Gil e Eugênio (2018, p. 145) a abordagem dos temas sensíveis se soma “à complexidade de seu tratamento em sala de aula: eles envolvem pertencimentos, identidades e prioridades em conflito, suscitam emoções”.

Além disso, trazer para as aulas de História documentos que foram produzidos na cidade onde o estudante mora pode despertar seu interesse no trabalho de pesquisa do historiador que encontra “pistas” sobre o passado no mesmo local de sua residência. Não queremos com isso criar “pequenos historiadores”, mas mostrar ser viável a aproximação entre a história ensinada de um tema de amplitude nacional com fontes que tratam desse tema na história local, o que ajuda a “relativizar a idéia de processos históricos amplos (nacionais) submetidos a uma lógica, apenas” (CERRI, 2005, p. 29).

Desse modo, acreditamos que o potencial de um jornal local para a pesquisa e o ensino de História está em estabelecer vínculos entre o espaço particular e o global, o local e o nacional, o que revela a complexidade das representações de agentes políticos na imprensa, se constituindo em uma possibilidade fértil para a construção do conhecimento histórico.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, já contando com a proposta do caderno de atividades. No primeiro capítulo vamos estudar as representações que a historiografia

produziu sobre o golpe de 1964 através da problematização desse conceito e do debate historiográfico em torno de suas particularidades, como o conceito de “golpe civil-militar”. Em seguida vamos analisar as produções historiográficas a partir do ano de 2010 que investigam os avanços e retrocesso nas representações dos conteúdos do golpe e da ditadura militar em livros didáticos de História para o 9º ano do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio.

Esse capítulo se encerra com a investigação de como esse tema sensível se tornou um dos preferidos dos revisionistas na história recente do Brasil. Vamos passar por uma discussão de alguns trabalhos revisionistas de jornalistas e historiadores publicados após os anos 2000 e com relativo espaço na mídia, que tentam relativizar os danos causados pela tomada do poder e amenizar os efeitos da ditadura militar. Buscamos com isso compreender a relação entre o surgimento dessas leituras com o contexto político em que foram escritas e de que maneira os professores historiadores podem se contrapor a essas narrativas.

O segundo capítulo passa pela história política, o conceito de representações e o papel da imprensa na articulação para o golpe de 1964. Problematizamos o uso da imprensa como fonte e objeto de estudo. Disso, passaremos para a análise de como a historiografia que pesquisa jornais da grande imprensa do Brasil tem compreendido a posição e as tensões que envolveram o apoio civil desses periódicos à queda de João Goulart.

Da grande imprensa do Brasil em 1964 passamos no terceiro capítulo a entender como o jornal Tribuna de Itararé representou o golpe. Selecionamos e dividimos as fontes através da metodologia de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2006). Dentro dos diversos domínios possíveis dessa abordagem metodológica está o código linguístico escrito, de onde se insere o suporte de comunicação de massa. Para Bardin (2006, p. 30), é nesse tipo de suporte que os jornais podem ser classificados.

Através deste método, a problematização dos documentos passa por um tipo de análise que privilegia o alcance de dois objetivos: tanto a superação da incerteza que podemos ter ao ler os documentos uma única vez quanto o enriquecimento que a leitura minuciosa das fontes oferece à pesquisa:

- a *superação da incerteza*: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta “visão” muito pessoal, ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?
- e o *enriquecimento* da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significação susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos que a *priori* não detínhamos a compreensão (BARDIN, 2006, p. 25, grifo da autora).

A partir da desconstrução das representações presentes no jornal pretendemos entender quais narrativas sobre o governo de João Goulart, a tomada do poder pela conspiração civil-militar, questões relativas à Guerra Fria, entre outros elementos se fizeram presentes nos textos escritos por diferentes autores no semanário. Nesse processo de desconstrução da imprensa é importante o destaque ao texto e o contexto, isto é, relacionar as ideias contidas nos textos analisados com o cenário nacional e internacional daquela época. “Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 540).

O Caderno Temático que acompanha esse trabalho é uma ferramenta que oferece ao professor e a professora de História, quando do ensino sobre o golpe de 1964, sugestões de atividades que se utilizam de fontes impressas e de sua problematização como um documento histórico que possa reconstruir as ideias políticas daquele contexto, explorando os novos caminhos que o potencial das representações traz ao trabalho do historiador.

Esse material não ambiciona ser um passo-a-passo de como trabalhar com o tema ou de como utilizar determinada tipologia de fontes nas aulas de História. O que pretendemos é aproximar a profissão de professor de História da de pesquisador, apresentando as múltiplas leituras de um período e incentivar a elaboração de outros materiais com fontes da história local, de maneira que possamos reconhecer que o trabalho do historiador “não reproduz ‘o que realmente aconteceu’, tanto quanto o representa de um posto de vista particular” (BURKE, 1992, p. 337).

Finalizamos a introdução com as considerações de Silva e Silva (2013) sobre a importância do estudo de golpes de Estado nas aulas de História. Compreender essas experiências que marcaram tão profundamente nossa história recente possibilita discutirmos diferentes temas sensíveis na sala de aula, “como a falta de consciência social, de cidadania e de participação política no Brasil e na América Latina. Uma carência que permite a existência de golpes de Estado e de outras mazelas políticas da região” (SILVA; SILVA, 2013, p. 177).

CAPÍTULO 1

GOLPE DE ESTADO DE 1964 E SUA REPRESENTAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA

Passados mais de cinquenta anos da deposição do presidente João Goulart, as representações criadas sobre este acontecimento são parte considerável da produção historiográfica brasileira recente. O ano de 2014, por exemplo, na efeméride dos cinquenta anos do golpe, viu circular nas prateleiras das livrarias uma diversidade de obras de historiadores brasileiros, como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), Marcos Napolitano (2014), Carlos Fico (2014), dentre outros sobre este tema, representado em diferentes óticas, o que demonstra ser este um evento complexo e cuja memória ainda está em disputa, em vista das manifestações antidemocráticas realizadas em abril de 2020, que saíram às ruas favoráveis ao retorno do regime militar, das quais o atual Presidente da República participou (PODER 360, 2020).

Essas manifestações foram prontamente repudiadas por parte dos setores políticos e de diferentes entidades da sociedade civil (G1 – BRASÍLIA, 2020). Assim, o estudo sobre as representações do golpe de 1964 está longe de ser esgotado em função do reconhecimento de que ao estudarmos as fontes sobre esse assunto devemos nos atentar para o contexto de sua produção. Segundo Moscovici (2007), a pesquisa sobre um objeto não pode deixar de considerar como as informações sobre ele foram construídas, de maneira que “nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações ‘superimpostas’ aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis” (MOSCOVICI, 2007, p. 33).

Interpretamos as representações referentes a esse assunto em sintonia com a nova história política. Essa união oferece uma maior “possibilidade de aproximações fecundas com as pesquisas sobre toda espécie de temas que permitem inscrever os comportamentos especificamente políticos na perspectiva mais ampla da prática social” (RÉMOND, 2003, p. 30).

Desse modo, buscamos investigar as múltiplas representações desse acontecimento que hoje tem impacto na memória coletiva⁴ dos brasileiros. Para isso vamos nos dedicar a seguinte sequência que nos ajudará a discutir as visões sobre o golpe de 1964: primeiro, pelo estudo das representações da historiografia sobre a presença deste conteúdo nos livros didáticos, passando

⁴ A noção de memória coletiva diz respeito a um conjunto de lembranças que são agrupadas e distribuídas na memória de um grupo social. Para Halbwachs (2012, p. 71) elas se diferenciam da memória individual ou pessoal, pois ao contrário dessa última, não representam memórias parciais dentro de uma sociedade, mas uma evocação de vestígios que contribuem para “manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo”.

pelas interpretações na historiografia sobre a deposição de João Goulart em 1964 e finalizando com o estudo em torno do movimento de revisão e negação desse evento, analisando algumas das produções que relativizam as consequências do golpe e oferecem um grande perigo para a democracia brasileira no tratamento de questões sensíveis.

1. 1 AS INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DO GOLPE DE 1964 EM LIVROS DIDÁTICOS

Os livros didáticos de História constituem uma fonte relevante para entendermos como as representações sobre o golpe de 1964 foram construídas e se deslocaram em recortes temporais que vão do final da ditadura militar (1985) até o início da década de 2010. A historiografia sobre a presença de capítulos que abordam a ditadura militar nos livros didáticos tem como fonte diferentes materiais, produzidos ainda no período da ditadura ou após o seu término, contribuindo para a diversificação da temática, permitindo analisá-la enquanto elemento fundamental das políticas públicas em educação, das práticas didáticas e também da constituição e transmissão dos saberes e da cultura escolar (SCHRÖDER; MASIERO, 2013, p. 2).

Essa historiografia investiga como determinadas particularidades dentro da narrativa, presente em cada obra, dialogam com elementos do contexto político em que foram escritas. Nesse aspecto devemos prestar atenção sobre a relação com que os autores dos livros estabelecem com seu tempo histórico. Eles “não são simples espectadores de seu tempo”, mas agentes históricos que escrevem um texto específico para um público, geralmente de adolescentes, o que define o livro didático como um objeto que “modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável” (CHOPPIN, 2004, p. 557).

O livro didático deve ser pensado como um objeto complexo do conhecimento histórico. Por ser um objeto de “múltiplas facetas”, é utilizado em diferentes momentos na escola, assim como se apresenta como uma fonte de informação para o estudante e sua família, visto que o livro é em muitas situações levado para casa, faz parte da rotina das tarefas solicitadas pelo professor e é manuseado pelos familiares do estudante (BITTENCOURT, 2009, p. 301).

Como o Estado se destaca como o principal comprador dos livros didáticos, ele influencia no poder econômico das editoras. No Brasil, os livros didáticos “correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional (CHOPPIN, 2004, p. 551). Números mais

recentes, do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), indicam que entre o final de 2019 e o início de 2020, o governo federal adquiriu 172.571.931 exemplares ao custo de R\$ 1.390.201.035,55 (FNDE, 2020). Dados que demonstram o poder econômico em torno da produção desses livros.

Escrito para professores e alunos, o livro didático atinge duas categorias de leitores, proporcionando leituras específicas a cada um dos grupos. Isso não significa que os livros didáticos representem apenas “uma mera transposição de um saber acadêmico para um saber escolar. As disciplinas escolares não são reflexo nem vulgarização dos saberes da pesquisa acadêmica” (PEREIRA; PEREIRA, 2011, p. 210). A discussão é mais complexa e passa pela noção de que essas obras são escritas por historiadores, atores sociais, com um percurso formativo específico, que, contudo, precisam estar em acordo com as diretrizes do Ministério da Educação para que seus títulos sejam aprovados.

Nesta medida, não há um modelo de livro didático ideal, mas, pela complexidade envolvida em sua produção, esse material tem vantagens e desvantagens. Assim, cada livro didático deve ser também pensado em sua dimensão material, “por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista” (BITTENCOURT, 2009, p. 301). Pensar no livro didático como inserido em uma lógica maior, dos interesses do mercado e na forma que este elemento influencia na produção dos livros, pode nos ajudar a entender as escolhas que as editoras fazem para sua produção.

Para Choppin (2004, p. 553), os livros didáticos têm quatro funções essenciais que são: função referencial, função instrumental, função ideológica e função documental. Sua identificação pode variar sensivelmente, segundo a época, as disciplinas e o ambiente sociocultural (CHOPPIN, 2004). Sendo importante observá-las para compreender a natureza de um livro didático a ser analisado. Principalmente em ditaduras, como a que tivemos no Brasil por vinte e um anos, quando o livro didático serviu como representação política dos governos.

No entanto, como adverte Munakata (1998), ao notar o crescimento de pesquisas que pretendiam localizar a “ideologia” nos livros didáticos, o excesso de análises pode se transformar em uma forma de “caça às bruxas”, no sentido de encontrar algum elemento que represente um tipo de ideologia que é desconstruído à exaustão nos livros didáticos. O autor não nega a relevância desta prática, mas entende que assim como havia uma ideologia nos livros que faziam apologia à ditadura, ela também existia naqueles que pareceriam neutros ou críticos ao regime ditatorial: “a neutralidade, sabe-se, é um engodo e a ‘postura crítica’ pode muitas vezes fazer o ‘jogo do inimigo’” (MUNAKATA, 1998, p. 272).

A pesquisa de Pereira e Pereira (2011), reuniu 60 livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio produzidos entre as décadas de 1970 e 2000. Os livros didáticos estudados apresentam diversas razões para explicar o golpe de 1964, que os autores caracterizam como “origens” do “acontecimento traumático de 1964” (PEREIRA; PEREIRA, 2011, p. 199). Entre as origens mais frequentes apresentadas pelos autores dos livros didáticos analisados estão: “crise econômica, política e social”; a “renúncia de Jânio Quadros”; a “crise do populismo”; e a “oposição ao governo Goulart” (PEREIRA; PEREIRA, 2011, p. 200-205).

Os livros didáticos consultados atravessam um período amplo na história política brasileira, sendo as primeiras obras presentes nos anos 1970, num período de consolidação da ditadura militar brasileira. Fonseca (1993) lembra que dos anos 1960 até o início da década de 1970 o papel da escola passou a ser repensado na perspectiva do Estado capitalista. No Brasil ocorreu a “massificação do ensino”, acompanhada de “considerável ampliação das condições de modernidade da indústria de produtos educacionais e culturais” (FONSECA, 1993, p. 136). Nessas condições, a partir de 1970:

Houve uma adoção em massa de livros didáticos, incentivada pelo Estado e pela indústria editorial brasileira, em plena expansão, através dos incentivos estatais. [...] Os governos militares pós-64 incentivaram a indústria editorial brasileira de diversas formas. Em primeiro lugar, puseram fim ao projeto do governo Jânio Quadros/João Goulart, visando à padronização do livro didático, além de concentrar sua produção e distribuição nas mãos do Ministério da Educação. A partir daí, estabeleceu-se a isenção de impostos a todas as fases de produção e comercialização de livros, jornais e periódicos (FONSECA, 1993, p. 137).

Por sua vez, a escrita dos livros didáticos dialoga não somente com o contexto político e social do País, mas também com as perspectivas historiográficas. Seus autores fazem uso de novos estudos trazidos da historiografia em pesquisas recentes, que permite a reinterpretação das causas do golpe de 1964, como lembra Pereira e Pereira (2011). Enquanto nos livros das décadas de 1970 e 1980 as origens do golpe se relacionavam com problemas econômicos e com a inabilidade de Goulart como Presidente, a partir da década de 1990 os livros têm outras interpretações, como disputas entre setores da esquerda e da direita, acontecimentos de março de 1964 que desestabilizam o governo de Goulart e a leitura do golpe como um evento adiado de 1961, remontando suas origens para a renúncia de Jânio e a tentativa de golpe de Estado dos ministros militares na crise que quase culminou com o impedimento de Goulart assumir a presidência (PEREIRA; PEREIRA, 2011, p. 206).

Ainda na década de 1980 algumas editoras renovaram a produção de seus manuais didáticos pensando no livro como um produto que tem a necessidade de envolver vários

profissionais em sua criação, por meio da especialização de cada uma de suas partes. Para Fonseca (1993), esse contexto possibilitou um movimento duplo de renovação. Com o reconhecimento do livro didático como uma mercadoria lucrativa, houve o aprimoramento do seu processo produtivo e também um ajuste com os interesses do público consumidor, ou seja, de seu maior comprador, o Estado, envolvendo “mudanças na linguagem, na forma de apresentação e muitas buscaram alternativas, tais como a seleção de documentos escritos, fotos, desenhos e seleção de textos de outros autores” (FONSECA, 1993, p. 145).

O segundo movimento renovador apontado pela autora foi a ampliação de novas coleções de livros, os “paradidáticos”, que se apresentam como um novo campo de publicações para trabalhos acadêmicos, no qual “os especialistas do meio acadêmico, atraídos pela lógica do mercado, aliam-se às editoras, buscando ‘socializar’ o chamado saber histórico erudito” (FONSECA, 1993, p. 145-146).

Neste processo, diferentes editoras, como a Brasiliense, Contexto, Ática e Moderna, exploraram este mercado no sentido de entendê-lo como viável para a dessacralização do saber, que poderia tornar conhecidos, ao grande público, os trabalhos acadêmicos dos historiadores (FONSECA, 1993, 146). O que, no entanto, não anulou ou restringiu o mercado editorial de livros didáticos. Na década de 1980 as representações sobre a história política brasileira continuaram a se fazer presente e sofreram a influência de novas perspectivas historiográficas.

O artigo de Fraga (2014), faz um movimento um pouco diferente de Pereira e Pereira (2011), pois analisa as representações sobre a totalidade do período da ditadura militar nos manuais didáticos. Sua pesquisa envolveu a análise de 11 livros didáticos produzidos para o Ensino Médio entre os anos de 1985 e 2011. O autor escolheu o ano de 1985 como período inicial dos livros consultados por marcar a transição política que levou a redemocratização do País, que paradoxalmente, teve uma eleição indireta para Presidente. Devemos também lembrar que foi neste mesmo ano que se deu a criação do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), momento em que se “estabeleceu o fluxo regular de recursos para a aquisição e distribuição de livros didáticos em todo o País” (BITTENCOURT, 2009, p. 308).

A questão central da pesquisa de Fraga está em identificar as mudanças que passaram os manuais didáticos pelas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010 e se o contexto em que foram produzidos pode ter sido um elemento decisivo de influência na narrativa. O próprio uso nos livros do conceito de “golpe” em substituição ao de “revolução” não se deu logo após o fim da ditadura. Para Fraga, esse processo de transição não foi imediato, tornando comum na década de 1980 a utilização nos livros dos conceitos de “conspiração” e “movimento”, ao passo que

ainda não era unânime o uso das palavras “ditadura” e “golpe” juntas (FRAGA, 2014, p. 109-110).

Foi somente na década de 1990 que Fraga identifica que houve uma maior relação e popularização nos livros dos conceitos de “golpe” e “ditadura” (FRAGA, 2014, p. 111). Na mesma década, a participação de grupos civis no golpe e na manutenção da ditadura começou a aparecer com maior frequência nos livros didáticos, sendo que “a forma de mostrar para os alunos essa associação com os militares se dá majoritariamente pelo caso dos empresários” (FRAGA, 2014, p. 117-118).

As formas de oposição à ditadura se apresentam como uma parte importante da organização dos conteúdos para os autores. Na análise dos livros didáticos, três grupos de oposição se destacaram pela predominância nas obras, sendo eles: os estudantes, os operários e os artistas. Mas esse protagonismo não se deu de forma equivalente nos livros. Em cada década, o protagonismo ou silenciamento de um dos grupos na narrativa dos livros pode ser relacionada ao contexto político em que os autores viviam.

Nos anos 1990, por exemplo, a oposição à ditadura militar realizada pelos estudantes adquiriu um espaço de destaque. Esse protagonismo, se comparado com o reservado às produções da década de 1980, é justificado pelo contexto dos autores no momento de produção das obras didáticas: crise do Governo Collor, processo de impeachment e a população brasileira, como foi o caso dos “caras-pintadas”, se manifestando nas ruas (FRAGA, 2014, p. 121).

Ao falarmos de silenciamentos, nos amparamos no processo de visibilidade e invisibilidade das representações. O silenciamento e a invisibilidade não se explicam por “nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis” (MOSCOVICI, 2007, p. 31). Ou seja, há uma intenção por trás de que certos personagens sejam mais destacados e representados nos livros didáticos em um determinado contexto.

Nesta mesma perspectiva, o autor justifica a diminuição do tratamento dos “operários” como grandes opositores da ditadura nos livros dos anos 1990 em comparação com os da década de 1980, “pela conjuntura em que o movimento operário se encontrava nessa época: privatização, terceirização, crise e enfraquecimento dos sindicatos” (FRAGA, 2014, p. 122). Já nos manuais da década de 2000, Fraga identificou certo equilíbrio entre os espaços reservados aos grupos dos estudantes e operários, enquanto os artistas passam a ter um espaço menor se comparado com os grupos anteriores.

Portanto, ao pensarmos sobre a análise historiográfica dos livros didáticos, é importante entendermos que o texto historiográfico é uma representação do que os pesquisadores interpretaram nos manuais consultados, escritos por outros historiadores, agentes de seu tempo, o que provoca uma sequência de representações. Assim, a narrativa desses autores, ao selecionar o que deve constar em um determinado capítulo, como o que trata sobre o golpe e a ditadura militar, também produz silenciamentos. Nessa análise, Choppin (2004) recomenda que devemos ir além do que os autores escrevem e “também prestar atenção àquilo que eles silenciam, pois se o livro didático é um espelho, pode ser também uma tela” (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Outras três pesquisas procuram entender como o livro didático de História se relacionou com o tema da ditadura militar. Simões, Ramos e Ramos (2018) dedicaram-se a estudar as presenças e silenciamentos desse conteúdo em quatro livros didáticos produzidos para o Ensino Fundamental, nos anos de 1974, 1994, 1995 e 2001. Os pesquisadores notaram que de uma produção didática da década de 1970 que representava a história dos “grandes vultos” e a cronologia dos governos militares, como é o caso do livro produzido em 1974, no auge do chamado “milagre econômico”, a partir da década de 1990, os livros didáticos se articulam com transformações na historiografia, o que torna esta década como um período de qualificação desses manuais e de “transição de modelos, costumes e ideias” (SIMÕES; RAMOS; RAMOS, 2018, p. 265).

Para os autores, isso não significa que na década de 1990 abordagens que produziam certo saudosismo àquele período ou que utilizavam conceitos diferentes de “golpe de Estado”, deixaram de existir. A esse respeito, é emblemática a obra de 1995, *Livro do Magistério*, de autoria da Equipe Revista Pedagógica Brasileira, destinada aos anos iniciais do Ensino Fundamental, que propunha a comemoração do dia 31 de março de 1964. Em um contexto de narrativas que tratavam o evento de 1964 como golpe de Estado, a obra ia na contramão da historiografia. Além de classificar o dia 31 de março como parte das datas comemorativas, o evento “era tratado como Movimento Militar de 1964, forma como o livro denomina o golpe daquele ano” (SIMÕES; RAMOS; RAMOS, 2018, p. 259).

Uma outra obra didática, da qual sua primeira edição foi publicada na década de 1990 e que constrói uma narrativa que utiliza de forma equivocada conceitos históricos para explicar o golpe de 1964, foi analisada por Almeida e Rodrigues Júnior (2016). Trata-se da coleção *História do Brasil: Império e República*, editada pela Biblioteca do Exército – BIBLIEX e utilizada em Colégios Militares pelo Brasil.

Na análise da representação do golpe de 1964, os autores identificaram muitos problemas no texto analisado, que não passou pela avaliação do PNLD, visto que “de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996, os militares têm autonomia para organizar o seu sistema de ensino” (ALMEIDA; RODRIGUES JÚNIOR, 2016, p. 221). O principal problema historiográfico identificado foi o de utilizar de forma errônea o conceito de “revolução” para explicar a deposição de um Presidente, o que torna a narrativa apresentada como depreciativa ao governo Jango e o aproxima dos grupos comunistas na década de 1960, o que justificaria a necessidade de derrubá-lo pelas Forças Armadas.

Outro problema significativo apontado pelos autores é a escrita de uma história sem sujeitos em momentos dos quais a sociedade civil brasileira organizada teve papel relevante, como no processo de abertura política, ao final da ditadura. O que se agrava quando o assunto são os crimes praticados pelos militares no período da ditadura, pois o livro omite tais informações, o que pode contribuir para a “naturalização da violência promovida pelos governos autoritários” (ALMEIDA; RODRIGUES JÚNIOR, 2016, p. 232).

Em outro trabalho recente, Rodrigues Júnior e Seba (2019), analisaram a presença da ditadura militar em 3 coleções aprovadas pelo PNLD, em 2017, destinados ao 9º ano do Ensino Fundamental. O estudo das obras conseguiu identificar alguns avanços no tratamento do tema. Os três livros destacam a participação da população civil no apoio ao golpe de 1964 e seguem a perspectiva de que ele foi “civil-militar” (RODRIGUES JÚNIOR; SEBA, 2019, p. 231).

Dar voz aos relatos dos afetados pelo golpe e pela ditadura militar, no campo da produção artística, de histórias de vida e dos sobreviventes das sessões de tortura do período é outra preocupação identificada nas obras (RODRIGUES JÚNIOR; SEBA, 2019, p. 235). No entanto, essa preocupação tem suas limitações. Para os autores, apesar de presente, a pluralidade das experiências dos personagens envolvidos no período ficou comprometida pelo destaque dado principalmente à história política dos personagens “importantes”, em um tipo de narrativa tradicional que produz “uma história ‘sem sujeitos’, ainda protagonizada pelos militares, e por grupos homogêneos como ‘classe média’” (RODRIGUES JÚNIOR; SEBA, 2019, p. 235).

A historiografia que consultamos foi produzida após o ano de 2010, portanto, distante pelo menos vinte e cinco anos do fim da ditadura militar. Seus autores escolheram obras das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, cinco momentos específicos da história do País, para produzir suas impressões sobre o que cada livro representou. Neste sentido, há concordância entre Fraga (2014) e Pereira e Pereira (2011) em reconhecer que o legado que os livros mais recentes oferecem ao ensino de História é o de pensar em uma educação que

contribua com a formação do estudante no sentido de combater qualquer forma autoritária que repita o que permitiu a ruptura com a democracia em 1964.

Nesta perspectiva, uma representação que Fraga notou ter crescido nas narrativas didáticas publicadas após o ano 2000, foi a denúncia de violação aos direitos humanos praticada pelo Estado durante a ditadura. Os livros passaram a não só apresentar datas e números de mortos, mas contar a história dessas vítimas, transformando “esses números em pessoas de carne e osso, com nome e sobrenome” (FRAGA, 2014, p. 125).

Disso podemos pensar como o crescimento de certas representações nos manuais de História, que denunciam crimes praticados pela ditadura e defendem a busca pelo esclarecimento desses episódios, podem contribuir para o estabelecimento de uma sociedade consciente de seu passado e, por conseguinte, mais justa e humana. Para Moscovici, nós devemos “afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade” (MOSCOVICI, 2007, p. 40).

Em oposição aos avanços percebidos nos livros didáticos de História, o atual governo federal, em várias ocasiões, tem procurado desqualificar o tratamento desse tema nos materiais. Dois ex-ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, fizeram declarações de que interfeririam na política de elaboração dos livros didáticos no País. Vélez afirmou, em abril de 2019, que a data de 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana dos brasileiros e a ditadura um “regime democrático de força”. Isso justificaria, segundo o ex-ministro, a proposta de mudanças significativas nos livros didáticos para o conhecimento de outras versões históricas sobre o tema (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Já Weintraub, enquanto foi ministro da Educação, acentuou as críticas aos livros didáticos de História e defendeu que esse material fosse mais barato e “sem ideologia” (O ESTADO DE S. PAULO, 2020).

A prática dos ex-ministros do governo Bolsonaro ameaça, na edição de livros didáticos no Brasil, o tratamento a um conteúdo sensível, além de interferir na própria independência do mercado editorial. De acordo com o jornal El País, com a vitória de Bolsonaro, e para não perder espaço no mercado de livros didáticos, algumas editoras brasileiras passaram a se autocensurar no conteúdo sobre a ditadura militar e trocar palavras como “ditadura” por “regime” e “golpe de 1964” por “movimento”, contrariando a historiografia brasileira consolidada sobre o tema (OLIVEIRA, 2019).

Esses são argumentos suficientes para entendermos o porquê do livro didático de História estar na berlinda das disputas contemporâneas. Na guerra cultural de Bolsonaro,

interferir na narrativa dos livros didáticos tem sido uma das prioridades do Presidente, que afirmou que a partir de 2021 os livros distribuídos às escolas terão bandeira do Brasil na capa, hino nacional e um estilo mais suave, diferente das publicações atuais, que têm “muita coisa escrita” (VARGAS, 2020). Isso nos faz pensar na ameaça que o saber histórico parece oferecer ao atual governo. Como observa Laville (1999, p. 130), “é interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis”.

Cada vez mais, esse parece ser o principal desafio dos autores de livros didáticos sobre a história do Brasil e, principalmente, sobre temas sensíveis, como o golpe de 1964. Desconstruir as alegações que o governo Bolsonaro utiliza para justificar mudanças nos materiais. O que é possível pela reflexão de alguns conceitos que têm sido alvos dessa polêmica, como é o caso do conceito de golpe de Estado.

1.2 GOLPE DE ESTADO: CONCEITUAÇÕES E O CASO BRASILEIRO

1.2.1 O conceito de golpe de Estado

A deposição de João Goulart em 1964 suscita na produção historiográfica diversas representações no sentido de compreender quais forças políticas atuaram para sua queda. A primeira reflexão a se fazer é pensarmos no significado do conceito de golpe de Estado. Para isso, vamos tomar como referência Bobbio (1998) e Silva e Silva (2013), autores que trabalham com o significado de conceitos para as Ciências Humanas.

Bobbio (1998) destina atenção para o uso do conceito de “golpe militar” entendido como a forma mais frequente da ocorrência de golpes de Estado. O autor aponta cinco indicadores empíricos que definem esse conceito: em primeiro lugar, o golpe de Estado é uma ação efetuada por organismo do Estado, como grupos militares (na maioria das situações); o golpe é acompanhado (em certos casos) de articulação política e social; com a mudança de governo se aprimora a burocracia e o poder policial do Estado; e como consequência as lideranças políticas são alteradas; e se constitui uma nova organização, geralmente marcada pela dissolução ou eliminação de partidos (BOBBIO, 1998, p. 547).

Diferentes de Bobbio (1998), Silva e Silva (2013), entendem a ideia de golpe de Estado no sentido da historicidade do conceito, isto é, contextualizando-o ao seu tempo. Outra característica apontada pelos autores e que se conecta ao estabelecimento de golpes de Estado é sua relação com uma posterior ditadura. Nesses termos, “o golpe não é um regime de governo,

não é governo. Ele é um movimento político de contestação da ordem que prepara o caminho para outra forma de governo, em geral uma ditadura” (SILVA; SILVA, 2013, p. 174).

No período de contestação de um governo, momento que precede o golpe de Estado, podemos identificar quais são os componentes, objetivos e alianças políticas firmadas entre os setores militares e civis que conspiram. Para Silva e Silva (2013, p. 176), o golpe de 1964 pode ser tratado como um exemplo dessa articulação “em que os militares golpistas se prepararam de antemão em constituir alianças e conseguir apoio social antes do golpe, nesse caso, o apoio da Igreja e do empresariado” (SILVA; SILVA, 1998, p. 176).

Acreditamos que os fenômenos identificados por Bobbio (1998) e Silva e Silva (2013) podem ser entendidos como presentes no caso brasileiro de 1964. O golpe foi acompanhado e seguido de uma mobilização social de massas, como são os casos das diversas Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade⁵, apoio civil fundamental e que não pode ser ignorado no estudo desta conjuntura. Também houve um reforço no organismo burocrático e repressivo após o golpe de Estado. São os casos da criação do SNI (Serviço Nacional de Informação) em junho de 1964 e do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) em 1969, que, somados a estrutura já constituída do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), atuaram na investigação, censura, perseguição política, tortura e morte dos opositores do regime.

Outra consequência nítida de que 1964 se tratou de um golpe de Estado, como na interpretação de Bobbio (1998), é a dissolução dos partidos políticos. O Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, extinguiu os partidos do período e cancelou seus registros, além de também determinar eleições indiretas para presidente da República. O fim do pluripartidarismo no País reduziria as eleições para apenas dois partidos políticos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido governista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que reunia a oposição.

1.2.2 Golpe de 1964: Um golpe militar ou civil-militar?

No início da década de 1980, no contexto da gradual abertura política do País, foram publicadas duas obras que seriam amplamente utilizadas em trabalhos posteriores:⁶ *1964: A*

⁵ A primeira da série de marchas, realizada em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, mobilizou cerca de 500 mil pessoas. Para termos ideia do que significava essa quantidade de pessoas nas ruas, cabe observarmos que a população da capital paulista na década de 1960 totalizava 3.781.446 (IBGE, 1960).

⁶ Entre os livros que se utilizam dos estudos desses dois autores na historiografia, podemos citar alguns publicados a partir do ano 2000: Toledo (2014), Napolitano (2014), Ferreira e Gomes (2014), Schwarcz e Starling (2015) e Ferreira e Delgado (2019).

Conquista do Estado (1981) de René Dreifuss e *De Getúlio a Castelo* (1982) de Thomas Skidmore. Nelas, podemos compreender como, no final da ditadura militar, e, portanto, ainda no “calor dos acontecimentos”, o golpe de Estado de 1964 era representado.

A obra de Dreifuss (1981) trabalha com a visão marxista de que o golpe de 1964 foi um “golpe de classe”, organizado, além das Forças Armadas, por empresários e banqueiros, grupos decisivos para a efetivação da tomada do poder. O cerne da conspiração estaria nos organismos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁷ e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁸, que desejavam diminuir a força da classe trabalhadora organizada, promover o crescimento econômico e a concentração industrial, além de permitir o desenvolvimento de multinacionais, “na formação de um regime tecnoempresarial, ‘protegido e apoiados pelas Forças Armadas’” (BENEVIDES, 2003, p. 256).

Em Skidmore (1982), ao contrário, entendemos que o autor se aproxima do conceito de “golpe militar” para explicar a deposição de Goulart. Para ele, “João Goulart foi deposto por uma revolta militar. Sua fuga não tinha sido o resultado de ação da elite política civil” (SKIDMORE, 1982, p. 370). Skidmore destaca ainda o protagonismo dos jovens militares, na medida em que conseguiram se afastar da ala dos conspiradores civis no comando e direcionamento das próximas medidas arbitrárias após o golpe: “estavam decididos a não repetir o erro de entregar o poder a outro subgrupo da elite política” (SKIDMORE, 1982, p. 372).

Na efeméride dos cinquenta anos do golpe (2014), foram produzidos trabalhos que buscaram definir qual conceito seria mais adequado para se referir a ruptura democrática de 1964 no Brasil. Seria este um exemplo de “golpe civil-militar” que contribuiu para o estabelecimento de uma “ditadura civil-militar”?⁹ Para Napolitano (2014) o golpe foi civil-militar, tem origens anteriores ao governo de João Goulart e é evidência da divisão da sociedade brasileira e da influência da Guerra Fria no contexto internacional:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalização civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser

⁷ Criado por empresários de São Paulo e Rio de Janeiro em 1961, o IPES defendia ideias liberais, de livre iniciativa e anticomunistas. Suas publicações, que circularam na imprensa, foram críticas ao governo Jango.

⁸ Criado em 1959, O IBAD tinha como principal produto em circulação a revista Ação Democrática. Nas eleições de 1962 a entidade foi suspeita de financiar, com capital estrangeiro, candidaturas com discurso anticomunista no Brasil, o que gerou a instauração de uma CPI.

⁹ Sobre a consagração do conceito de “ditadura civil-militar” na historiografia, Napolitano (2014, p. 347) entende que tal movimento surgiu entre os historiadores da Universidade Federal Fluminense, Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg, pesquisadores que estudam a participação de civis no golpe e na manutenção do regime autoritário.

o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo (NAPOLITANO, 2014, p. 9-10).

Se o golpe foi “civil-militar”, o autor tem opinião contrária quando se refere à ditadura que se iniciou a partir da posse de Castelo Branco, o primeiro Presidente ditador do período: “não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma ‘ditadura civil-militar’ ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinha de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder” (NAPOLITANO, 2014, p. 11).

A interpretação de Fico (2014) é muito parecida com a de Napolitano (2014) no sentido de definir o golpe de 1964 como “civil-militar”, diferente do que veio depois, “uma ditadura indiscutivelmente militar” (FICO, 2014, p. 9-10). Para ele, a compreensão da natureza dos acontecimentos passa por reconhecer a participação dos agentes históricos neste processo. Daí a importância em identificarmos quem foram os “deflagradores efetivos” do golpe de Estado e qual sua relevância na manutenção da ditadura:

Além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América - foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando (FICO, 2014, p. 9).

O governo de Jango a partir da segunda metade de 1963 foi acompanhado por uma acentuada crise econômica,¹⁰ teve sua base de sustentação política no Parlamento dissolvida e passou a contar com uma forte oposição engajada, distribuída nos espaços de participação política, na imprensa, entre as Forças Armadas e o empresariado brasileiro. Apesar disso, seu governo contava com um considerável apoio civil, como apresentado pela pesquisa Ibope realizada entre o fim de 1963 e o primeiro trimestre de 1964.¹¹

¹⁰ No governo Juscelino, as taxas de crescimento do país alcançaram 7% ao ano. A partir de 1962 essas taxas tiveram queda significativa, com aumento da inflação, que, em 1963, alcançou 80% ao ano. Ver Carvalho (2014).

¹¹ O Ibope realizou, entre outubro de 1963 e abril de 1964, uma série de pesquisas nas principais capitais brasileiras para avaliar o governo Goulart, as reformas de base e a perspectiva do eleitorado para as eleições presidenciais de 1965, que seriam realizadas se não fosse o golpe de Estado. Em uma das pesquisas, entre 9 e 26 de março de 1964, questionados “Se o Presidente João Goulart também pudesse candidatar-se à Presidência”, notamos que havia uma base considerável de apoio: em Recife 60% votariam em Goulart, enquanto em São Paulo este número era de 40%, em Curitiba 41% e no Rio de Janeiro 51%. Sua maior rejeição foi observada em Belo Horizonte, em que 56% dos consultados não votariam em Goulart. Para mais informações dos resultados das pesquisas, ver Dias, L. (2014).

Esses elementos evidenciam que não obstante os problemas financeiros, a perda de sustentação política e o caráter conspirativo das Forças Armadas do Brasil, a agenda política de Jango era apoiada por parte dos brasileiros. Nesse sentido, endossamos a visão de que a virtude principal do governo Jango foi de pensar uma agenda política “na direção de uma democratização da cidadania e a da propriedade”, de modo que quando as esquerdas desejaram transformar essa agenda “em um projeto político de governo, o que aconteceu a partir do final de 1963, as direitas agiram” (NAPOLITANO, 2014, p. 17).

Em seguida, vejamos como o revisionismo histórico e as tentativas de relativizar as consequências do golpe civil-militar de 1964 no País, discurso que faz parte de setores da direita brasileira, são representados em obras recentes de jornalistas e historiadores, sob quais abordagens essas produções se sustentam e de que forma podemos, como historiadores, combater os riscos que tais leituras trazem para a produção do conhecimento histórico e o ensino de História.

1.3 REVISIONISMO SOBRE O GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR

Na história recente do Brasil tem se desenvolvido uma onda de revisão e negação de eventos históricos que pretende muito mais do que simplesmente “reinterpretar” os acontecimentos de um período da história e trazer novos dados que contribuam com o debate historiográfico. São formas de distorção do saber histórico, que passa a ser manipulado para o alcance de certos objetivos de seus autores, que podem ser historiadores profissionais ou não.

Devemos, em primeiro lugar, lembrar que o revisionismo, apesar de ser uma “palavra camaleoa” (TRAVERSO, 2012, p. 149), é uma prática comum na historiografia. O historiador pode, ao ter contato com novos documentos e informações sobre seu objeto de pesquisa, reconstruir sua interpretação a respeito desse objeto e produzir uma narrativa diferente, pautada em novas fontes e elementos. No entanto, o que tem ocorrido e que passamos a analisar aqui, é uma outra forma de revisitar a história da ditadura militar, que se baseia em um movimento revisionista que se afasta do método da historiografia, se sustenta em interesses ideológicos do presente e visa “normalizar o regime ditatorial implantado em 1964” (MELO, 2014, p. 181).

Foi após a Segunda Guerra Mundial que o uso do conceito de “revisionismo” passou a servir como instrumento para disputas políticas e ideológicas do presente, sendo apropriado por grupos que negavam a existência das câmaras de gás e a responsabilidade da Alemanha Nazista no extermínio dos judeus. Essa questão foi objeto de análise do historiador Vidal-Naquet (1988), que entende que os autores que negam a existência do holocausto, representados

especialmente por Robert Faurisson, comportam-se como “assassinos da memória” (1988, p. 10).

Desse modo, para Vidal-Naquet (1988, p. 11), cabe aos historiadores discutir somente com as obras desses “revisionistas”, investigando a “anatomia de uma mentira” do que foi publicado e evitar discutir diretamente com seus autores, visto que eles partem de uma forma de argumentação que pressupõe a negação dos fatos.

A estratégia adotada pelas obras negacionistas é lida por Traverso (2012, p. 161) como um tipo de revisionismo de natureza profundamente nefasta, uma vez que seus autores – negacionistas – “conseguiram contaminar a linguagem e criar uma confusão considerável em torno do conceito de revisionismo”, o que faria deles representantes de uma escola histórica supostamente “revisionista” (TRAVERSO, 2012, p. 149-150).

A partir dessa análise podemos diferenciar duas vertentes desse movimento: o revisionismo histórico e o revisionismo negacionista. O primeiro é uma forma de interpretação que não passa pela negação dos fatos, mas que os instrumentaliza visando a construção de uma narrativa “alternativa”, enquanto o segundo nega e/ou falsifica um fato por meio de estratégias de radicalização (PEREIRA, 2015, p. 866). Em outras palavras a forma como as interpretações revisionistas rompem com princípios do método da historiografia ocorre “de forma mais sutil do que os negacionistas, através de subterfúgios e confusões interpretativas que acabam por conferir-lhes uma fachada de maior respeitabilidade teórica” (SOUTELO, 2009, p. 100 apud MELO, 2013, p. 58).

Conforme Pereira (2015, p. 865), a permanência no Brasil de uma onda revisionista sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar pode ser explicada por dois principais fatores: é alimentada pela impunidade, na manutenção da Lei de Anistia, que não foi capaz de esclarecer e punir os envolvidos em crimes praticados no período, o que influencia os apoiadores de hoje da ditadura, além de que o tema faz parte de um clima de “inscrição frágil” que não possui uma “memória compartilhada” mas sim uma “memória dividida” e em disputa sobre o passado.

Como discurso panfletário, de combate ao “politicamente correto”, em documentários e canais do *Youtube*¹² e articulado ao atual governo, o revisionismo é uma prática que se

¹² Exemplos desta leitura revisionista da história da ditadura militar brasileira no campo dos documentários são os filmes “*Reparação*” (2009) do diretor Daniel Moreno e “*1964: o Brasil entre armas e livros*” (2019) dirigido por Filipe Valerim e Lucas Ferrugem, a serviço do grupo de direita, Brasil Paralelo, que aborda um suposto plano internacional comunista, com base em documentos encontrados na extinta Tchecoslováquia, para tomar o poder no Brasil em 1964. Ambos os documentários se encontram disponíveis no Youtube e influenciam a narrativa de que o golpe de 1964 foi uma resistência a um governo que flertava com a ditadura nos moldes soviéticos, uma ação inevitável das Forças Armadas na preservação da democracia. Neste último documentário, partindo de um episódio específico, que não teve potencial para significar um plano factível de implantação do comunismo no

constitui de aspectos de ideologia, embora seus defensores neguem e defendam que fazem justamente o contrário, isto é, “combater as ideologias”, mas que se contradizem, e expõe sua forma de pensar logo que discursos que conceituam 1964 como “revolução” vêm à tona.

O atual Presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, durante a campanha presidencial de 2018, disse em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, que não aconteceu um golpe militar no Brasil em 1964 porque o cargo de Presidente foi declarado vago pelo próprio Parlamento seguindo a regra em vigor (OSAKABE, 2018). De forma simplista, sua fala não explica por que o cargo foi declarado vago, os motivos que levaram Jango a se ausentar da capital e ignora a participação conspirativa do Parlamento brasileiro na legitimidade do golpe.

Antes de nos dedicarmos especialmente à historiografia revisionista, vamos analisar duas obras conhecidas do revisionismo e negacionismo sobre o golpe de Estado 1964 e a ditadura. Começamos pelo livro do jornalista Leandro Narloch, “*Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*” (2009).

Esse modelo de livro, que faz embate ao “politicamente correto”, não foi inventado pela indústria editorial brasileira e segue um modelo de reação conservadora criado nos Estados Unidos, conforme indica Moreno (2013). Segundo ele, os “Guias do Politicamente Incorreto” surgiram no escopo de atingir “conquistas das chamadas minorias que se processam desde os finais dos anos 1960, como, por exemplo, os direitos civis, as políticas de reparações à escravidão, o feminismo, discurso ecológico-ambiental” (MORENO, 2013, p. 18).

Em sua obra, Narloch minimiza as duas décadas de ditadura, comparando o número de mortos no País com outros casos na América do Sul, como se o guia para considerar uma ditadura violenta fosse unicamente o número de vidas que a ditadura tirou: “a ditadura brasileira foi uma das menos atrozidades de todo século XX. É difícil pensar num regime não democrático que tenha matado menos” (2009, p. 212).

Em outro momento, o autor minimiza o horror das sessões de tortura, justificando que os militares recorreram a esse meio “porque eram pouco experientes na arte de investigar e perseguir suspeitos” (NARLOCH, 2009, p. 213). Seu trabalho visa, por meio da relativização de vários acontecimentos da história do Brasil, produzir uma interpretação limitada e que se apoia na utilização da historiografia, sempre recortada, para justificar sua argumentação. Conforme destaca Malerba (2014):

Brasil, os autores revisionistas falsificam e confundem para o grande público o trabalho da crítica documental dos historiadores, que, sobremaneira, como já apresentado neste trabalho, entendem 1964 como um golpe de Estado.

Um dos momentos mais delicados da obra é a referência à ditadura civil-militar que manchou o Brasil entre 1964 e 1985. É cada vez mais comum que novos estudos promovam uma releitura menos ideologizada do período e que cada vez se fale menos em ‘mocinhos’ e ‘bandidos’, como sugere Narloch. Mas o autor toma abertamente um só partido da dicotomia, um partido pró-militar (MALERBA, 2014, p. 38-39).

Não podemos deixar de mencionar outro livro que trata da ditadura militar, escrito por um personagem histórico contemporâneo aos fatos, o já confirmado torturador, Carlos Brilhante Ustra, cuja leitura foi recomendada pelo Presidente Jair Bolsonaro a estudantes (MAIA, 2019). Ustra, coronel do exército, esteve à frente do DOI-CODI em São Paulo entre 1970 e 1974. Sob seu comando, segundo a Comissão Nacional da Verdade, quarenta e cinco pessoas morreram ou desapareceram por ação de seus subordinados nas dependências do órgão (TAVARES, 2019). A obra “*A verdade Sufocada*” (2006), conforme seu subtítulo apresenta, quer ensinar “a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”.

Agora, passando para as obras escritas por historiadores, temos inclusas no movimento revisionista: “*Ditadura à brasileira: a democracia golpeada à esquerda e à direita*” (2014), de Marco Antonio Villa e “*Golpe de 1964: o que os livros de história não contaram*” (2016), de Itamar Flávio da Silveira e Suelem Carvalho.

Uma espécie de ensaio para o livro de Villa, que foi lançado junto a outras obras na efeméride dos cinquenta anos do golpe de 1964, pode ser encontrado em um artigo do historiador publicado em março de 2009. De título homônimo ao utilizado no livro de 2014, neste artigo, escrito somente algumas semanas após o trágico editorial da Folha de S. Paulo, “*Limites a Chávez*”¹³, que colocou a credibilidade do jornal em jogo, Villa já desenvolvia sua interpretação futuramente exposta em seu livro, de que a ditadura se tratou de um “regime militar” que durou muito menos que os vinte e um anos tradicionalmente citados pela historiografia, tendo a justificativa de que entre os anos de 1964 a 1968, havia “toda a movimentação político-cultural” (VILLA, 2009) com relativa liberdade de expressão e que entre 1979 e 1985, com a aprovação da Lei da Anistia e as eleições para os governos estaduais em 1982, o País não se encontrava mais em uma forma de governo ditatorial (VILLA, 2009).

A reação inicial a este artigo de Villa ocorreu três dias depois, com a circulação do artigo do sociólogo Janio de Freitas, “*História à brasileira*”. Neste artigo, Janio desconstruiu alguns dos elementos pelos quais se sustentou a argumentação de Villa, trazendo diversos episódios ocorridos entre 1964 a 1968, comuns ao rompimento de um Estado com a democracia, como a decretação dos Atos Institucionais, a participação da conspiração estadunidense no golpe

¹³ O conteúdo e a repercussão envolvida neste editorial da Folha de S. Paulo de 17 de fevereiro de 2009 serão discutidos no segundo capítulo.

através da abertura dos arquivos dos Estados Unidos e a ampla utilização da tortura já nos primeiros atos derivados do golpe, como no episódio em que o ex-deputado e líder político comunista, Gregório Bezerra, foi arrastado e torturado pelas ruas de Recife (FREITAS, 2009).

O ano de lançamento do livro *Ditadura à brasileira*, 2014, foi singular na história recente do Brasil, que ainda sentia os efeitos das manifestações iniciadas com as jornadas de junho de 2013¹⁴, sediou a Copa do Mundo de Futebol entre junho e julho e teve em outubro uma eleição presidencial de dois turnos acirradíssima entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). A interpretação de Villa em sua obra de 2014 se apresenta como um desdobramento de seu artigo de 2009:

Dos 21 anos do regime militar, dez podem ser considerados uma ditadura – o período de vigência do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978. Nesse período, o Executivo teve plenos poderes e os exerceu de forma ditatorial, submetendo a sociedade civil e os poderes Legislativo e Judiciário aos seus desígnios.

Os anos 1964-1968 não podem ser considerados como ditadura, no sentido da etimologia política desse conceito. O Congresso Nacional manteve-se aberto, assim como as Assembleias Legislativas e as Câmaras dos Vereadores. É verdade que o Legislativo foi diversas vezes ceifado pelas cassações, mas, mesmo assim, era um espaço de discussão política e de crítica ao regime (VILLA, 2014, p. 252).

Se nos atentarmos somente aos números da repressão, a argumentação de Villa (2014) não se sustenta, pois desde a decretação do Ato Institucional nº 1, em 9 de abril de 1964, as ações do grupo golpista já produziam arbitrariedades e violência política. Quando o prazo das cassações do AI-1 se encerrou, em 11 de junho de 1964, dois meses após o golpe de Estado, 378 políticos (6 governadores de Estado, 2 senadores, 63 deputados federais e mais de 300 deputados estaduais e vereadores) foram atingidos. Além deles, o golpe cassou os direitos políticos de três ex-Presidentes e reformou de forma compulsória mais de 100 militares. Sem contar os cerca de 10 mil funcionários públicos demitidos e as 5 mil investigações abertas que atingiram mais de 40 mil pessoas (ARNS, 1985. p. 61).

Até os dez anos de vigência do AI-5, que em tese o autor compreende como um período de ditadura, são reconhecidos com certa relativização, pois, em suas palavras, “esses anos merecem ser definidos como ditadura, mas, mesmo assim, com algumas ressalvas” (VILLA, 2014, p. 253).

Villa também relativiza a Lei da Anistia de 1979 (2014, p. 254), como se ela tivesse trazido imediatamente o retorno do Estado democrático de direito ao País. Afinal, que grande

¹⁴ Para entender os discursos presentes nas manifestações de rua do Brasil, entre as conhecidas “jornadas de junho” de 2013 para uma direção conservadora tomada a partir de 2015, consultar Pinto (2017).

“exemplo” de democracia sólida era aquela, do final da década de 1970 e começo dos anos 1980, que continuava a perseguir e matar seus opositores? De acordo com dados da Comissão da Verdade, entre 1974 e 1985, 89 pessoas morreram ou desapareceram por razões políticas no Brasil. Entre os anos de 1979 e 1985, período que Villa considera não ser ditatorial, 20 pessoas constam como mortos ou desaparecidos pelo Estado por razões políticas (SORANO, 2018).

A interpretação de Villa (2014) pode ser classificada como uma forma de “revisão historiográfica liberal” (NAPOLITANO, 2011, p. 214). Nesse tipo de texto, ao revisitarem o golpe de 1964, autores de ideologia liberal representam o governo Jango como incompetente, aliado da radicalização das esquerdas e por isso corresponsável pelo golpe. Como resultado desse revisionismo, tendem a “igualar uma agenda democratizante, ainda que inconsistente politicamente, a um projeto de golpe de estado o que, ao fim e ao cabo, foi usado como justificativa ideológica do golpe” (NAPOLITANO, 2011, p. 214).

Contudo, na produção historiográfica recente sobre o golpe de 1964 e a ditadura, consideramos *“Golpe de 1964: o que os livros de história não contaram”* (2016) como o livro que mais se destaca como produtor de um discurso de revisionismo ideológico. No prefácio do livro, assinado por Itamar Flávio da Silveira, encontramos por qual caminho discursivo a obra pretende se orientar: tratar o governo João Goulart como comunista e sua deposição como “contragolpe”, além de falsificar a validade de pesquisas realizadas anteriormente pelas Ciências Humanas sobre a ditadura militar:

Não pretendemos, com o presente livro, produzir uma narrativa detalhada sobre o tema, mas demonstrar que a maioria das coisas que historiadores, sociólogos e jornalistas afirmam a respeito do regime de 1964 é falsa [...]. Hoje, depois de ter estudado o assunto de forma objetiva e sincera, não posso deixar de externar minha gratidão aos militares que enfrentaram o movimento comunista e evitaram que o Brasil tivesse o mesmo destino da ilha dos irmãos Castro. Neste sentido, este livro visa, também, fazer justiça àqueles que, cumprindo a ordem e atendendo a forte pressão da população, expuseram suas vidas e suas biografias realizando um contragolpe e combatendo os militantes terroristas (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 5-6).

O livro, por si só, se envolveu em muitas contradições e polêmicas, pois seu lançamento, junto ao Departamento de História de uma conceituada instituição pública, não foi recebido com apreço. A obra justifica a necessidade do golpe de Estado de 1964 e contradiz o espaço plural e democrático de uma Universidade. O constrangimento – e talvez seja esta a palavra mais indicada – foi tamanho, que os docentes do Departamento de História da Universidade de Maringá (UEM), em Maringá, Paraná, emitiram em abril de 2017 uma Nota Pública em total discordância com o conteúdo do livro lançado por dois de seus professores.

Para os autores do contraditório livro, os títulos sobre a ditadura militar, produzidos no meio acadêmico e divulgados pela mídia, “recebem apoio de entidades sociais e farto financiamento de dinheiro público” (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 10). Ao contrário desses livros, os autores propõem uma nova leitura ideológica, uma prática que consideram como direito, o combate às “inversões e inverdades da História. Nós temos esse direito! Provavelmente muitos vão querer nos calar, afinal, é para isso mesmo que serve a turma da patrulha ideológica: para patrulhar!” (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 12),

Em uma parte da obra, por meio do senso comum, sem apresentar qualquer dado que indique este comportamento, os autores afirmam que nas Ciências Humanas são os alunos “menos inclinados aos estudos” os que mais participam do movimento estudantil, ao contrário dos alunos supostamente “dedicados”, que por visarem o “sucesso profissional”, seriam “menos radicais em suas convicções” (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 43).

Os autores insistem em vários momentos na ameaça que Goulart trazia para o Brasil, considerado um legítimo “comunista” (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 19), na doutrinação política de Paulo Freire, nomeado como coordenador do Programa Nacional de Alfabetização em janeiro de 1964, além da inevitabilidade do golpe para “salvar o país” do exemplo cubano. (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 31). Assim, justificam a necessidade do golpe, relativizam o complexo contexto dos anos 1960 a uma disputa entre “comunistas e democratas” e ignoram o papel conspirativo de grupos internos no processo de enfraquecimento político do governo e no golpe civil-militar:

Romper com a ordem institucional era o único caminho para impedir que os comunistas tomassem o poder. De fato, os militares criaram uma ditadura, e ela trouxe vários problemas para o Brasil. Muito melhor seria se o país pudesse ter mantido todas as instituições democráticas funcionando. Mas não era o caso. Se a história serve para nos ensinar alguma coisa – e nós acreditamos nisso –, basta olhar para o exemplo cubano. Lá está a alternativa que nos restava se não tivesse ocorrido o golpe de 1964. O que conduziu o país à ditadura não foi a ambição dos militares, mas a ambição dos comunistas que, a exemplo de Che Guevara e dos irmãos Castro, queriam destruir a democracia brasileira (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 31).

Em nosso atual contexto político e cultural, de teorias da conspiração e da “pós-verdade”, revisitar um acontecimento e tomar somente sua própria opinião como “verdade”, destituída de um método historiográfico, tornou-se a opção pessoal de alguns autores. Isso não é exclusividade de nosso tempo. Em sua obra, Vidal-Naquet (1988, p. 56), já alertava para o fato dos falsários insistirem de modo especial sobre seu “amor à verdade”.

Pensando nas formas de enfrentar este nebuloso cenário de relativização e falsificação de acontecimentos da História, que avança em nossos dias e que, como consequência, pode

chegar até as salas de aula e fazer parte do discurso de nossos alunos diante de conteúdos sensíveis, algumas atitudes próprias ao trabalho dos historiadores precisam ser tomadas e praticadas.

Segundo Junqueira e Napolitano (2019, p. 2), para enfrentarmos em pé de igualdade essas formas de revisionismo ideológico e negacionismo, devemos ser capazes de identificar os tipos de falsificação da História, especialmente o negacionismo ideológico, que distorce perspectivas historiográficas já conhecidas, abrange de forma sensacionalista episódios do passado na tentativa de falsificar trabalhos de historiadores acadêmicos e fragmenta documentos históricos sem contextualizá-los e criticá-los, tornando o passado interpretado por um ponto de vista “ideológico, moral ou valorativo – mas devidamente ocultado -, adequando a argumentação para comprová-la” (JUNQUEIRA; NAPOLITANO, 2019, p. 2).

O combate passa também pela participação dos professores de História do ensino básico, que têm contato em sala de aula com jovens estudantes de diferentes origens, classes sociais e formações, no sentido de desconstruir discursos que amenizem os efeitos de golpes de Estado ou que negam que eles tenham ocorrido. Quando o (a) professor(a) mantém o diálogo fecundo com a historiografia acadêmica, que seja “acessível aos alunos e voltado para o desenvolvimento do pensamento histórico” (JUNQUEIRA; NAPOLITANO, 2019, p. 3), ele (a) está colaborando com a defesa da democracia no espaço escolar.

Da mesma forma, acreditamos que a solução envolve a participação direta dos historiadores acadêmicos no debate em torno da “dimensão pública de sua profissão” (MALERBA, 2014, p. 43), levando o conhecimento histórico, produzido no ambiente acadêmico a públicos variados, por meio de uma linguagem acessível, que priorize a comunicação, o que não significa vulgarizar o conhecimento, mas permitir que mais pessoas reconheçam a importância da pesquisa histórica e tomem contato com esses trabalhos.

Dessa maneira, a História Pública é capaz de estender o conhecimento histórico a espaços de interação amplos, representados atualmente pela internet. Para Malerba (2017), é, portanto, a internet o aspecto central da mudança envolvida no pensar sobre a História Pública, já que “mais e mais pessoas comuns estão usando tecnologias *online* para acionar o passado (e também falar de história), e os historiadores devem estar alertas a essas mudanças” (MALERBA, 2017, p. 143).

Com esta análise, identificamos que o golpe de 1964 tem gerado muitas interpretações. Nos últimos anos, temos visto aumentar o confronto entre suas representações. Conforme Chartier (1991, p. 177), não há “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido

ao mundo que é o deles”. Nesse sentido, a historiografia é um dos canais de resistência e produção de conhecimento para que retrocessos em tratar a ditadura como “ditabranda” ou o golpe de Estado como “revolução” não se tornem aceitáveis. Sempre se pautando no método científico para a comprovação de que entre 1964 a 1985 o Brasil não viveu um governo democrático.

Nesse processo, entender as representações que a imprensa construiu sobre o golpe de Estado podem nos ajudar a explicar a existência de interpretações recentes que distorcem o golpe e seus efeitos para a democracia. Estudaremos essa questão no segundo capítulo, que vai tratar sobre a relação entre a imprensa e a história política de Itararé-SP e as representações que a historiografia produziu sobre o vínculo da imprensa de grande circulação no eixo São Paulo-Rio de Janeiro com a tomada do poder em 1964.

CAPÍTULO 2

TRIBUNA DE ITARARÉ, IMPRENSA NACIONAL E O GOLPE DE 1964: FONTES E REPRESENTAÇÕES

Neste capítulo tratamos a imprensa como fonte e objeto de pesquisa a partir de sua relação com o poder político, fundamentando nossa análise na Nova História Política. Herdeira dos Annales e de sua terceira geração, a chamada “Nouvelle histoire” é uma vertente historiográfica que tem como um de seus principais nomes, o historiador francês René Rémond. Em sua obra *“Por uma História Política”* (1988), o autor contribuiu para uma abrangência mais ampla do objeto político e de suas representações em diferentes suportes, dos quais a mídia é uma possibilidade bastante fértil.

A criação do jornal Tribuna de Itararé por um grupo de empresários é parte das disputas políticas de sua época e de seu recorte territorial. O final do Estado Novo (1945), a fundação da UDN (1945) e as primeiras eleições municipais na cidade de Itararé-SP depois de vinte e um anos (1947) são elementos que contribuíram para seu início. Com essa análise, desejamos reconstruir a história do jornal seguindo seus diferentes espaços, os “três campos” da imprensa, isto é, o “atrás”, o “dentro” e a “frente” do jornal (ZICMAN, 1985, p. 92).

Este capítulo também discute como o golpe de Estado de 1964 e a construção da memória sobre este acontecimento são problematizados pela historiografia brasileira, analisando os discursos dos principais jornais do eixo São Paulo - Rio de Janeiro (O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Última Hora, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo). Para essa análise, selecionamos trabalhos que datam da década de 1980, próximo do final da ditadura militar, até interpretações mais recentes, produzidas no marco das efemérides dos cinquenta anos do golpe, em 2014.

2.1 A IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA

A imprensa brasileira acompanha e participa da história do País desde a circulação dos dois primeiros jornais brasileiros, o Correio Braziliense, editado em Londres, por Hipólito da Costa e A Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial vinculado à Coroa Portuguesa, enquanto esta esteve no Brasil. Os dois jornais surgiram em 1808 e inauguraram o que Barros (2019, p. 214) compreende como dois tipos de imprensa, isto é, de um lado os jornais que se dedicavam a narrar acontecimentos e compartilhar informações oficiais (iniciados com A Gazeta); do outro

um tipo de imprensa que se caracterizava pela publicação de jornais críticos e de oposição (sendo o Correio Braziliense seu primeiro representante).¹⁵

De lá para cá, passaram-se mais de 200 anos, sem que a imprensa escrita tenha deixado de existir, influenciar, dialogar e representar a sociedade e também sem que deixe de ter relações com o poder político e o Estado, ora atrelado a ele por convicção e interesses, ora censurado, outras vezes crítico e combativo, o que já nos ajuda a desconstruir a ideia da pretensa neutralidade dos periódicos. Essa relação da imprensa com o poder abrange o “equilíbrio ténue de dependência e crítica, de observação e subserviência, a busca da liberdade e a censura” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 8).

Não obstante a queda de 10%, entre janeiro e outubro de 2019, na circulação da edição impressa dos principais jornais brasileiros (PODER 360, 2019), a imprensa escrita cumpre um papel importante em nosso País, no sentido de levar uma informação que, em teoria, deve passar por uma pesquisa mais refinada até chegar ao leitor. Nos últimos anos, com o aumento crescente das *fake news*, reconhecemos que a imprensa profissional, livre e consolidada corresponde a um elemento importante para o exercício e fortalecimento da democracia e para o combate de notícias falsas.

Apesar da Escola dos Annales criticar a concepção que considerava o jornal como uma fonte movida por paixões e suspeitas, demorou para reconhecer a potencialidade da imprensa “que continuou relegada a uma espécie de limbo” na pesquisa histórica (LUCA, 2010, p. 112). Foi somente nas décadas de 1970 e 1980, com sua terceira geração de historiadores, que a historiografia passou a dedicar mais atenção aos periódicos, que passaram a “uma posição equivalente àquelas que diversas outras fontes já ocupavam na palheta historiográfica” (BARROS, 2019, p. 190). Com isso a imprensa passou a servir de fonte principal e complementar para a reconstrução dos mais diferentes objetos de estudo.

Na década de 1990 além da consolidação da imprensa como fonte na pesquisa em História, se acentua sua relação com o conceito de representação. Capelato e Dutra (2000, p. 248) identificaram que de 100 dissertações e teses defendidos no Brasil na década de 1990, cujo principal referencial teórico foram as representações, 39 problematizaram como fontes jornais ou revistas e 23 se utilizaram do referencial das representações políticas.

Dessa forma, o conceito de representação, no estudo da história política dos meios de comunicação, “deve enriquecer-se com um estudo da ‘socialização’ dos homens, da formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular” (JEANNENEY, 2003, p. 222). Para

¹⁵ Para mais informações sobre os primeiros jornais brasileiros em circulação no início do século XIX, ver Barros (2019).

entendermos como a imprensa constrói representações políticas, vamos partir do espaço local, isto é, do lugar que a imprensa teve na história de Itararé desde seus primeiros jornais, no início do século XX até a década de 1960. Dessa análise desejamos relacionar a imprensa local ao espaço nacional, de onde podemos identificar os discursos veiculados pelo jornal Tribuna de Itararé e por jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro no golpe de Estado de 1964.

2.2 IMPRENSA E HISTÓRIA POLÍTICA EM ITARARÉ-SP

Emancipada em 28 de agosto de 1893, até 1922 a cidade de Itararé recebeu o nome de “São Pedro do Itararé”. Situada no sudoeste do estado de São Paulo, distante 345 km da capital do estado, o município faz divisa com o estado do Paraná e de acordo com o censo populacional de 2010, possui 47.934 habitantes (IBGE, 2010).

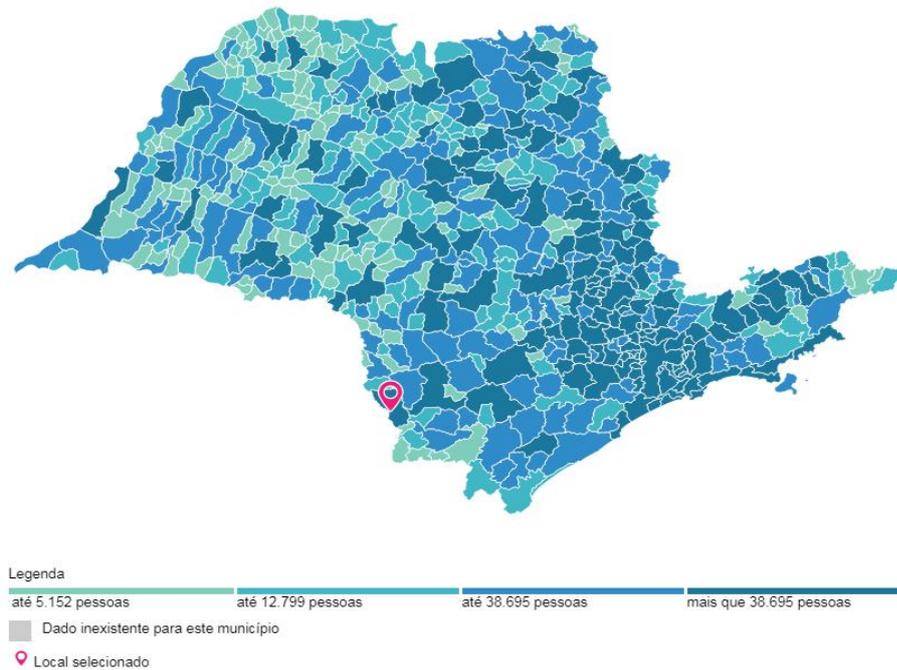
A fundação de Itararé tem em seu contexto próximo o final da escravidão (1888), a implantação da República (1889) e a revolução federalista (1893), da qual um de seus combates estava previsto para ser travado na fronteira da cidade com o estado do Paraná, devido à sua posição estratégica (BANDONI, 2008, p. 21).

Nesse contexto de transição da monarquia à república¹⁶ o direito ao voto ainda era privilégio de uma minoria masculina e alfabetizada. Segundo Carvalho (2004), levando em conta o critério de participação popular nas eleições do Rio de Janeiro, capital do Brasil à época, não é possível falarmos em povo político naquela conjuntura, visto que “a exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação” (CARVALHO, 2004, p. 85).

Quando ampliamos o recorte para todo o Brasil, os números da exclusão da cidadania também impressionam na passagem do século XIX para o XX. De acordo com os dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil, no ano de 1900, o número de analfabetos atingia 65,3% da população (INEP, 2003).

¹⁶ A transição do Império para a República e seus impactos políticos, econômicos e sociais foi tema de estudo de Carvalho (2004).

Figura 1 - Mapa do estado de São Paulo com a localização da cidade de Itararé



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Itararé. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itarare/panorama> Acesso em: 10 fev. 2020.

Essas contradições também marcavam a imprensa, que na virada dos séculos, se tornava cada vez mais uma empresa, acompanhando uma mudança que ocorria em escala mundial. Nas últimas décadas do século XIX, “o ideal de um ‘público’ informado estava dando lugar às realidades do ‘mercado’, tanto na mídia quanto na economia. A força do radicalismo diminuiu, e não eram somente os conservadores que falavam em ‘dar ao público o que ele quer’” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 198).

O primeiro jornal publicado em Itararé foi o “Correio de Itararé” em 1905. Ainda nas primeiras décadas do século XX, outros periódicos foram lançados¹⁷ e disputaram o interesse dos leitores, alguns de vida curta, outros com uma trajetória mais duradoura, como “O Itararé”, o primeiro jornal a circular por mais de uma década na cidade. Fundado por Walfrido Rolim de Moura, o primeiro número do jornal semanário circulou em 25 de setembro de 1910 (PIMENTEL, 1982, p. 106).

Em 1923 o jornal O Itararé foi vendido para Eugênio Dias Tatit, um comerciante da cidade. Essa mudança na propriedade e direção do jornal marcou também a guinada de seu

¹⁷ Entre eles “A Marreta”, “A Tribuna”, “A Folha” e “A Mocidade”. Para mais informações ver Pimentel (1982).

posicionamento político. Segundo Pimentel (1982, p. 106), O Itararé passou a partir de então “a ser, officiosamente, órgão de defesa da política do Partido Republicano Paulista”.

Enquanto O Itararé passou a ser um jornal aliado ao Partido Republicano Paulista (PRP)¹⁸, seu antigo proprietário, Walfrido Rolim de Moura, fundou em outubro de 1926, junto ao médico Franklin Corrêa, um novo jornal na cidade, o “Sul de S. Paulo”, que fazia oposição ao PRP. Logo em seguida, em dezembro de 1926, se instalou em Itararé o Diretório Municipal do Partido Democrático (PD)¹⁹, do qual faziam parte Walfrido Rolim de Moura e Franklin Corrêa, diretores do Sul de S. Paulo (PIMENTEL, 1982, p. 81).

O resultado da eleição presidencial de 1º de março de 1930, disputada por Júlio Prestes (PRP), candidato apoiado pelo Presidente da República, Washington Luís, contra Getúlio Vargas (Aliança Liberal), foi noticiado pelos jornais O Itararé e Sul de S. Paulo, que aprofundaram nessa eleição suas estratégias políticas de mobilização.

No jornal O Itararé, por exemplo, na edição de 2 de março de 1930 podemos identificar representações do jogo político da Primeira República²⁰ marcado por fraudes no processo eleitoral. Na divulgação do resultado das eleições do dia anterior na cidade, a totalidade dos 1006 votos para Presidente e Vice-Presidente foram dados somente para candidatos do PRP. Quanto a Aliança Liberal, o jornal não mencionava nenhum voto, sequer o nome dos candidatos derrotados, atitude que nos permite entender a força que o partido governista exercia no controle político daquela época (O ITARARÉ, 2 março 1930, p. 1).

A análise dessas informações nos permite identificar como as particularidades do restritivo direito ao voto estavam presentes em cidades como Itararé. Assim, ao contrário dos partidos, que Rémond (2003) entende ligados essencialmente ao objeto político, as eleições podem ser interpretadas de maneira diferente, como fenômenos que apesar de se identificar ao político “tem outras aplicações além das políticas”, recrutadas “por cooptação” (RÉMOND, 2003, p. 441).

¹⁸ O Partido Republicano Paulista (PRP) foi fundado em 1873 e extinto em dezembro de 1937, logo após o início do Estado Novo. O partido era ligado na Primeira República (1889 – 1930) às elites rurais do estado e foi protagonista nas disputas presidenciais, governando o País nos três primeiros governos civis eleitos (1894 – 1906). O presidente deposto em 1930, Washington Luís, pertencia ao partido.

¹⁹ Fundado em 1926 e formado por grupos diversos, como industriais e profissionais liberais, o Partido Democrático (PD) reunia paulistas descontentes com o domínio que o PRP exercia no estado e na condução da política nacional. Uma de suas principais bandeiras era a defesa do voto secreto. Na eleição de 1930 o partido apoiou Getúlio Vargas.

²⁰ A Primeira República (1889 – 1930) foi um período da história do Brasil conhecido pela fraude nos processos eleitorais. Naquele contexto, fundamentado pela Constituição de 1891, o voto não era secreto e permitido somente aos alfabetizados maiores de vinte e um anos. Desse processo também se excluía os estrangeiros. Já as mulheres, apesar da legislação não proibi-las de votar, eram por tradição impedidas. Nesse cenário, destacava-se a figura do coronel, chefe político sem patente militar, influenciando na manipulação eleitoral. Para mais informações sobre o voto na Primeira República ver Carvalho (2004).

O resultado nacional da eleição deu a vitória a Júlio Prestes. A Aliança Liberal, no entanto, alegou fraude e, somado a isso, teve mais um motivo para contestar o resultado da eleição após o assassinato de João Pessoa, vice-candidato na chapa de Getúlio. A morte de João Pessoa foi acompanhada da insatisfação de grupos sociais descontentes com a permanência do PRP no governo nacional, servindo de pretexto para a Aliança Liberal acusar Washington Luís como o “cérebro da operação” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 298).

No dia 3 de outubro teve início em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e na Paraíba um levante civil e militar contrário a posse de Júlio Prestes. Após vitórias que neutralizaram as forças legalistas, os revolucionários vindos do sul do País pararam em Itararé, na época um entroncamento ferroviário que ligava a região sul ao estado de São Paulo, “onde estava previsto o maior e mais efetivo combate entre os rebeldes e as forças legalistas” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 299).

Porém, “a maior batalha da América do Sul”, marcada para acontecer no dia 24 de outubro, ao meio dia, não ocorreu. Às sete horas da manhã desse dia o Presidente Washington Luís foi deposto por militares no Rio de Janeiro, faltando trinta dias para terminar seu mandato (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 300). A tropa legalista parada em Itararé foi informada pelo deputado gaúcho Glicério Alves, que atravessou a fronteira dos estados com uma bandeira branca, sobre a deposição do Presidente, e concordou com os termos da rendição. A cidade foi ocupada pelos revolucionários e no dia 28 de outubro Getúlio Vargas passou por Itararé a caminho do Rio de Janeiro (BANDONI, 2008, p. 31-32).

Com a vitória da revolução de 1930, foram nomeados Prefeitos de Itararé nomes ligados ao Partido Democrático, como Paulo Ferreira, nomeado em 27 de outubro de 1930 e o jornalista Walfrido Rolim de Moura, que ocupou o cargo entre julho e novembro de 1932 (PIMENTEL, 1982, p. 90).

Isso não significou uma sujeição absoluta desse grupo às decisões do partido. Eles estavam mais fortemente ligados aos valores da revolução e a Getúlio, como indica uma publicação do jornal Folha da Manhã, em edição de 4 de março de 1931, que reproduz um comunicado da Legião Revolucionária de Itararé, assinado por cinco membros, entre os quais Walfrido Rolim de Moura e Paulo Ferreira, no qual eles “por estarem em completo desaccôrdo com a orientação do Partido Democrático, que enveredou para a baixa politicagem, e coerentes com os principios da Revolução, consideram-se desligados desse Partido” (FOLHA DA MANHÃ, 4 março 1931, p. 5).

Esse distanciamento tem relação com a posição que o Partido Democrático adotou a partir de novembro de 1931. Rompeu com Getúlio Vargas e “concretizou um acordo com o

PRP, seu inimigo de antes. Formava-se, então, a Frente Única Paulista” (CAPELATO, 1981, p. 16). Assim, em menos de dois anos após a vitória da revolução de 1930, grupos políticos de São Paulo pegaram em armas contra o Governo Provisório, sob a alegação de que a eleição presidencial não tinha sido marcada e de que Getúlio Vargas prolongava seu governo.

Essa insatisfação de grupos políticos em São Paulo levou a revolução constitucionalista ou guerra civil de 1932, confronto armado que mobilizou parte significativa dos paulistas para o que passou a se chamar de “causa paulista”. Nesse processo de cooptação da população para a defesa do discurso das lideranças políticas, os meios de comunicação desempenharam um papel mobilizador, sendo que “vários de seus representantes tomaram parte ativa na organização e nas negociações que antecederam o levante”, como foi o caso de “Júlio de Mesquita Filho, diretor e proprietário de O Estado De S. Paulo” (CAPELATO, 1981, p. 33).

Nesse confronto Itararé foi novamente transformada em praça de guerra e consequências se deram sobre os dois jornais da cidade. O jornal O Itararé, anti-getulista, teve sua redação destruída assim que a cidade foi ocupada pelos soldados governistas. Enquanto o jornal Sul de S. Paulo não foi atingido e seu diretor, Walfrido, nomeado Prefeito em 19 de julho, após a ocupação da cidade pelos legalistas (BANDONI, 2008, p. 35-36).

Entre a década de 1930 até o fim do Estado Novo²¹ não foram mais realizadas eleições municipais para escolher o Prefeito da cidade. A decisão continuou a ser por nomeação de aliados políticos do Presidente. Nesse período, o Prefeito nomeado que por mais tempo governou a cidade foi Eugênio Dias Tatit, entre 1938 e 1947, do início ao final do Estado Novo, estendendo-se ainda por pouco mais de um ano após a deposição de Getúlio (PIMENTEL, 1982). O que chama atenção nessa escolha é que Eugênio foi, até ser nomeado Prefeito, proprietário do jornal O Itararé, que curiosamente, durante a revolução de 1932, teve a redação destruída por se opor a Getúlio e se colocar a favor do movimento paulista em Itararé.

Com a deposição de Getúlio, em 29 de outubro de 1945, chega ao fim o Estado Novo e o País passa por um período de democratização, com o fim da censura aos jornais, a realização da primeira eleição direta e com voto secreto para Presidente, em dezembro de 1945 e governadores de Estado e prefeitos em 1947, a promulgação de uma nova Constituição em 1946

²¹ Período de ditadura no Brasil entre 10 de novembro de 1937 e 29 de outubro de 1945. Teve início através de um golpe de Estado dado pelo então Presidente Getúlio Vargas, eleito indiretamente pela Assembleia Nacional em 1934. O pretexto para o golpe foi a “descoberta” de um suposto plano dos comunistas, anunciado por Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, para a tomada do poder. A ditadura do Estado Novo fechou o Congresso Nacional, extinguiu os partidos políticos e outorgou uma nova Constituição para o País. Ver Martins, L. (2010).

e a fundação de novos partidos, como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)²², a UDN²³ e o PSD (Partido Social Democrático)²⁴, que se estabelecem como a “estrutura triangular de poder” a partir de então (DELGADO, 2019, p. 133). Mudanças que inauguram a Terceira República brasileira, período no qual foi fundado o jornal Tribuna de Itararé.

2.2.1 Tribuna de Itararé: “Um jornal a serviço do povo”?

Em Itararé, algumas transformações ocorrem com o fim do Estado Novo. Na política partidária há a fundação do diretório municipal da UDN e o predomínio desse partido na eleição municipal de 1947, elegendo Francisco Alves Negrão como Prefeito, além de 9 dos 13 vereadores (PIMENTEL, 1982, p. 104). Na imprensa o protagonismo de O Itararé, dirigido por Pedro Dias Tatit, que havia se consolidado como único jornal em circulação na cidade a partir de 1934, com o fechamento do Sul de S. Paulo, passa a contar com a companhia de um novo semanário concorrente a partir de 1º de janeiro de 1949: trata-se do jornal Tribuna de Itararé.

Na década de 1940 a cidade estava em franco desenvolvimento econômico gerado pelos lucros da extração madeireira. Nesse contexto um grupo político-empresarial de itarareenses filiados à UDN, chamado grupo Imprensa Bandeirante S/A, composto por 33 acionistas, “cujos ideais eram diferentes dos que, até então, se professavam” (BANDONI, 2002, p. 1 apud PINHEIRO, 2012, p. 11), investiu na fundação de um novo jornal para se opor ao poder político exercido em nível local pela família Tatit.

Desde sua fundação, em 1º de janeiro de 1949, a Tribuna de Itararé estampou na primeira página o slogan “Um jornal a serviço do povo” como chamariz para sua leitura. Mas a qual noção de “povo” o jornal se destinava? Precisamos refletir que por trás do uso dessa palavra, há intenções dos proprietários do jornal, vinculando a ideia de “povo” como sinônimo de uma unidade do semanário aos diferentes grupos sociais e identidades que compõem a sociedade:

²² O PTB foi o principal partido ligado ao getulismo a partir de 1945. Com uma plataforma política com bases sociais e trabalhistas, teve forte penetração entre organizações sindicais e operários brasileiros. Foi também o partido que mais cresceu entre 1945 e 1964. Pelo PTB Getúlio Vargas foi eleito Presidente em 1950 e João Goulart vice-presidente em 1955 e 1960.

²³ A UDN foi o principal partido de oposição ao getulismo e também ao trabalhismo após o fim do Estado Novo. O partido disputou e foi derrotado em três eleições presidenciais (1945, 1950 e 1955) e em 1960 apoiou Jânio Quadros (PTN). A sigla estava ligada aos militares, camadas médias urbanas e ao discurso liberal, fazendo duras críticas ao populismo e inclusive demonstrando uma posição antidemocrática já na década de 1950, na tentativa de impugnar as eleições de 1950 e 1955, por alegar que os candidatos vitoriosos não tinham recebido a maioria dos votos.

²⁴ O PSD ficou conhecido por sua aliança com o PTB entre as eleições presidenciais de 1945 a 1960. Pelo partido foram eleitos Presidente Eurico Gaspar Dutra (1945) e Juscelino Kubitschek (1955). Seus componentes eram conhecidos como “raposas” da política brasileira, devido a sua capacidade de negociação política.

O conceito de povo é vago, indefinido e muito abrangente. Pode ser entendido como o conjunto da população de um país, governados, multidão, classes menos favorecidas, etc. Em qualquer desses sentidos é possível contestar o objetivo apregoado pelos representantes da imprensa de que ela expressa a vontade do povo; na sociedade há múltiplas vontades e interesses. As contradições aí existentes geram conflitos que a idéia de povo oculta porque sugere unidade (CAPELATO, 1988, p. 71).

Quando refletimos sobre o povo envolvido na fundação do jornal estamos pensando na ideia de um “povo político”, isto é, líderes políticos locais da UDN, profissionais liberais e comerciantes envolvidos na fundação de um jornal que representasse suas ideias e aspirações políticas. Logo, o político não se restringe apenas às ações de grandes líderes do Estado, mas se expande para diversos setores da sociedade, “que ora dilata e ora encolhe o campo do político. Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento, não tenha tido uma relação com o político” (RÉMOND, 2003, p. 444).

A partir de um novo órgão de comunicação os membros desse grupo empresarial podem partilhar suas ideias e “também afirmar um vínculo social e uma identidade” que “serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social” (JODELET, 2001, p. 34).

Contudo, para entendermos a força que a UDN representou em pequenas cidades como Itararé, é preciso observar alguns aspectos. Um deles está na complexidade dos grupos envolvidos no partido. De composição inicialmente heterogênea, apesar de limitada pelas decisões das elites políticas, o partido era formado por elementos das oligarquias que perderam espaço com a revolução de 1930, antigos aliados de Getúlio que se afastaram do Presidente depois de 1930 ou depois do golpe do Estado Novo de 1937, além de líderes políticos regionais de posição liberal e até mesmo representantes das esquerdas (BENEVIDES, 1988, p. 29 apud DELGADO, 2019, p. 135).

A criação da Imprensa Bandeirante, seguido da edição do jornal Tribuna de Itararé, nos permite entender a relação que os meios de comunicação têm com a realidade política de sua época. Como aponta Rémond (2003, p. 441), “os meios de comunicação não são por natureza realidade propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”.

Desde sua fundação até o ano de 1964 o jornal Tribuna de Itararé passou por trocas de diretores e rompimento entre seu grupo fundador. No início de 1955 aconteceu a primeira ruptura na estrutura do jornal, com a saída do diretor Roberto Côrtes, filho de Heitor Guimarães Côrtes, o que levou o jornal a não circular entre 20 de fevereiro e 30 de julho de 1955 e a Imprensa Bandeirante S/A ser dissolvida pelos seus acionistas.

Figura 2 - Primeira edição do jornal Tribuna de Itararé (1949)

Tribuna de Itararé

Um jornal á serviço do povo

Propriedade: IMPRESSORA BANDEIRANTE S/A Diretor: ADRIANO QUEIROZ PIMENTEL

ANO I Estado de São Paulo ITARARÉ, 1.º DE JANEIRO DE 1949 Registrado sob n. 3 N.º 1

Primeiro ano de uma Administração construtiva

A função do Município — Ação administrativa do sr. Francisco Alves Negrão — Suas realizações

A data de hoje assinala o transcurso do primeiro ano de governo do sr. Francisco Alves Negrão, que á frente do Executivo Municipal vem imprimindo orientação segura nos negocios da administração pública, demonstrando seu espirito realizador e sua ação dinâmica.

Eleito no memorável pleito de 9 de novembro de 1947, pela legenda da União Democrática Nacional, o seu nome foi sufragado pelo consenso unanime do povo itararense, que depositou em sua capacidade de trabalho e em sua probidade, as melhores esperanças, tem S. S. vencido todos os obstáculos, superado todas as dificuldades, procurando reajustar a vida financeira do Município afim de atender á todos os encargos administrativos, no desempenho de sua nobilitante função.

A organização do serviço público é o problema fundamental em que deve assentar a grandezza de uma administração, e não é possível concebemos hoje aquelas vacilantes organizações administrativas de alguns tempos atrás, em que o trato da coisa pública podia ficar em mãos de amadores, que evidentemente dedicavam ao serviço uma parcela modesta e mínima de seu trabalho.

O Município no Brasil, como em outros países, é o elemento básico da organização administrativa.

Conglomerado de famílias com interesses e necessidades comuns e que, por isso, devem manter-se em ligação harmonica, trabalhando em estreita cooperação para o bem de todos, o Município, segundo Themistocles Cavalcanti, «representa, em sua concepção pura, o conjunto dos interesses locais», sendo, no dizer de Alexandre Herculano, o «indispensavel elemento de toda a boa organização social».

A excelência das administrações e condição necessaria para a felicidade de cada parcela da população, cujas aspirações peculiares a cada núcleo de habitantes, constitui o anelo das realizações mais imediatas de sua coletividade.

Cabe aos municípios prover, pelo seu trabalho produtivo, os meios e recursos necessários á realização dos negocios de interesse local, ficando a eles adstrita, dentro de nosso regime democratico, a responsabilidade do andamento dos negocios administrativos, através da escolha dos seus legisladores e do governante municipal.

A Câmara Municipal de Itararé, por seus legisladores,



Francisco Alves Negrão
D. D. PREFEITO MUNICIPAL DE ITARARÉ

tem trabalhado eficientemente, com dedicação, tendo os seus céda correspondido a confiança do povo que os elegeu, procurando dar ao Executivo os elementos necessários á fiel execução do programa administrativo que traçou, tendo em vista que a administração municipal só poderá ser considerada eficiente, quando estiver orientada no sentido do bem-estar coletivo e do progresso do Município.

A eficiência de um governo municipal é avaliada pelos serviços e obras que têm ligação direta com o público, o que constitue, nos elementos de organização, a sua chamada função externa. Mas, a par disso, estão as funções internas da administração, que deve constituir o elemento primordial de um perfeito equilibrio administrativo.

O sr. Francisco Alves Negrão, pelos serviços que tem realizados, pela solução que tem dado aos problemas municipais, já se constituiu credor da estima e do apreço da população de Itararé, que vê tudo o que se tem feito por esta terra.

Não tendo encontrado um programa de governos delineado, deixado pelos seus antecessores, tratou logo S. S. de estabelecer e desenvolver os elementos de trabalho, aparelhando, dessa forma, a administração pública a preencher as suas finalidades.

O atual chefe do Governo Municipal, sr. Francisco Alves Negrão, foi encontrar a administração municipal em precário estado de desorganização financeira, sendo obrigado, por força das circunstâncias, a lançar mãos de todos os recursos para normalizar a vida do Município. Providenciou, desde logo, a regularização do pagamento da Dívida Consolidada do Município, que, desde 1944 encontrava-se em atraso, dividida essa contrada para a execução do serviço de água e esgotos da cidade, na importância de Cr\$3.350.000,00, conseguindo o resgate de títulos e pagamentos de juros na importância de Cr\$185.905,30.

Encontrou e procura regularizar, dentro dos recursos financeiros do Município, os pagamentos de várias contas encontradas na Prefeitura, que foram contradas sem nenhuma autorização legislativa ou orçamentária, e que atinge á quasi Cr\$100.000,00. Poderia não passa despercebida ao sr. Prefeito, que também providenciou a reestruturação de cargos, dando ao serviço público a necessaria eficiência, pois, a administração pública não pode ter o aspecto pesado e os movimentos lerdos dos organismos anquilosados. Melhorou os vencimentos dos diáristas em geral, e equiparou os vencimentos dos funcionários inativos aposentados aos dos funcionários em atividade. Concedeu pensões e auxilios ás viúvas desamparadas de velhos servidores públicos, e amparou os velhos trabalhadores incapacitados para o serviço que vinham passando privações.

Tudo foi providenciado para a normalização da vida municipal. Até os seus próprios vencimentos, num verdadeiro espirito de devotamento á causa pública, foram empregadas ao suprimento daquilo que se lar ou satisfação de suas próprias necessidades decorrentes das funções que exerce, mas para aquisição daquilo que as possibilidades orçamentarias não o permitiam, dada a exiguidade de suas dotações, como sejam compra de caminhão para a irrigação das ruas, de uma plaina niveladora adatevel ao caminhão, auxilios e gratificações a funcionários mais necessitados e outras despesas, que, enumerar seria longo.

E se ainda não bastassem as grandes realizações de seu governo e de sua ação dinâmica, aí estamos vendo o prosseguimento, em ritmo acelerado, da construção da fêde de esgotos da cidade. Só isto bastaria para fazer calar as vozes daqueles que só pensam em si mesmos, no egoismo atroz que destrói as grandes realizações.

Para fazer face á todos os encargos que se lhe depaeraram e outros decorrentes da própria administração pública, foi preciso lançar mãos dos recursos financeiros do Município, recursos esses que não poderiam vir de outras fontes, não da própria contribuição patriótica deste nobre povo, tornando-se necessario, por

(Continúa na 3.ª página)

Tribuna de Itararé
Diretor - Adriano Queiroz Pimentel

EXPEDIENTE
Jornal semanario de publicação dominical.

Preço de assinatura:
Anual Cr\$ 30,00
Semestral 20,00

A direção do jornal não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Redação e Officina - Rua 15 de Novembro, 190
Caixa Postal, 60 Itararé

Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 1, p. 1, 01 jan. 1949.

Neste interim, Hermínio Lages e João Contieri, que eram funcionários da parte gráfica do jornal, compraram uma pequena oficina e fundaram a “Tipografia Guarani”. Logo depois, os dois sócios negociaram o equipamento da antiga sociedade e retomaram a impressão do jornal Tribuna de Itararé, que voltou a circular em 7 de agosto de 1955, editado agora pela “Tipografia Guarani” (BANDONI, 2011).

Entre janeiro de 1960 e janeiro de 1964, identificamos na Tribuna de Itararé 23 notícias que tem a UDN como tema da primeira página do jornal. É um número considerável se levarmos em conta a abrangência do assunto em um jornal de circulação semanal. As publicações tratam sobre reuniões do diretório municipal, comunicados de lideranças nacionais, como Carlos Lacerda, discursos de vereadores do partido na Câmara Municipal de Itararé, entre outros tópicos. Essas publicações sempre têm uma posição de destaque na primeira página, na parte superior e em alguns casos centralizadas como manchetes. A título de comparação, no mesmo período identificamos 6 publicações sobre Jânio Quadros e, apesar do presidente do Brasil, a partir de setembro de 1961 pertencer ao PTB, identificamos somente 1 notícia sobre seu partido na primeira página do jornal.

Neste sentido, podemos reconhecer o espaço favorável que o jornal destinou para a circulação das ideias políticas da UDN, ocupando uma posição de destaque na publicação, a primeira página, chamariz para o leitor. É na primeira página que se encontram os elementos de persuasão do jornal, que constituem um produto, a mercadoria política (CAPELATO, 1988, p. 18).

Em março de 1964, a sociedade entre João Contieri e Hermínio Lages terminou e a Tribuna de Itararé passou a ser editado pela Tipografia Itararé, de João Contieri. Seu antigo sócio, Hermínio, comprou parte dos equipamentos do jornal O Itararé, desativado em fevereiro de 1963 e levou o nome da Tipografia Guarani²⁵ ao seu novo empreendimento. Para Darnton (1990), é importante compreendermos a história de um jornal e as mudanças entre seus proprietários e editores pois influenciam nas estruturas de poder desta instituição: “o poder do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera um tendência na maneira de redigir as notícias” (DARNTON, 1990, p. 77).

Foi neste contexto de transformações no jornalismo local que se insere a crise do governo Jango, que contou com eventos chave nessa conjuntura no mês de março de 1964, como o comício da Central do Brasil, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a articulação dos conspiradores pelo golpe de Estado que depôs Jango em 1º de abril de 1964.

Uma característica da Tribuna de Itararé nos jornais da primeira metade da década de 1960 diz respeito a variedade de colaboradores, sejam eles colunistas fixos, como Nelson

²⁵ Com a Tipografia Guarani, Hermínio Lages fundou o jornal “O Guarani”, cuja primeira edição circulou em 6 de fevereiro de 1965.

Meirelles Chaves²⁶ e Simplício²⁷ ou autores que publicavam seus textos com menos frequência, como Eunice Tatit²⁸ e Raul Moreira Côrtes.²⁹ Outras vezes, as publicações eram pagas, em um espaço do jornal chamado “seção livre”³⁰, geralmente ocupado por textos assinados por políticos conservadores, entre os quais Carlos Lacerda e Ademar de Barros.

Dessa maneira, é dentro de um mesmo produto, a edição finalizada do jornal, que se travam “lutas políticas” (CAPELATO, 1988, p. 34) que intencionamos reconstruir nessa pesquisa. Nas representações sobre o golpe de 1964 ou sobre os vinte e um anos da ditadura militar no País, é coerente acreditar que nem todos os colaboradores do jornal, apesar do meio social no qual estavam inseridos, foram guiados por um mesmo ideal de sociedade, que se caracterizava pela disposição em apoiar a UDN, pautas conservadoras, antirreformistas e que refutavam qualquer aliança ao programa de reformas de base de Jango. A questão é mais complexa.

Portanto, investigar as ideias políticas contidas na imprensa nos auxilia a entender toda a complexidade discursiva de seus autores que “se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento” (CAPELATO, 1988, p. 34). A reconstrução desses discursos também nos ajuda a identificar os valores e tradições de uma época representados nas narrativas.

A seguir, veremos como a historiografia brasileira tem interpretado a participação dos principais jornais da grande imprensa, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, no processo histórico que levou ao golpe de Estado de 1964 e a implantação da ditadura militar. Buscamos compreender em que momento esses jornais passaram a defender a queda de Goulart e como construíram, anos depois, a memória sobre sua relação com o golpe de 1964.

²⁶ Foi gerente do escritório da Companhia Hidroelétrica do Paranapanema (CHEP) em Itararé e escreveu para a Tribuna entre outubro de 1962 e setembro de 1964 na seção “*Crônica da Semana*”.

²⁷ Suspeitamos que Simplício pode ser Hermínio Lages, que nos anos em que a coluna “*Pequenos Tópicos*” circulou, ainda era um dos proprietários do jornal. A suspeita a ele se justifica por encontrarmos nos textos de “Simplício” muitas críticas ao regime autoritário vivido em Portugal no período, o salazarismo, governado pelo ditador António de Oliveira Salazar. Hermínio nasceu na cidade portuguesa de Vinhaes e imigrou para o Brasil com dois anos de idade.

²⁸ Foi contadora, trabalhou em diversos escritórios da cidade e como voluntária dirigiu o Asilo e o Educandário de Itararé. Na década de 1960 publicava ocasionalmente artigos na Tribuna de Itararé. Em 1963, na iminência do golpe civil-militar, foi a única vereadora eleita pela UDN na cidade.

²⁹ Foi vereador pela UDN em Itararé entre 1960 e 1963. Era irmão de Heitor Guimarães Côrtes, primeiro Presidente do diretório municipal da UDN e fundador do jornal Tribuna de Itararé.

³⁰ Seção da Tribuna destinada a publicação de artigos escritos quase sempre por leitores, políticos e empresários afinados com o discurso do jornal. A publicação no espaço deveria ser paga antecipadamente. Os textos circulavam geralmente na primeira ou segunda página, na parte superior, portanto, em um espaço de destaque.

2.3 A HISTORIOGRAFIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA NO GOLPE DE 1964

A produção historiográfica recente que trata da participação da imprensa nacional no golpe de Estado de 1964 tem sido capaz de identificar as particularidades na posição adotada pelos principais jornais brasileiros. A interpretação se inicia com o golpe propriamente dito, passando pela perseguição aos seus opositores, invasão de redações e o recrudescimento da ditadura, com o A1-5 e a censura aos jornais.

Mas, de que forma podemos notar as representações contidas na produção historiográfica sobre os usos que a imprensa fez do golpe de Estado de 1964? Dialogamos com as ideias de Jodelet (2001), que entende que a percepção sobre as representações surge de forma natural em diferentes ocasiões, pois “elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (JODELET, 2001, p. 18).

Uma análise importante da participação da grande imprensa brasileira no golpe de 1964 é encontrada no livro “*A imprensa na história do Brasil*”, de Maria Helena Capelato. Publicado em 1988, em um momento particular de nossa história, recém saída da ditadura militar, a obra entende que a maioria dos jornais exultou o golpe civil-militar. “As manchetes dos jornais expressam indignação contra o presente, entusiasmo e otimismo quanto ao futuro” (CAPELATO, 1988, p. 53). Seu trabalho destaca ainda o comportamento de dois jornais brasileiros na ditadura militar: O Estado de S. Paulo³¹ e O Globo³², os quais têm como ponto divisor de sua relação com os militares, a adoção da censura nas redações dos jornais.

Em outro texto, Capelato (2014a), divide a relação dos jornais brasileiros com o golpe de Estado e a ditadura militar a partir de uma análise mais detalhada, separando-os entre “os jornais cariocas” e “os jornais paulistas”. Entre os principais jornais dos dois estados no período, a historiadora destacou, junto do paulista O Estado de S. Paulo, o jornal Folha de S. Paulo³³.

³¹ O jornal O Estado de S. Paulo foi fundado em 1875 com o nome de Província de S. Paulo, tendo passado a se chamar O Estado de S. Paulo após a Proclamação da República. Quando do golpe de 1964, o jornal era dirigido por Júlio de Mesquita Filho.

³² O jornal O Globo foi fundado em 1925 por Irineu Marinho, que veio a falecer no mesmo ano. Seu filho, Roberto Marinho, assumiu a direção do diário a partir de 1931.

³³ A Folha de S. Paulo foi fundada em 1921, inicialmente como Folha da Noite. Em 1925 foi criada a Folha da Manhã e em 1949, a Folha da Tarde. Os três jornais foram unificados em 1960, quando o jornal diário passou a se chamar Folha de S. Paulo. Em 1962, ocorreu uma profunda mudança na empresa, passando a ser dirigida por Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho, que assumiram uma linha editorial contrária a Jango.

No Rio de Janeiro, além de O Globo, a análise deu destaque para o Correio da Manhã³⁴ e o Jornal do Brasil³⁵.

Nesta perspectiva, Capelato (2014a) traçou o percurso dos jornais, desde a tomada do poder, em 1º de abril de 1964, que foi apoiada e noticiada em manchetes e editoriais pelos cinco impressos, até a instauração do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Neste período de mais de quatro anos, algumas especificidades de cada jornal e de sua relação com a ditadura podem ser observadas, o que distingue a posição de cada diário:

A partir dos primeiros Atos Institucionais, que sinalizavam o endurecimento do regime, as posições dos jornais foram se diferenciando: OESP e o Correio da Manhã tornaram-se opositores logo após a decretação do AI-2 e sofreram as consequências dessa mudança de posição; o JB apoiou o regime até a decretação do AI-5, quando passou a ser perseguido com os outros dois jornais; a FSP, como só se posicionou contra o governo militar na fase final do regime, foi menos visada. Já O Globo demonstrou apoio irrestrito aos governos militares durante todo o período, razão pela qual foi amplamente beneficiado pelos órgãos do poder. Roberto Marinho tornou-se proprietário do maior conglomerado de comunicação do Brasil e um dos maiores da América Latina (CAPELATO, 2014a., p. 313).

Interpretação similar foi feita por Motta (2013), que divide os principais jornais brasileiros da década de 1960 em dois blocos. O primeiro deles inclui jornais que apoiaram a ditadura militar, em maior ou menor grau, nos primeiros anos, desde o apoio irrestrito ao golpe de Estado e às ações arbitrárias da ditadura, observado em O Globo, até a posição do Jornal do Brasil, que passou de um apoio inicial para críticas ao regime militar a partir de 1969, “defendendo o retorno ao estado de direito” (MOTTA, 2013, p. 81). Do outro lado estão os jornais que foram contrários ao golpe, como o Última Hora³⁶ ou que, apesar de terem apoiado o golpe, se tornaram críticos ao novo governo logo após os primeiros atos de violência, em abril de 1964, como observado no Correio da Manhã:

Por isso, quando o regime militar adotou medidas para cercear a imprensa e agrediu os valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais), a maioria dos veículos jornalísticos mostrou-se descontente. Exceto O Globo, todos os jornais analisados criticaram a censura e a intensificação da legislação autoritária, e todos se apresentaram como adeptos dos valores liberais e democráticos, inclusive O Globo. Porém, a intensidade das críticas variou bastante, assim como a disposição

³⁴ Jornal fundado por Edmundo Bittencourt em 1901. Após sua morte, em 1929, o jornal passou a ser dirigido por seu filho, Paulo Bittencourt, que faleceu em 1963. A partir desse ano, sua esposa, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, assumiu o controle da empresa e a direção do periódico. O jornal deixou de existir em 1974.

³⁵ Fundado em 1891, foi um dos principais jornais do Rio de Janeiro na década de 1960. Sua última edição circulou em 2010.

³⁶ Jornal fundado em 1951, por Samuel Wainer. Foi um órgão de apoio ao governo eleito de Getúlio Vargas e ficou conhecido pelos embates contra a Tribuna da Imprensa (de Carlos Lacerda) na década de 1950. Com o golpe de 1964, o jornal sofreu perseguições, Wainer teve seus direitos cassados e deixou o Brasil. Ver Martins e Luca (2008).

para correr riscos. Para facilitar a análise, pode-se dividi-los em dois blocos, agrupados de acordo com as atitudes adotadas diante da ditadura: O Estado de S. Paulo (OESP), Jornal do Brasil (JB), Folha de S. Paulo (FSP) e O Globo, de um lado, e Correio da Manhã (CM) e Última Hora (UH), na outra ponta (MOTTA, 2013, p. 67).

Entre 1963 e 1964, os paulistas O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo colocaram em circulação editoriais e manchetes para desestabilizar o governo Jango, apoiando-se no medo do comunismo, na crítica aos movimentos sociais e na atuação do Presidente, como esclarece Luiz Antonio Dias (2014), que investigou como os vários episódios da crise que levou a deposição de Jango foram representados pelos dois jornais.

Apesar dessa postura, isso não torna um jornal do período como uma espécie de “manipulador irresistível” da opinião pública, mas indica que esses jornais alcançavam, predominantemente, um grupo de leitores que tinha pensamento parecido com o que era publicado, de forma que “a imprensa atuaria mais no sentido de reforçar uma percepção que o indivíduo já possuiria da situação” (DIAS, L., 2014, p. 4).

Sabendo que os jornais reproduzem visões de mundo de seus proprietários e anunciantes e que, na década de 1960, a imprensa escrita, junto ao rádio, eram os principais meios de informação para os brasileiros, cabe refletirmos sobre a circulação do que é lido. Apesar da grande quantidade de analfabetos no Brasil nos anos 1960, é importante pensarmos que a circulação da palavra lida no jornal não se findava com o leitor, mas se multiplicava pelas relações sociais estabelecidas por ele. Segundo Capelato (2014b):

Nós precisamos pensar que naquele período a grande imprensa era o grande veículo porque a televisão estava começando, [...] estava muito no início e não tinha o papel que tem hoje, não tinha outros meios de comunicação como a internet. O país era iletrado (5% da população lia jornal), mas tem o efeito multiplicador. [...] A gente não pode pensar que só cinco pessoas leem o jornal, sobretudo, quando se trata dos grandes títulos, das grandes questões, então há um multiplicador que forma a opinião (CAPELATO, 2014b).

O golpe de 1964 foi tratado pela imprensa como um novo marco refundador do Brasil. A Folha de S. Paulo lançou em 31 de março de 1964 um curioso caderno especial de título “64 – O Brasil Continua”, segundo o qual “1964 seria uma nova ‘descoberta do Brasil’. Mas, para isso, o papel dos brasileiros seria fundamental: apoiar o que estava por vir, dentro da ordem e em paz”, enquanto o Estado de S. Paulo, em editorial de 2 de abril de 1964, afirmou que “1964, e não 1945, marcava o fim da ditadura no Brasil” (DIAS, L., 2014, p. 14).

Do lado carioca, a participação dos jornais Correio da Manhã e Jornal do Brasil, entre o golpe de Estado até o AI-5, em 1968, foi analisada por Chammas (2012), que teve como fonte seus editoriais. Mesmo com os esforços em construir uma memória de que atuaram na defesa

da democracia e contra os arbítrios da ditadura, a trajetória desses jornais foi marcada pelo apoio ao golpe de Estado e as primeiras ações arbitrárias dos militares.

O Jornal do Brasil defendeu grande parte das primeiras ações da ditadura militar, tentando inseri-las como um “marco da redemocratização” ou das “condições políticas da época” (CHAMMAS, 2012, p. 106). Já o Correio da Manhã, apesar de ter apoiado o golpe, passou a criticar seus resultados logo após o Ato Institucional nº1. No entanto, em nenhum momento “reuiu seu apoio ao golpe”, numa tentativa de reconhecer possíveis equívocos cometidos (CHAMMAS, 2012, p. 106).

Dessa maneira, o pretense ideário da imprensa, democrático e crítico aos militares, só ocorreu realmente, como observa Motta (2013), quando seus projetos passaram por restrições e a censura atingiu as redações dos jornais. Nesse intrincado jogo do poder, “por convicção e por interesse, as empresas jornalísticas são favoráveis à liberdade de manifestação, notadamente quando as restrições atingem-nas também” (MOTTA, 2013, p. 67).

O comportamento dúbio da imprensa também foi percebido por Carlos Fico (2014) ao pesquisar o jornal Correio da Manhã. O autor chama atenção para os títulos dos editoriais entre 31 de março e 2 de abril de 1964. Em 31 de março o editorial de título “BASTA”, pedia: “até que ponto o presidente da República abusará da paciência da nação?”. Em 1º de abril, no calor da movimentação golpista, o editorial “FORA”, clamava: “o sr. João Goulart deve entregar o governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país” (FICO, 2014, p. 65-66).

No terceiro editorial desta série, o Correio da Manhã demonstrou certa preocupação com o que caracterizou como “aproveitamento reacionário do episódio”. As violências praticadas pelo novo regime assustaram o jornal, o que explica a publicação, no dia 2 de abril, do “editorial ‘Basta! e Fora!’ no qual marcava posição contra as arbitrariedades que vieram na esteira do golpe” (FICO, 2014, p. 67).

A leitura dos editoriais nos mostra como a imprensa se envolveu com o acontecimento. Suas manchetes e títulos de destaque apresentam a força que certas palavras têm. São, pois, “palavras balas”, “devido à capacidade delas de atingir profundamente o cérebro do leitor” (CAPELATO, 2014a, p. 305).

Ao lado da interpretação historiográfica sobre a participação da imprensa no golpe de 1964, podemos pensar nos usos que grandes jornais brasileiros procuraram e, ainda procuram fazer, na reconstrução de seu passado. Essa complexa teia de memórias tem a ver com o contexto político no qual está inserido o jornal. Além disso, afirmações e retratações sobre o envolvimento em um processo traumático de nossa história, servem para o alcance de alguns interesses específicos.

A obra publicada pelo historiador André Bonsanto Dias (2014), nos ajuda a entender as muitas representações feitas pelo jornal Folha de S. Paulo sobre seu passado em torno do golpe e da ditadura militar. O jornal, cuja memória que buscou construir ao final da ditadura, se apoiava na defesa do movimento das Diretas Já e da redemocratização do País, esteve vinculado à ditadura em muitos outros momentos da história recente.

As representações construídas pelo jornal sobre dois acontecimentos decisivos no ano de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e o golpe civil-militar de 1º de abril, são problematizadas, de forma que podemos pensar como a recordação e a escrita sobre o passado, em um determinado contexto histórico, pode se alterar de acordo com o presente em que o autor (ou o editorial do jornal) faz parte:

Se em 1964, por exemplo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade representava um ‘povo’ que lutava pelas necessidades ‘democráticas’, em 1984 este povo se convertera em outra parcela que agora queria o fim de um regime ‘autoritário’, sendo que em 2004 o ‘povo’ tão apoiado pela Folha chegou a ser representado como uma parcela ‘conservadora’ da população. Com o ‘golpe’ temos o exemplo máximo. Em 1964, o que houve para o jornal foi na verdade uma ‘revolução democrática’ que partiu dos militares para instituir novamente a ordem à nação. Com o passar dos anos, a ‘revolução’ metamorfoseou-se em um ‘movimento’ militar e depois em uma truculenta ‘ditadura’. Foi assim que o jornal acabou construindo sua imagem frente àqueles anos (DIAS, A., 2014, p. 216).

Em outra ocasião, a Folha praticou um certo “deslize”, carregado de intencionalidade, que deixou transparecer uma imagem distante “de porta-voz dos preceitos democráticos e liberais” (DIAS, A., 2014, p. 197) construído pelo jornal. Nos referimos a uma das maiores crises em sua credibilidade, o editorial de título “*Limites a Chávez*”, publicado em 17 de fevereiro de 2009.

Neste texto, o golpe de 1964 e a ditadura não eram propriamente os temas principais do artigo, que tratava sobre os dez anos do governo de Hugo Chávez, na Venezuela. Ao comparar a maneira como Chávez submetia o Legislativo e o Judiciário em seu país com outras experiências na América Latina, o editorial definiu o período da ditadura militar no Brasil como:

Mas, se as chamadas ‘ditabrandas’ - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

O editorial recebeu diversas críticas no espaço “Painel do Leitor”. Como consequência, em edição de 8 de março, o jornal se retratou através da nota de seu diretor de Redação, Otavio Frias Filho, que apesar de considerar o uso do termo “ditabranda” um erro, novamente relativizou a violência da ditadura brasileira e cobrou dos críticos deste termo, considerados “democratas de fachada”, a mesma revolta diante das “ditaduras de esquerda”:

Do ponto de vista histórico, porém, é um fato que a ditadura militar brasileira, com toda a sua truculência, foi menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena - ou que a ditadura cubana, de esquerda. [...] Para se arvorar em tutores do comportamento democrático alheio, falta a esses democratas de fachada mostrar que repudiam, com o mesmo furor inquisitorial, os métodos das ditaduras de esquerda com as quais simpatizam (FRIAS FILHO, 2009).

Segundo Dias, A. (2014), havia uma disputa de memórias na relação do jornal com a ditadura. Se no movimento das Diretas já, da redemocratização do País e até o início do século XXI, a memória de “esquerda” prevaleceu, em 2009 o jornal se filiava a uma identidade predominantemente de direita:

O jornal agora precisava das memórias ditas de direita, que apoiavam ou relativizavam o regime. Memórias que o jornal procurou não só silenciar, mas apagar definitivamente durante seu processo de reformulação da identidade, ao longo do período de redemocratização. Já as memórias de esquerda, fundamentais até então, agora atacavam diretamente esta identidade e eram elas que precisavam ser silenciadas. Em nenhum momento se evidenciou de forma tão clara como a construção de sua identidade caminhou ambigualmente a essas lembranças e, invertendo mais uma vez o jogo, dependia cada vez mais delas para se firmar (DIAS, A., 2014, p. 207).

A historiografia consultada indica que foi O Globo o jornal que mais se beneficiou da ditadura militar, período no qual passou por crescimento econômico e ampliou sua participação midiática, alcançando a televisão.

Barros (2019) identificou três momentos significativos no percurso do jornal e em sua relação de apoio à ditadura. Primeiro, o ano de 1964, através de sua mobilização favorável ao golpe. Vinte anos depois, o ano de 1984, já no final da ditadura, marcado pelo editorial de Roberto Marinho, que reafirmou seu apoio ao golpe. Por fim, o ano de 2013, quando o grupo Globo modificou o tom adotado, reconhecendo “mais uma vez que apoiou a ditadura militar, mas agora afirmando que, ‘a luz da história’, tratou-se de um inegável erro” (BARROS, 2019, p. 228).

Em síntese, a historiografia brasileira tem destacado o percurso da imprensa desde sua posição frente ao golpe de Estado, até o uso que esses diários fizeram da memória sobre o golpe e a ditadura. Com o passar dos anos e a redemocratização do País, os grandes diários

demonstraram uma posição ambígua, na medida em que condenam o período, os abusos da censura, mas evitam rememorar sua íntima relação de apoio aos militares, contribuindo “indiretamente para a continuidade do regime militar, embora alguns de seus veículos prefiram hoje, cultivar outro tipo de memória sobre o período” (MOTTA, 2013, p. 85).

Tomada a interpretação da historiografia sobre a relação entre os principais jornais brasileiros com o golpe de 1964, passamos a estudar, no terceiro capítulo, como foram construídas as representações do governo de João Goulart (1961 – 1964) e do golpe civil-militar de 1964 pelo jornal Tribuna de Itararé.

CAPÍTULO 3

DO “CIVISMO DO BOM” À “REVOLUÇÃO EM CONCORDATA”: O GOLPE DE 1964 NA TRIBUNA DE ITARARÉ

De acordo com o recenseamento de 1960, naquele ano a população de Itararé era de 23.411 habitantes, dos quais 13.318 sabiam ler e escrever, o que representava 56,88% da população (IBGE, 1960). Desse número de pessoas, que podemos considerar como leitores em potencial, há de se considerar que nem todos tinham o hábito de ler jornais e que, mesmo entre aqueles que praticavam sua leitura, não o faziam de forma equivalente, afinal, “os que podem ler os textos não os leem de maneira semelhante, e a distância é grande entre os letrados de talento e os leitores menos hábeis” (CHARTIER, 1991, p. 179).

Seguindo esta perspectiva, podemos considerar que o jornal Tribuna de Itararé não era consultado por todos os leitores da cidade. Apesar disso, suas representações expressavam o comportamento político que foi predominante entre os seus habitantes na década de 1960, hipótese que pretendemos detalhar neste capítulo.

Assim, é no sentido de investigarmos e desconstruirmos as representações políticas que o jornal destinou ao governo de João Goulart, ao golpe de 1964 e ao início da ditadura militar que o capítulo se orienta. Da mesma maneira, pretendemos identificar permanências e rupturas nos discursos em circulação no jornal sobre o golpe a partir da leitura de artigos de diferentes sujeitos históricos. Conforme Moscovici (2007), é da interação humana entre eles que as representações se constituem:

Todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade, é isso que as caracteriza [...]. Se esse fato é menosprezado, tudo o que sobra são trocas, isto é, ações e reações, que são não-específicas e, ainda mais, empobrecidas na troca (MOSCOVICI, 2007, p. 40).

Dessa maneira, para analisarmos as interações entre sujeitos históricos no jornal, se faz necessário voltarmos alguns anos do golpe de 1964 e relacionarmos o que acontecia no Brasil com o pano de fundo da Guerra Fria. Vamos interpretar os discursos que circularam no jornal sobre as eleições para Presidente em 1960; a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961; o papel da propaganda anticomunista naquela conjuntura, que temia a repetição de uma “nova Cuba” na América; o plebiscito que devolveu a Jango o presidencialismo, em janeiro de 1963; o projeto das reformas de base; a ruptura democrática de 1964; e a construção da memória do jornal sobre essa data.

Elementos que nos auxiliam a pensar a complexidade de um jornal e das representações que circulam nele, ancorados à realidade política nacional e internacional, “pois do jornal local ao diário nacional, do órgão de grande tiragem ao semanário de opinião, somente a imprensa dispõe de uma gama de virtualidades sem rival” (NORA, 1995, p. 182).

3.1 A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1960

A eleição presidencial de 1960, para escolher o sucessor de Juscelino Kubitschek (PSD), dividiu o eleitorado brasileiro em três principais grupos políticos. O primeiro deles, apoiado pelo Presidente, era formado pela aliança entre PSD e PTB e tinha como candidato a Presidente o militar Marechal Lott (PSD), conhecido pelo protagonismo de seu contragolpe preventivo em novembro de 1955, que garantiu a posse de Juscelino em 1956. Ao seu lado, na tentativa de reeleição, como vice-presidente, estava João Goulart (PTB), vindo do governo de Juscelino e um dos principais líderes do trabalhismo brasileiro naquele contexto.

Como oposição, figuravam primeiramente Jânio Quadros, do PTN (Partido Trabalhista Nacional), ex-prefeito da capital paulista e ex-governador do estado de São Paulo, que tinha como vice o ex-governador de Minas Gerais, Milton Campos (UDN). A outra chapa era composta pelo também ex-governador do estado de São Paulo, Ademar de Barros, do PSP (Partido Social Progressista) e seu vice, Fernando Ferrari.

A campanha de Jânio Quadros, marcada pelo discurso da moralização política e varredura da corrupção, saiu-se vitoriosa. Jânio venceu as eleições com 48% dos votos, contra 28% de Lott e 23% de Ademar (FAUSTO, 2009, p. 437). Para vice-presidente, em uma eleição mais disputada, João Goulart foi reeleito. Isso se deve, em boa parte, ao famoso movimento “Jan-Jan”, campanha não oficial pela eleição de Jânio Quadros e João Goulart, já que como não havia a obrigatoriedade de se votar em candidatos aliados na mesma chapa, políticos com trajetória e posicionamento distintos poderiam ser eleitos.

Em Itararé, o resultado da eleição de 1960 foi parcialmente diferente do resultado nacional. Dos 5.157 eleitores que votaram em 3 de outubro, Jânio venceu com 2.405 votos, contra 1.591 de Ademar de Barros e 868 do Marechal Lott. Para vice-presidente, o udenista Milton Campos venceu com 2.207 votos, contra 1.873 de João Goulart e 450 de Fernando Ferrari (PIMENTEL, 1982, p. 142). Esses dados, que deram vitória a chapa PTN-UDN, podem indicar posições da população de Itararé mais ligadas ao campo conservador, de direita e antirreformista, conforme veremos a seguir.

Nas páginas da Tribuna de Itararé, houve uma mobilização e um esforço em alimentar a campanha de Jânio e de Milton Campos com elogios a suas administrações “saneadoras” nos estados de São Paulo e Minas Gerais, acompanhado da desconfiança e suspeição sobre os rumos que o País poderia tomar com Lott e João Goulart. Essa posição também aparecia nos textos enviados pelos leitores ao jornal. Em um deles, na edição de 31 de julho, a poesia “*A Vassoura e a Espada*”, escrita por José Damaceno Mesquita, foi publicada na segunda página. Nela os símbolos da vassoura e da espada servem de alegoria para representar as características dos candidatos Jânio Quadros e Henrique Teixeira Lott, transformadas em versos.

De um lado são destacadas as ações realizadas por Jânio para a cidade de Itararé, como inauguração de escolas e a chegada da água encanada a um bairro da periferia, enquanto a imagem de Lott é a de um comandante militar pronto para uma guerra. Seu nome é relacionado a “metralhadoras, tanques de guerra e canhões”, a um “governante da caserna” e político que impediu o desenvolvimento agrário do Brasil, transformando “a zona de lavoura em campo de concentração” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 31 julho 1960, p. 2).

A escolha da espada para simbolizar Lott pode ser explicada por um discurso do candidato, criticado pela Tribuna em manchete da mesma edição, no qual Lott se dirigia a UDN como um partido dúbio, que ao mesmo tempo em que segurava na mão esquerda a “cruz de Cristo” e defendia a bandeira da liberdade, tinha escondida na mão direita, a “espada do diabo”, favorável a “implantar a escravidão” do povo brasileiro (TRIBUNA DE ITARARÉ, 31 julho 1960, p. 2).

Já a desconfiança do jornal sobre João Goulart remonta a sua trajetória anterior na política, como Ministro do Trabalho de Vargas e vice-presidente de Juscelino Kubitschek. A força de Jango entre os trabalhadores foi adjetivada pela Tribuna de Itararé como defesa do “peleguismo”, que o jornal associava com suspeitas de corrupção em sua campanha. Jango estaria por trás de “um esquema para o lançamento de um plano revolucionário de propaganda da sua candidatura”, custeada pelos “recursos da Previdência Social, generosamente concedido pelo Governo” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 21 agosto 1960, p. 1).

Essas notícias eram cuidadosamente distribuídas nas páginas do jornal. No processo de diagramação das matérias, a Tribuna procurou aproximar notícias de caráter negativo sobre João Goulart ao lado de anúncios de campanha ou realizações políticas de Jânio e Milton Campos. Essa estratégia pode ser relacionada ao que Darnton (1990, p. 73) considera sobre a disposição dos textos no jornal, uma prática com intenções, das quais “as designações, os cortes e a distribuição ou ‘jogo’ das matérias fazem parte de um sistema de reforço positivo e negativo”.

A edição de 2 de outubro de 1960, que antecedeu a eleição presidencial, é um exemplo desse processo. Em uma das matérias a fotografia de Jânio com a frase “Não desespere. Jânio vem aí” está ao lado de uma publicação dedicada “Ao Trabalhador!” com o pedido ao eleitor para votar em Jânio e Milton Campos e evitar João Goulart, considerado “aliado dos comunistas e conhecido pelas suas traições, pelas suas agitações e pelas suas constantes mistificações aos trabalhadores”. Na mesma matéria são criticados os aliados de Jango na Previdência Social, que estariam “engordando com o dinheiro roubado” do trabalhador (TRIBUNA DE ITARARÉ, 2 outubro 1960, p. 4).

Nessas condições, não foi nenhuma coincidência ou acaso da edição ter registrado na parte inferior da página a frase: “MILTON CONTRA A CORRUPÇÃO”.

Figura 3 – Representação de Jânio Quadros e João Goulart no jornal (1960)

do dentro do seu organiza-
mo, um Setor Especiali-
zado de Informação. De-
sejamos informar quais
serão as atividades e a
organização do Setor de
Informação Agrícola da
D. A. T. E. e futuramente,
a sua estrutura, assim que
receber a aprovação ne-
cessária. Quando se pro-
cura ensinar ao Agricult-
or ou a sua família uma
prática nova ou quando
deixa motivá-lo a uma
mudança de sistema e
de hábito - nem sempre
o simples «explicar» dos
motivos é o suficiente.
Necessário se torna o em-
prêgo de auxílios audio-
visuais que lhes permiti-
rão uma compreensão me-
lhor daquilo que se dese-
ja explicar ou conseguir.
Todos nós temos a mes-

neira de motivar o lavra-
dor para que se utilize
mais os serviços do Tec-
nico que a Secretaria da
Agricultura matêm no
seu município. Dentro da
própria organização do
programa radiofônico já
informado, o Setor de
Informação tem se desen-
cumbido também da ta-
refa de encaminhar às di-
versas Seções Especiali-
zadas da D.A.T.E., as nu-
meras consultas que os
lavradores fazem por es-
crito através do citado
programa.
No que diz respeito às
Excursões - um dos mais
eficientes métodos de co-
municação - o P. D. V. ad-
quiriu um ônibus com 42
lugares e o Setor de In-
formação procura equipá-

lavradores.
E vasto o programa que
o Setor de Informação
Agrícola tem para reali-
zar.
Uma vez executado, ele
justificará sobejamente as
razões porque foi criado
e assim Informação e
Agricultura andarão jun-
tas contribuindo para o
progresso do homem do
campo. O principal e su-
premo objetivo.

Declaração
Para fins legais, declaro que
extraíra-se o Certificado do
Campeão Mercedes Benz, de
modelo propriedade, motor LP
331.000/325, expedido pela De-
legacia de Polícia local.
Itararé, 01/09/60
a) Carlos Luck

Necrologia
Nesta cidade:
30/9 - Faleceu o sr. Pedro
Santos Silva, com 71 anos de
idade, ferroviário aposentado
da RVPSC e antigo moedor
nesta cidade. Deixa viúva d.
Joaquina Maria Correia e as
seguintes filhas: Cipriano, João,
Tomé, Benedita, Vicentina, Na-
talia, casados, e Alice e Anto-
nio, solteiros.
Em Ponta Grossa:
9/9 - Faleceu a menina Ana
Maria, com 3 anos de idade.
Era filha do nosso prezado as-
sistente sr. Agenor Fernandes e
de d. Olívia Fernandes, atual-
mente residentes em Ponta
Grossa.
Nossos pêsames.

Sociais
— cont. da 3ª pág.
Nascimentos
Nesta cidade:
30/9 - Joiceira, filha do sr.
João Francisco dos Santos e
de d. Walscey Ferreira dos
Santos.
11/9 - Edvane Marilda, filha
do sr. Arthur Roberio de Sá
e de d. Eleonora C. Ribeiro.
16/9 - Ihsedulo, filho do sr.
Theodoro Iszczuk e de d. Jan-
áira Amaral Iszczuk.

Visitantes
Esteve na cidade, tendo
visitado nossa redação na
semana que se finda, o
sr. Leonário Juvenio Ro-
drigues, Inspetor Regio-
nal da Campanha Urano
de Capitalização, que se
fazia acompanhar do nos-
so amigo sr. Pedro Bue-
no, Inspetor local dessa
conhecida companhia de
economia popular.
Nossos agradecimentos
pela visita.

ESPORTES
Rêde, 1 x Olinda, 2 - Inaugurando a placa dando o
nome de Carlos Menck ao seu estádio, o Rêde F. C. enfren-
ta domingo último, renomado esquadrao do Olinda F. C.
na cidade de Ponta Grossa. O quadro, local não conseguiu
levar a melhor frente ao seu adversário, sofrendo um revez
por 2 tentos a l.

Sr. Antonio Faggione
Visitou nossa cidade, em
viagem de rotina a servi-
ço da função que exerce,
o sr. Antonio Faggione,
digno Inspetor do «Cor-
reio Paulistano», o Ban-
deirante da Imprensa Pau-
lista.

**Ajude a fazer
o Censo**

Impressos?
Tipografia Guarani

Rações Santista e Adubos Serrana
VENDAS
S/A MOINHO SANTISTA — Rua Avaré, 127 — Tel. 87 — ITAPEVA

MILTON CONTRA A CORRUPÇÃO

A estratégia de pôr uma notícia próxima a outra é “capaz de produzir uma metalinguagem, na qual determinadas associações serão instantaneamente passadas ao leitor” (BARROS, 2019, p. 226). Neste caso, pretendia-se que o leitor votasse não só em Jânio, mas também em seu vice, Milton Campos, por meio de uma produção discursiva que associava seu adversário, João Goulart, à corrupção, ao empreguismo e ao comunismo.

Na mesma edição de 2 de outubro circulou uma publicação de título “Como Votar”, com uma espécie de cédula eleitoral, já preenchida, que orientava o eleitor da forma “correta” de marcar os nomes no dia da votação. Seguindo esse modelo, o eleitor estaria “certo de que votou nos melhores candidatos”, além de estar “cooperando para um Brasil cada vez mais grandioso” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 2 outubro 1960, p. 4). Com mais essa publicação reconhecemos como o jornal utilizou de várias técnicas para evitar o voto de seus leitores no Marechal Lott e, principalmente, em João Goulart.

Figura 4 - Modelo de cédula eleitoral publicada pelo jornal para as eleições de 1960

Como votar:

PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— **Janio Quadros**

— Adhemar de Barros

— Marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott

PARA VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— Fernando Ferrari

— João Goulart (Jango)

— **Milton Campos**

Ao penetrares na cabine indevassavel, tendo em mãos a cédula única, que lhe será entregue pelo presidente da secção em que você vai votar, não vacile, para Presidente da República, coloque uma cruz ou um xis no primeiro quadrinho, onde se acha o nome de **JANIO QUADROS**. Para Vice-Presidente da República, assinale também com uma cruz, ou um xis no terceiro quadrinho, onde se encontra o nome de **MILTON CAMPOS**. Assim procedendo, podeis estar certo de que votou nos melhores candidatos e estareis assim cooperando para um Brasil cada vez mais grandioso.

(art. 3 parágrafo único do C. E.), da inscrição do seguinte eleitor: **ARNALDO DE MELLO**, brasileiro, solteiro, escriturário, natural desta cidade, nascido aos 26 de janeiro de 1.941, filho de Izalina Hortencia de Mello, eleitor inscrito nessa 57.ª Zona sob n. 5375.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado pelo jornal local. Dado e passado nesta cidade de Itararé, aos 26 dias do mês de setembro de 1960 Eu Natércia Freitas, Escrivã Eleitoral datilografai e assino.

O Juiz Eleitoral
Walter Xavier Homrich

Tribuna de Itararé
EXPEDIENTE
Assinatura anual - na cidade 80,00 - Fora da cidade 100,00.
Preços de publicações: na 1.ª página 20,00 o centimetro de coluna; na última pag. 15,00 o cm.; em página indeterminada 10,00 o cm.

Ajude a salvar uma vida fazendo uma doação de Sangue
O Banco de Sangue da Santa Casa atende diariamente das 8 as 12 horas.

Leiam e Assinem
O "Correio Paulistano"

Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 565, p. 3, 2 out. 1960.

Podemos também considerar que o medo de transformações imprevisíveis, que pudessem atingir setores sociais privilegiados, levou a formação de um discurso que criticava, de todos os modos, a candidatura de Jango, que no senso comum, poderia ser associado ao comunismo. Ainda assim, sua vinculação ao comunismo foi explorada em menor grau do que seria feito anos depois, crescendo à medida que suas relações com o Congresso, os Estados Unidos e a imprensa nacional se fragilizaram.

Com esses elementos enxergamos a estratégia do jornal em dar importância considerável a escolha da vice-presidência da República, “tão importante quanto a própria Presidência”. Jango foi descrito como um candidato sem as qualidades necessárias para o cargo. Para ocupá-lo, segundo a Tribuna, o perfil do eleito precisava ser diferente: “a vice-presidência da República não é um Jardim da Infância, nem pode ser confiado a quem tenha fé de ofício suspeita ou duvidosa” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 31 julho 1960, p. 1).

Mal imaginava o eleitor itarareense que essa eleição seria a última para muitos de sua geração e que a próxima eleição presidencial livre e direta só seria realizada depois de vinte e nove anos, em 1989. Jânio Quadros, que assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1961, permaneceu no cargo somente sete meses, tendo renunciado em 25 de agosto de 1961. A moralização prometida com a varredura da corrupção no País se dissipou com sua renúncia, no que a historiografia considera ser uma tentativa fracassada de golpe de Estado.³⁷

3.2 “VOCÊ SABIA QUE...”: ANTICOMUNISMO FOI NOTÍCIA EM ITARARÉ (1958 – 1962)

O imaginário social anticomunista se origina no Brasil logo após a Revolução Russa de 1917 e expressa uma influência internacional de reação à revolução bolchevique. Com o passar das décadas, essa rejeição ganha novos elementos, personagens e representações em seu discurso, o que significa entender que as matrizes que constituem o anticomunismo são variadas e se complementam a cada risco de aproximação do chamado “perigo vermelho” (MOTTA, 2000, p. 16).

Neste tópico vamos analisar como se deu a circulação da propaganda anticomunista no jornal Tribuna de Itararé, entre 1958 e 1962, período no qual identificamos 20 publicações dedicadas a defender os valores ocidentais pró-Estados Unidos e representar os adversários ideológicos da nação ocidental, especialmente o modelo comunista da União Soviética.

³⁷ Para compreender como sua renúncia pode ter sido uma tentativa de golpe, consultar Queller (2019).

Para Motta (2000), a base do discurso anticomunista tem origem a partir de três matrizes principais: o cristianismo (especialmente o catolicismo), o nacionalismo e o liberalismo, devendo ser entendido “antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade” (MOTTA, 2000, p. 32).

O autor também aponta três momentos de “anticomunismo agudo” na história política brasileira, isto é, períodos nos quais a mobilização anticomunista foi intensificada através de publicações veiculadas na imprensa. Entre 1935-1937, no contexto do levante comunista de novembro de 1935, também chamado de “Intentona Comunista”; entre 1946-1950, nos primeiros anos da Guerra Fria, período no qual, por poucos anos, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) atuou legalmente, até ter seu registro cassado, em 1948; e por último durante a crise que levou ao golpe de 1964 (MOTTA, 2000, p. 7).

Foi seguindo este percurso que a propaganda anticomunista apareceu no jornal Tribuna de Itararé. No ano de 1960, enquanto os eleitores eram mobilizados para escolher o sucessor de Juscelino Kubitschek, sem que muitos percebessem, um tipo de propaganda política ocupava vários espaços na imprensa do País. Tratava-se da USIA (*United States Information Agency*), a Agência de Informação dos Estados Unidos.

Essa instituição foi criada em 1953, no mandato de Dwight Eisenhower³⁸, como uma arma de propaganda ideológica responsável pela circulação de conteúdo anticomunista no exterior, divulgado em diferentes mídias, como a imprensa escrita, os curtas-metragens no cinema, em exibições na televisão, entre outros suportes (AZEVEDO, 2018, p. 11-12).

Foi assim que durante a Guerra Fria³⁹ os Estados Unidos e a União Soviética encontraram um ambiente próspero de circulação de seu arsenal ideológico de propagandas para a defesa de seus interesses estratégicos. A aparente estabilidade desse contexto não deve ser confundida com um período de relações pacíficas entre as nações. Segundo Hobsbawm (1995, p. 249), “dificilmente houve um ano entre 1948 e 1989 sem um conflito armado bastante sério em alguma parte. Apesar disso, os conflitos eram controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem uma guerra aberta – isto é, nuclear – entre as superpotências”.

³⁸ Presidente dos Estados Unidos entre 1953 e 1961.

³⁹ Expressão utilizada para explicar a disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial (1945), por áreas de influência, de expansão de seu poderio militar e de suas ideologias que se diferenciavam, pois enquanto os Estados Unidos era um país capitalista, a União Soviética vivia um regime comunista. A disputa entre o poderio das duas superpotências pode ser melhor compreendida através de sua extensão, seja na corrida armamentista, corrida espacial, posicionamentos distintos em “guerras quentes”, como a Guerra da Coreia e Guerra do Vietnã e a divisão da Alemanha em dois países. Para uma complexa análise deste período, ver Hobsbawm (1995).

Em 1963 a USIA chegou a contar com 64 postos de informação em cidades brasileiras, dos quais as que se localizavam mais próximas de Itararé estavam em Itapetininga-SP e Ponta Grossa-PR. A partir desses postos sua propaganda era distribuída através dos USIS (*United States Information Services*), coordenadores locais dos postos “que disseminavam as mensagens americanas ao público brasileiro de acordo com as instruções de Washington, mesclando propaganda e entretenimento” (SANTOMAURO, 2015, p. 27).

No jornal Tribuna de Itararé a propaganda circulou em artigos, caricaturas e principalmente na seção “Você sabia que...”, responsável por 17 publicações. Essa seção de “curiosidades” não tinha uma página ou posição definida no jornal, sendo composta por um texto curto, de fácil compreensão, acompanhado de ilustrações. Além disso, nem todas as publicações eram assinadas. Esse era um artifício comum da Agência no sentido de que suas produções fossem menos “tendenciosas” e não demonstrassem a interferência direta dos Estados Unidos na criação do material (SANTOMAURO, 2015).

Em um dos primeiros materiais, reprodução de uma publicação do jornal peruano *La Prensa*, Nikita Khrushchev⁴⁰ foi representado em uma caricatura em que aparece em frente ao espelho, se maquiando e tentando se disfarçar com bigode e peruca, do personagem que está representado em um quadro a sua frente: Josef Stalin. Percebe-se nessa caricatura a tentativa de vincular Khrushchev como uma imitação - “O Mascarado” – de Stalin, morto em 1953, como que se o líder comunista, sem uma identidade própria, quisesse se transformar em um novo Stalin, começando por sua fisionomia.

É importante elucidar quais eram as intenções encobertas por trás deste anúncio. Quando seus idealizadores relacionam a trajetória política de Khrushchev como uma repetição do governo de Josef Stalin, sem qualquer tipo de distinção ou individualidade, desconsideram, intencionalmente, decisões tomadas dois anos antes, no curso do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956.

Neste Congresso, Nikita Khrushchev, tratado pelos USIS como uma “cópia” de Stalin, dirigiu para 1.500 delegados do PCUS o discurso conhecido como “relatório secreto”, através do qual criticou o culto à personalidade atribuído a Josef Stalin e fez sérias denúncias contra sua administração, dando início ao processo chamado de “desestalinização” e que como consequência histórica trouxe cisões e divergências no movimento comunista internacional (MOTTA, 2000, p. 288).

⁴⁰ Secretário geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) entre 1953 e 1964.

Figura 5 – Caricatura de Nikita Khrushchev na Tribuna de Itararé (1958)



Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 438, p. 2, 13 abr. 1958.

De forma geral, seu discurso se sustentou em quatro pontos: apontar os equívocos cometidos por Stalin durante a Segunda Guerra Mundial; criticar sua política destinada à agricultura, que teria causado a morte da população camponesa; apresentar erros na condução da política externa do país; e, fundamentalmente, o ponto central, no qual Khrushchev responsabilizou Stalin pelos “expurgos” políticos de opositores e ex-aliados durante a década de 1930, causando o aprisionamento de milhões e a execução de centenas de milhares de pessoas (ARAUJO, 2016).

Ignorando todas essas informações, a propaganda dos USIS não fez distinção entre os líderes soviéticos e se aproveitou dos resultados da divisão do movimento comunista internacional para explorar o anticomunismo. Stalin e Khrushchev eram, pois, representantes comunistas e, independentemente de qualquer particularidade na condução da União Soviética, deveriam ser condenados.

Em outro anúncio, na seção “Você sabia que...”, há uma pretensa manifestação pela paz entre as nações e a associação entre regimes tirânicos ao início de guerras. A propaganda enfatiza que o aço utilizado na construção de tanques de guerra poderia servir para fabricar instrumentos de trabalho no campo. São apresentadas armas (tanque e avião) e é proposta uma

solução para se evitar conflitos: produzir equipamentos para o trabalho agrário. Mas, afinal, o porquê dessa preocupação com o “campo”? Uma pista é lembrar que a revolução cubana⁴¹ era um evento recente que havia tido o apoio e a participação das populações das áreas rurais da ilha. Contudo, esse problema só seria resolvido e as guerras evitadas, se as “tirânicas” e a “falta de compreensão entre os povos”, isto é, o acirramento das tensões na Guerra Fria, fossem enfrentados.

Figura 6 – Propaganda dos USIS na Tribuna de Itararé (1959)



Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 497, p. 2, 14 jun. 1959.

Na publicação de abril de 1960 o alvo do ataque foi a organização partidária existente na União Soviética. Neste anúncio, o PCUS não é reconhecido como representante legítimo dos trabalhadores soviéticos. Segundo a publicação, a participação de operários nas decisões partidárias se tratava de um “mito”, representado pela imagem do que parecem ser delegados em um Congresso, sem expressão e qualquer tipo de voz, como aponta o anúncio: “chegam sem nenhuma autoridade e saem da mesma forma” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 3 abril 1960, p. 2).

⁴¹ A Revolução Cubana foi um movimento de guerrilha liderado por Fidel Castro que tomou o poder em Cuba em 1º de janeiro de 1959, derrubando o ditador Fulgêncio Batista. Após a vitória da insurreição, a ilha, muito próximo dos Estados Unidos, passou a ser apoiada economicamente pela União Soviética, o que acirrou as tensões em um mundo já dividido pela Guerra Fria.

Figura 7 - Propaganda dos USIS na Tribuna de Itararé (1960)



Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 539, p. 2, 3 abr. 1960.

Com essa publicação, a propaganda tenta deslegitimar também a realização periódica dos Congressos e a participação dos representantes da população soviética, os delegados, nesses encontros. O material distribuído indica que os operários seriam cooptados para as reuniões a partir das ordens do “Kremlin”, cumprindo a função de meros ouvintes, incapazes de qualquer manifestação. Esse tipo de representação apresenta mais um elemento de como o discurso de Khruschchev, no XX Congresso do PCUS, foi explorado por grupos anticomunistas.

Nas propagandas selecionadas se percebe que as notícias que se referem à União Soviética e ao comunismo eram de estranheza e negação de seus valores. Enquanto isso, o modo de vida dos habitantes da maior democracia liberal das Américas era valorizado por publicações que destacavam feitos de esportistas, astronautas, cientistas e militares estadunidenses, no mais legítimo *american way of life*.

A última propaganda dos USIS circulou em fevereiro de 1962 na Tribuna. No entanto, o discurso anticomunista foi conservado, não se restringindo apenas às publicações da Agência de Informação dos Estados Unidos contra o modelo soviético, mas também em artigos sobre os riscos da repetição de experiências mais próximas, como o caso de se criar uma “nova Cuba” na América. A impressão que temos é que, conforme os anos passavam, o “perigo vermelho” mais se aproximava do Brasil.

3.3 “CHEGOU A HORA DE DIZER NÃO!”: O PLEBISCITO DE JANEIRO DE 1963

A posse de Jango em 1961 foi marcada por um negociado e demorado retorno ao Brasil de sua viagem à China. Quando desembarcou no País, algumas mudanças haviam ocorrido no cenário político. A renúncia de Jânio Quadros não tinha afastado somente o ex-Presidente, mas o modelo de governo presidencialista. Logo, uma das condições para a posse de João Goulart, feita pela ala militar que resistiu a ela, era que Jango assumisse o poder sob um outro regime, em que seus poderes fossem, em teoria, diminuídos com a escolha de um Primeiro-ministro. Foi somente assim que em 8 de setembro de 1961 João Goulart assumiu a Presidência do Brasil, tendo como seu Primeiro-ministro, Tancredo Neves, do PSD.

Os jornais brasileiros tiveram uma posição dúbia no impasse para a posse de Jango. Com exceção dos jornais O Estado de S. Paulo, Tribuna da Imprensa e O Globo, que defenderam o veto dos ministros militares, a grande imprensa “seguiu a solução constitucional para a crise” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 29) e apoiou Jango, posição que também foi seguida por outros setores da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidades que em 1964 seriam favoráveis ao golpe.

A Tribuna de Itararé seguiu a posição majoritária da imprensa e apoiou a posse do vice-Presidente como “solução para a crise”. Entretanto, o jornal entendia como condição para tal um “remendo à Constituição” e a adoção do Parlamentarismo como sistema de governo. Dessa forma, a presidência da República seria entregue a Jango “sem os temores de governar mal, porque no regime parlamentarista quem governa é o gabinete, formado com aprovação do Congresso” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 3 setembro 1961, p. 1). Nessa análise percebe-se que a legitimidade de Jango para o cargo estava condicionada à limitação de seus poderes, o que evidencia que naquele momento, para a Tribuna e grande parte da imprensa brasileira, o jogo democrático só aceitaria um Presidente como Jango mediante um regime diferente de governo.

Desde que assumiu o cargo, Jango não escondeu que desejava o retorno ao presidencialismo, onde de fato, pudesse exercer plenamente seus poderes de chefe do Executivo. Esse retorno só aconteceria mais de um ano depois, mediante um plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, onde a população brasileira deveria responder se apoiava ou não “o Ato Adicional que institui o parlamentarismo”. A proposta de Jango era o eleitorado votar “NÃO” pela continuidade do parlamentarismo, restaurando assim o presidencialismo.

Na campanha que antecedeu o plebiscito, a grande imprensa brasileira teve um comportamento similar ao apresentado na posse de Jango, em 1961. Convergindo com forças

de esquerda, “jornais como O Globo e o Correio da Manhã apoiavam o retorno ao presidencialismo. Na imprensa, a propaganda paga a favor do plebiscito era sistemática” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 81). Apesar disso, O Estado de S. Paulo, que já havia sido contra a posse de Jango, permaneceu contrário ao voto pelo presidencialismo no plebiscito.

Seguindo a maioria dos grandes jornais brasileiros, a Tribuna de Itararé, nas edições de 25 de dezembro de 1962 e 1º de janeiro de 1963, passou a estampar, cobrindo toda sua última página, um grande anúncio de apoio ao retorno do presidencialismo. No primeiro deles, uma mão colocava uma cédula com a escrita, em letras maiúsculas, do voto ”NÃO”. Em outro anúncio, uma mensagem com mais simbolismo: um homem, carregando uma enxada e de chapéu, representando um trabalhador rural, apontava o dedo indicador para o leitor. O desenho é acompanhado da frase “Chegou a hora de dizer NÃO!”:

Em 6 de janeiro de 1963 a maioria expressiva da população brasileira alfabetizada optou pelo retorno do sistema presidencialista de governo. “Dos cerca de 11,5 milhões de eleitores, quase 9,5 milhões, ou cinco em cada seis eleitores, votaram pelo retorno do regime presidencialista. Goulart, pode-se dizer, foi eleito pela segunda vez” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 89).

Em Itararé, não aconteceu movimentação diferente e a Tribuna tratou de apresentar na parte inferior da primeira página, com destaque, o resultado da consulta: com taxa de abstenção de 35%, dos 4.449 eleitores que compareceram, 3.547 votaram “NÃO” e apenas 375 votaram “SIM”. Brancos e nulos somaram 227 votos (TRIBUNA DE ITARARÉ, 13 janeiro 1963, p. 1).

Com esses dados, podemos refletir sobre o comportamento do eleitor de Itararé. Apesar de em 1960 Jango não ter saído vitorioso como vice-presidente na cidade, no plebiscito de 1963 a maioria dos votos foi favorável à devolução dos poderes presidenciais a ele, o que nos permite pensar sobre como esse eleitor enxergava a situação: Jango não foi a escolha preferida em uma votação direta, porém, se o que estivesse em jogo fosse o retorno ao regime presidencialista, ele poderia ser respaldado pelo voto da população.

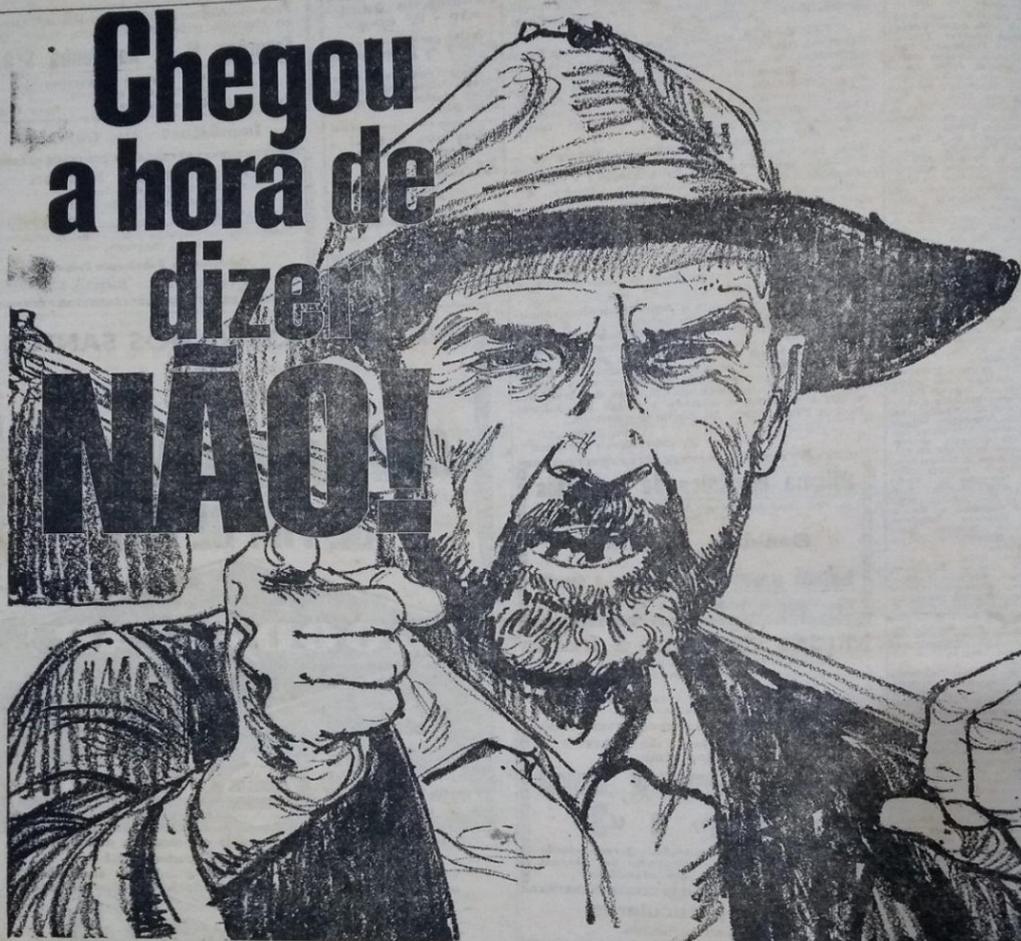
Neste sentido, um questionamento sobre o resultado do plebiscito se refere ao porquê do presidencialismo, e logo, o voto pelo aumento dos poderes de Jango, ter recebido uma votação tão expressiva e o apoio e respaldo da maioria dos jornais brasileiros. Segundo Motta (2000), setores conservadores da direita brasileira decidiram apoiar o retorno do presidencialismo e dar “um voto de confiança” a Jango pois almejavam as eleições presidenciais de 1965 e, como “candidatos em potencial à presidência gostariam de ver o Executivo restaurado em seu poder tradicional” (MOTTA, 2000, p. 310). Foi o que quase

aconteceu. João Goulart retomou seus poderes e deu continuidade, agora respaldado pelo voto popular, ao que seriam os últimos 15 meses da democracia brasileira nos anos 1960.

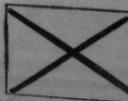
Figura 8 - Propaganda a favor do voto pelo presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963

Pág. 6 *Tribuna de Itararé* 1-1-63

Chegou a hora de dizer NÃO!



Contra a miséria
Contra o analfabetismo
Contra a falta de terra
Contra a usurpação do seu voto

NO DIA 6 DE JANEIRO MARQUE  **NÃO**

Você paga mais porque quer

Ande um pouco mais para comprar por muito menos **SAPATARIA JUQUETA**

NÃO porque o povo é contra o Ato Adicional que instituiu o Parlamentarismo;
NÃO porque o povo exige um regime que seja expressão autêntica da sua vontade soberana;
NÃO porque o povo quer reconquistar o direito de eleger o Presidente da sua livre escolha;
NÃO porque é essencial preservar a autoridade do Presidente para que se façam as reformas que o País exige;
NÃO porque o povo está cansado dos conflitos políticos que geram crises sucessivas;
NÃO porque o povo deseja um regime que funcione, onde a administração, trabalho e o Governo governe.

Na SAPATARIA JUQUETA você compra de tudo em **CALÇADO** para Cavalheiros, Senhoras e Crianças, por muito menos.
Rua S. Pedro, 174 (próxima a Ford)
Itararé - E. S. Paul

Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 669, p. 6, 01 jan. 1963.

3.4 1963: UM ANO DE CRISES NO BRASIL E NO MUNDO

Com a vitória no plebiscito, Jango pode enfim reestabelecer seus poderes presidenciais e enviar ao Congresso Nacional, em março de 1963, o principal projeto que desejava aprovar: as reformas de base. Esse projeto, “mesmo não agradando inteiramente a todos, permitiria a realização de uma proposta de reforma com enorme potencial como política de reparação de desigualdades econômicas e sociais” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 111).

A aprovação das reformas de base atendia a um conjunto amplo de reivindicações sociais, como a reforma agrária, administrativa, fiscal, urbana e universitária. Na pauta de medidas ainda se destacava o direito de voto aos analfabetos, a legalização do Partido Comunista Brasileiro e o controle de lucros do capital estrangeiro no Brasil (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 39).

Junto das reformas de base havia sido pensado um novo plano econômico para o País, o Plano Trienal, elaborado pelos ministros do Planejamento, Celso Furtado, e da Fazenda, San Tiago Dantas. Esse plano foi pensando como diretriz para o controle da inflação e das finanças públicas, visando retomar o desenvolvimento através de reformas estruturais nos setores administrativos, fiscal, bancário e agrário (NAPOLITANO, 2014, p. 39).

No entanto, o que poderia indicar um ano tranquilo de governo para Jango e selar seu apoio entre as confederações sindicais e o empresariado industrial, acabou se transformando nas “duas batalhas decisivas” (NAPOLITANO, 2014, p. 39) que o Presidente travou em 1963. Tanto no Parlamento, pela reforma agrária, “piloto das reformas mais amplas que viriam na sequência”, quanto no campo econômico, “tentando controlar a inflação e retomar o crescimento”, as propostas fracassaram (NAPOLITANO, 2014, p. 39).

O tema da reforma agrária foi abordado na coluna *Conversa Miuda*, assinada por A. Pires⁴², em 2 de junho. O projeto, considerado o “grande assunto do momento”, era tratado com desconfiança e cautela pelo colunista, que alertava para os riscos que sua aprovação poderia causar no Brasil: “Mas bastará ao homem, alguns alqueires de terra? Não. A reforma agrária tem seus perigos e abismos. O congresso nacional precisa de cuidado. Porque o problema não pode ser resolvido a golpes de oratória” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 2 junho 1963, p. 2).

Sua preocupação com a distribuição de “alguns alqueires de terra” era sinal de que havia certa resistência, se não à totalidade do projeto, a alguns pontos específicos por aquela sociedade, tendo em vista que manifestações favoráveis ao projeto não haviam circulado no

⁴² Não foi possível identificar quem foi o autor dos artigos da seção “Conversa Miuda”, que assinava seus textos com “A. Pires”, no ano de 1963.

jornal. No mesmo mês de junho de 1963 o IBOPE fez uma pesquisa em dez capitais brasileiras sobre o tema. O resultado, quando visto pela primeira vez, pode nos surpreender: “62% do eleitorado brasileiro era favorável à reforma agrária, 11,5%, contra e 26,5% não tinha opinião formada” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 110).

Em São Paulo os índices favoráveis à reforma eram ainda maiores: 70% aprovavam o projeto. Esses dados indicam que a reforma agrária tinha o apoio social entre brasileiros de posições políticas e classes sociais distintas. Mas, se havia base social, por que a reforma agrária não saiu do papel? O que precisamos pensar é que não havia somente um projeto de reforma agrária em pauta naquela conjuntura, tendo ela sido pensada pelos três principais partidos do País (PTB, PSD e UDN). Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 111), “foi a incapacidade das elites políticas parlamentares de realizar acordos, com concessões mútuas, que inviabilizou a aprovação de um projeto de reforma agrária”.

Foi nesse cenário que passaram a ser representados na Tribuna de Itararé temas como a importância da população comparecer a eleição municipal de outubro de 1963 e defender a democracia. A representação deste último tema se dava pela publicação de artigos de políticos conhecidos por se posicionarem contra o Presidente João Goulart.

Na edição de 16 de junho, ao lado da manchete, uma publicação do diretório municipal da UDN divulgou um telegrama de Carlos Lacerda, em que o líder nacional da UDN agradecia a sede local do partido e afirmava a “disposição de defender princípios da democracia do nosso povo” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 16 junho 1963, p. 1).

O recurso de defender a democracia foi também explorado em um artigo de Ademar de Barros escrito na seção livre em 25 de agosto de 1963. Nesse texto o governador de São Paulo recomendava que os eleitores de Itararé escolhessem candidatos que “acreditam em Deus” e “amam a verdade democrática”. O voto é considerado uma “arma de combate” e o momento de definição dos “destinos do Brasil”. Mais uma vez temos a perspectiva dos polos opostos, do bem contra o mal, sendo utilizada: “ou se vota na Democracia com as liberdades humanas e a defesa da dignidade de viver ou se vota nos que querem acorrentar a nossa Pátria, escravizar o nosso povo através da ideologia dos materialistas que não acreditam em Deus” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 25 agosto 1963, p. 2).

Esse discurso corrobora com a ideia de acirramento das tensões e polarização política naquele contexto, através do uso que políticos do campo da direita faziam do anticomunismo como estratégia para angariar votos. O texto de Ademar pode ser identificado como um caso de exploração oportunista do anticomunismo (MOTTA, 2002) acrescido da “defesa da democracia”, que “não passava de um rótulo vazio”, afinal, “no discurso e na concepção de

setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo” (MOTTA, 2000, p. 306).

Outros dois acontecimentos do segundo semestre de 1963 acentuaram a condição de crise política no período, representando um cenário de dificuldades para a aprovação do programa de reformas de Jango. O primeiro foi a revolta dos sargentos em setembro de 1963.

Por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) foi impedida a posse de um sargento eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul em 1962. A decisão gerou uma rebelião em Brasília apoiada por centenas de militares. Após o controle da revolta, Jango não puniu os rebelados e permaneceu favorável a defesa da eleição dos sargentos, o que contrariou a alta oficialidade das Forças Armadas, visto que a quebra de disciplina e da hierarquia eram faltas extremamente graves (FICO, 2014, p. 40).

Em outubro Jango tomou uma decisão, que de certa forma, acentuou a crise. Tentou decretar o estado de sítio através de solicitação ao Congresso Nacional no dia 4 de outubro. Apesar de retirar o pedido três dias depois, sua postura gerou mal-estar e desagradou não só as Forças Armadas mas setores ligados ao governo, como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e inclusive o PTB, que via no estado de sítio “uma medida desnecessária e desproporcional de fortalecimento do Executivo. Um possível golpe à legalidade” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 120).

Essas observações não significam ser nossa intenção considerar as decisões tomadas por único indivíduo como causas da crise política, cercada de um contexto nacional e internacional de polarização, que levou ao enfraquecimento de sua base de apoio. Há na verdade muitas outras questões envolvidas, como a campanha de desestabilização do governo empreendida pelo IPES e IBAD, o anticomunismo e a resistência de setores conservadores do Congresso Nacional em colaborar no sentido da aprovação das reformas, o que poderia trazer justiça social ao País.

Foi também após os acontecimentos de setembro e outubro de 1963 que cresceu a oposição conservadora e com tendência golpista na imprensa. Nesse momento, os principais jornais foram abandonando a divisão frente ao governo Jango, organizando-se na “Rede da Democracia”, um “nome pomposo para a articulação golpista que tinha na imprensa mais do que um mero porta-voz” (NAPOLITANO, 2014, p. 46).

Conforme Nora (1995, p. 184), os acontecimentos fazem parte de uma “categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional, seu lugar se inscreve nas rubricas dos jornais”. Nesse sentido, um acontecimento trágico, que marcou a posição ideológica adotada pelo jornal no final de 1963, foi o assassinato

de John Kennedy,⁴³ em 22 de novembro. O crime gerou 4 publicações na Tribuna no mês de dezembro. Artigos que prestavam solidariedade aos valores defendidos por Kennedy e expressavam a radicalização do anticomunismo por parte do jornal, vinculando o crime ao início de um suposto ataque comunista à América.

A manchete da edição de 1º de dezembro de 1963, “Assassínio do grande Presidente dos Estados Unidos John Kennedy”, assinada pelo vereador Raul Moreira Côrtes, tratou a tragédia em Dallas como um “assassinato encomendado” por comunistas, “que ceifa vidas preciosas à humanidade”. O vereador da UDN considerava ser “hora de lutar”, organizando-se nas “brigadas de Cristo”, única forma, segundo ele, de enfrentar o comunismo, que só seria derrotado se “questãozinhas pessoais” e divisões partidárias fossem deixadas de lado (TRIBUNA DE ITARARÉ, 1 dezembro 1963, p. 1).

O artigo se encerra relacionando o anticomunismo aos problemas “de nossa Pátria”. O alvo é a política de Jango e a ineficiências dos “homens públicos” em lutar contra o que é definido como “política sindicalista de suicídio de nossa terra e de nossa gente” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 1 dezembro 1963, p. 1). Raul ainda pede que a Igreja Católica celebre uma missa para homenagear Kennedy. Solicitação atendida: a missa acabou acontecendo no dia 30 de novembro e também foi divulgada na primeira página dessa mesma edição.

Uma semana depois, Adalberto Santos Lima⁴⁴, publicou um artigo de título “Cidadão do mundo”. Entre muitos elogios a Kennedy, dois tópicos nos chamam atenção na relação que o vereador, que havia sido recentemente eleito, estabelece entre o Brasil e Kennedy. Primeiro, apresenta como seu principal legado, “consagração definitiva”, a “Aliança para o Progresso”, “instituição que visa amparar os países subdesenvolvidos e proporcionar-lhes meios com que realizem seus programas e solucionem suas crises” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 8 dezembro 1963, p. 4).

A esperança com a Aliança para o Progresso escondia um objetivo ideológico por trás do programa de ajuda financeira a governos da América Latina criado em 1961: combater o comunismo. Isso pode ser explicado pelo grande número de estadunidenses que vieram ao Brasil entre 1961 e 1964: “uma média anual de 5 a 7 mil norte-americanos entre voluntários bem-intencionados dos Corpos da Paz e mal-intencionados espões da CIA” (NAPOLITANO, 2014, p. 59).

A outra relação entre Kennedy e o Brasil se expressa no tratamento afetivo ao Presidente, “o melhor amigo do Brasil”, “que tinha um carinho todo especial para com a

⁴³ Presidente dos Estados Unidos entre 1961 e 1963. Após sua morte, foi sucedido por Lyndon Johnson.

⁴⁴ Foi vereador em Itararé pelo PSP entre 1964 e 1969.

realidade brasileira, uma constante preocupação para com os nossos problemas e as nossas angústias” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 8 dezembro 1963, p. 4). A menção à “preocupação” de Kennedy com o Brasil nos faz lembrar das várias conversas clandestinas gravadas na Casa Branca entre ele e o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, divulgadas nos últimos anos pela Biblioteca Kennedy.⁴⁵

Em uma dessas conversas, em 7 de outubro de 1963, Kennedy questionou Gordon sobre a capacidade de uma intervenção militar para retirar Jango do poder. Questionamento que foi respondido por Gordon com: “Bem, essa é a outra categoria, que eu chamo de Contingência Perigosa. Possivelmente requerendo uma ação rápida. Esse é o principal problema” (GASPARI, 2014b).

A atuação dos vereadores de Itararé não ficou somente nos artigos. Um mês após o assassinato, um projeto de lei⁴⁶ do vereador Raul Moreira Côrtes, de nomear como “Avenida Presidente Kennedy”, um trecho da rua Lauro Sodré, foi aprovado por unanimidade. No pedido encaminhado pelos vereadores e divulgado no jornal, destaca-se a necessidade de comunicar o fato “ao sr. Lincoln Gordon, Embaixador dos EE. UU. em nosso País” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 25 dezembro 1963, p. 1).

Havia, portanto, a intenção de preservar a memória de Kennedy e por consequência os valores que ele representava em um mundo dividido, seja pela celebração de uma missa ou pela escolha de seu nome a uma importante avenida da cidade, que se mantém até hoje como ligação de uma escola pública à praça central de Itararé. São nessas cerimônias que se constroem os “lugares de memória”, espaços que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres” (NORA, 1993, p. 13).

O cruzamento entre as fontes nos auxilia a relacionar o que se passava no micro, as representações nas páginas da Tribuna, com decisões de interesse ideológico durante a Guerra Fria, distantes no espaço mas que convergiam no assunto. Essas representações também expressavam a maneira como os autores dos artigos se posicionavam diante de outros temas, como a condução do governo Jango. Dessa forma, o acontecimento “testemunha menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos pelo que é do que pelo que provoca. Sua significação é absorvida na sua ressonância” (NORA, 1995, p. 188).

Após a contextualização de parte do complexo cenário político dos quatro primeiros anos da década de 1960, contribuindo no sentido de explorarmos a trajetória da imprensa local

⁴⁵ Parte dos diálogos entre Kennedy e Gordon foram transcritos na obra de Gaspari (2014a, p. 61 – 64).

⁴⁶ Lei ordinária n. 723 de 17 de dezembro de 1963. Dispõe sobre denominação de Avenida. Itararé (1963).

diante de questões significativas que precederam o golpe civil-militar de 1964, passamos agora a analisar como esse caso de ruptura democrática foi representado pela Tribuna de Itararé.

3.5 “REVOLUÇÃO SEM SANGUE”?: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Depois de não circular na edição de domingo, 29 de março (feriado da Semana Santa), a Tribuna de Itararé, em sua segunda edição após o rompimento da sociedade entre Hermínio Lages e João Contieri, narrou um dos momentos mais inglórios de nossa história. Longe de qualquer pretensa isenção, o semanário empregou argumentos comuns aos utilizados por jornais da imprensa brasileira para se referir ao governo deposto de Jango.

Nesta perspectiva, o jornal, como parte de uma rede de comunicação, interfere na criação de representações transformadas em versões da realidade. Neste caso, versões complexas sobre o golpe de 1964: as representações “expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado”, sendo capazes de construir “uma visão consensual da realidade” (JODELET, 2001, p. 21)

As representações também têm relação com a vida social e a realidade de seu grupo. São compostas por elementos informativos, ideológicos, crenças, valores, imagens. (JODELET, 2001, p. 21). O que nos permite refletir sobre a análise de Bloch (2001, p. 60), de que “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”, pois “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”.

Na edição de 5 de abril, ocupando posição ao lado da manchete do jornal, a seção *Pequenos Tópicos* considerou o golpe como “Vitória das forças democráticas”. Sob a justificativa de que Jango “conspirava contra a Constituição”, a Tribuna destacou que em 30 dias seria eleito pelo Congresso o novo Presidente, que “exercerá o mandato até as próximas eleições” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 5 abril 1964, p. 1). Neste ponto, nos parece que o jornal acreditava numa solução pontual, de retirada de Jango até que a próxima eleição presidencial – marcada para 1965 – fosse realizada. Foi um engano. Não haveria eleição e o golpe daria lugar, alguns meses depois, a uma ditadura.

Na edição seguinte, de 12 de abril, vários discursos sobre o golpe já circulavam no jornal. Nesta data, em que o Ato Institucional nº 1 já havia sido decretado (9 de abril) e Castelo Branco tinha acabado de ser eleito indiretamente presidente da República (11 de abril), o jornal estampou na primeira página 3 notícias referentes ao assunto: um pequeno tópico sobre a eleição do novo Presidente, uma moção de aplauso e solidariedade que o legislativo de Itararé destinou aos grupos que tomaram o poder e ainda o texto da vereadora Eunice Tatit, de título

“Revolução sem sangue”, que por ser longo, continuava na quarta página. Havia também na segunda página o artigo “Civismo do Bom”, do colunista Nelson Meirelles Chaves.

Figura 9 - Primeira página do jornal Tribuna de Itararé (1964)

Tribuna de Itararé
 UM JORNAL A SERVIÇO DO POVO
 ITARARÉ, 12 DE ABRIL DE 1964
 Propriedade: TIPOGRAFIA ITARARÉ
 Registrado sob n. 3 N.º 728

Pequenos Tópicos
Novo Presidente da República
 Ao circular este jornal já deve ter sido eleito pelo Congresso o novo Presidente da República General Castelo Branco, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, cujo nome vinha encontrando grande receptividade tanto no setor militar como civil. A reunião para a eleição estava prevista para ontem com início às 10 horas.

Lira Itararéense
 Com grande sucesso tem se apresentado ao público a Banda Municipal «Lira Itararéense», recentemente reorganizada. Chamado a atenção dos assistentes é o casal de mascote, formado por uma menina (grato) e um menino (surdo). Para hoje está programada mais uma grandiosa retreta na Praça Cel. Jordão. O programa será o seguinte: 1 - S. João, dobrado do maestro Batista Bodo; 2 - Sorrir para não chorar, valsas do atual maestro; 3 - Dois amigos, dobrado do maestro Meillo; 4 - Deputado Ciro Albuquerque, dobrado do maestro Bodo; 5 - Pobre gato, tango; 6 - 13 de Maio, marcha-hino do atual regente.

Conferência do Rotary
 Afim de representarem o Rotary local, seguiram para S. Vicente, onde de 8 a 12 do corrente, vem se realizando uma Conferência do Distrito 461, os seguintes rotarianos: Antonio Colharato Filho, Adriano Carlos Pimentel e Minas Chotakian.

Indicador Profissional e Telefônico
 Atendendo a pedidos de nosso comércio, indústria e profissões liberais, Armando A. Pires, jornalista, publicitário, está organizando um novo e atualizado Indicador Profissional & Telefônico. Da colaboração preciosa de todos, dependerá o sucesso da iniciativa.

Prof. Frutuoso Pimentel Neto
 Acaba de ser aprovado em brilhante concurso para livre docente da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Aracatuba, o nosso insimilto amigo e conterrâneo, prof. Frutuoso Pimentel Neto, filho de nosso ex-diretor, sr. Adriano Queirós Pimentel, que também é cirurgião-dentista, e de Da. Ana Garcia Pimentel. Assim é que perante banca integrada por outros professores catedráticos das Universidades de São Paulo e Rio Grande do Sul, defensor prof. Pimentel Neto, com brilhantismo, e integra as Faculdades do Sistema Isolado Ensino Superior do Estado de S. Paulo. A banca que arguiu e debateu a tese, essa constituída pelos seguintes professores: Francisco Degni, catedrático de Metalurgia e Química Aplicada da Universidade de São Paulo; diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto; prof. Antonio de Moraes, catedrático de Prótese da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre da Universidade do Rio Grande do Sul; prof. Rafael Lia, Rolfsen, catedrático de Dentística Restauradora, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Itaquara; prof. Tadachi Tamacki, catedrático de Prótese da Faculdade de Odontologia de São Paulo; prof. João Delgado, Adjunto de Tecnologia dos Serviços Dentários da Universidade de São Paulo.

Itararé em face aos últimos acontecimentos
 Embora não tenha se realizado a última sessão da Câmara Municipal de Itararé, para conhecimento de nossos leitores, transcrevemos a seguir o conteúdo de seu trabalho em nosso Legislativo e que será apreciado na próxima sessão.

Moção de aplauso e solidariedade
 A Clarinada cívica que se ouviu na Pátria, nas últimas semanas, ao encontro das consciências na defesa da democracia e do sentimento de brasilidade e cristianismo do Povo, ecoa ainda em nossos corações e se faz o estandarte imperdível de fé nos altos destinos da nacionalidade!

O Povo retorna confiante em si e tem certeza de que está em condições de repelir as investidas anti-brasileiras de falsos líderes, de rechaçar, de sacrificar sua própria vida na manutenção do direito e da liberdade!

Nenhuma outra nação deu mais soberba prova de maturidade política e de conhecimento de sua grandiosidade em face à pressão de hordas comunistas e sobretudo de um governo transferido em inocente útil e a serviço inconsciente ou consciente mesmo da real verdade que procura se infiltrar no mundo livre, para escravizá-lo, para oprimi-lo, para tornar o homem um autômato, um fantecho, uma pária no concerto da Humanidade!

O Brasil vem de apresentar aos povos da América a pujança de sua fé cristã e as demais nações do mundo, o repúdio à filosofia marxista, ao comunismo!

A frente da jornada de libertação que dominou o país, homens públicos de alto gabarito patriótico, de reconhecido amor à terra brasileira, de sadios princípios democráticos, se fizeram credores da admiração e do respeito de seus concidadãos pela virilidade com que sublevaram reagir contra uma ordem de coisas reinante na Pátria, reconduzindo a nação ao seu verdadeiro caminho de paz e de progresso!

Entre esses homens, se avulta e se agiganta a personalidade sem par do governador de São Paulo, dr. Ademar de Barros, uma das figuras centrais da democracia brasileira e um dos mais dedicados reitores da fé cristã. Em momentos cruciais, para ele eram semanas de olhos dos patriotas na sua ação; e o ilustre paulista não desmereceu a esperança do povo e por sua coragem cívica, por sua bravura, redimiu a pátria, libertando-a de camélias perniciosas e malfélicas que a infestava e que, por algum lugar, ainda a infesta, porém que será a seu tempo, devidamente expurgada!

Outros valores, de incontável realce, contribuíram nessa fase de libertação, como o destemido governador da Guanabara, Dr. Carlos Lacerda e como o hábil governador de Minas, Dr. Magalhães Pinto!

A esses homens de pulso e de coragem, que se fizeram presentes na hora exata, quando o dever os conclamou, os brasileiros de todos os quadrantes cantam hosannas.

Em seus estados, em outros estados, e especialmente em São Paulo, os respectivos governos encetam a luta para o extermínio de núcleos comunistas. A medida vem sendo acompanhada com vivo interesse pelo povo, que espera seu completo êxito. E deve ela contar com a colaboração de todos, sem paixão, sem particularismo, sem falsidade, sem fanatismo, visando apenas os verdadeiros culpados ou os verdadeiros responsáveis, para que pessoas inocentes não sejam molestadas, para que não se haja de praticar injustiças, para que não prevaleça o espírito de vinganças pessoais ou de antipatias no exercício dessa salutar medida de saneamento do meio político e talvez mesmo de recuperação de brasileiros inovatariamente ou ingenuamente expurgados!

Quando, há dias, dizíamos que a subversão comunista encontrou clima propício, no sub-desenvolvimento do Brasil, para instalar-se, tínhamos a impressão de que nosso País não conseguiria safar-se da infiltração vermelha. Passada a crise que poderia ter custado a vida de tantas pessoas, como falar, ainda, em sub-desenvolvimento?

Nosso povo demonstrou percepção clara e nítida do desastre a que estava exposto; venceu a situação sem derramamento de sangue; agiu como um povo superdesenvolvido.

A rede anti-comunista organizada há alguns meses e que operou num silêncio essencial ao êxito do trabalho, essa mesma rede se surpreendeu ante a manifestação popular. Em São Paulo e em Belo Horizonte, homens e mulheres foram para as praças públicas, dispostos a enfrentar os vermelhos com o rosário em uma das mãos e a outra livre para empunharem a arma, caso fosse preciso.

Apreçiemos, de outro lado o comportamento dos partidos. Exceção feita à UDN, que fizeram os demais partidos, além de absterem-se dos fatos? Retraíram-se, num frio cálculo, de expectativa, temporizando a situação até o final da crise; até certificarem qual seria o lado vitorioso: se a Democracia, com o povo em defesa do Congresso e da Carta magna, ou o comunismo, apoiado pelo prestígio do povo.

— cont na 4.ª pág.

Revolução sem sangue
 Quando, há dias, dizíamos que a subversão comunista encontrou clima propício, no sub-desenvolvimento do Brasil, para instalar-se, tínhamos a impressão de que nosso País não conseguiria safar-se da infiltração vermelha. Passada a crise que poderia ter custado a vida de tantas pessoas, como falar, ainda, em sub-desenvolvimento?

Nosso povo demonstrou percepção clara e nítida do desastre a que estava exposto; venceu a situação sem derramamento de sangue; agiu como um povo superdesenvolvido.

A rede anti-comunista organizada há alguns meses e que operou num silêncio essencial ao êxito do trabalho, essa mesma rede se surpreendeu ante a manifestação popular. Em São Paulo e em Belo Horizonte, homens e mulheres foram para as praças públicas, dispostos a enfrentar os vermelhos com o rosário em uma das mãos e a outra livre para empunharem a arma, caso fosse preciso.

Apreçiemos, de outro lado o comportamento dos partidos. Exceção feita à UDN, que fizeram os demais partidos, além de absterem-se dos fatos? Retraíram-se, num frio cálculo, de expectativa, temporizando a situação até o final da crise; até certificarem qual seria o lado vitorioso: se a Democracia, com o povo em defesa do Congresso e da Carta magna, ou o comunismo, apoiado pelo prestígio do povo.

— cont na 4.ª pág.

Vereador Oswaldo Silva



Lembramos, que em 7 de Abril, o Vereador Sr. Oswaldo Silva, Presidente da Câmara Municipal e acreditado comerciante, fez aniversário.

De uma bondade magnífica, progressista, filantropo, leal defensor da evolução de nossa cidade, o aniversário representa o que Itararé possui de mais nobre e sincero.

Aos muitos cumprimentos recebidos, «Tribuna de Itararé», junta os seus augurando-lhe vida longa e muita felicidade.

SAPATARIA JUQUETA
 ITARARÉ - E. S. Paulo

Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 728, p. 1, 12 abr. 1964.

A manchete “*Itararé em face aos últimos acontecimentos*” foi a transcrição da moção de aplauso e solidariedade assinada por seis vereadores⁴⁷ da Câmara Municipal de Itararé, de homenagem aos líderes civis do golpe. Importante destacar que, na produção de uma manchete, ainda mais de um momento significativo da realidade política, “os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito. Ela é uma arma de persuasão muito eficaz” (CAPELATO, 1988, p. 17).

Neste artigo, o golpe de 1964 é tratado como um enfrentamento direto de “homens públicos de alto gabarito” ao comunismo. Entre as diversas palavras para se referir à queda de Goulart, os vereadores utilizam “clarinada cívica”, “defesa da democracia”, “sentimento de brasilidade”, e “hora histórica que vive o Povo Brasileiro”. Já como inimigos daquele Brasil em transformação, são apontados os “falsos líderes”, “hordas comunizantes”, a “ralé vermelha”, a “filosofia marxista” e a “camarilha perniciosa”. Segundo o artigo, essas ações só foram vitoriosas pelo envolvimento de alguns líderes políticos. O texto destaca três deles, governadores de Estado, que foram atuantes na conspiração: Ademar de Barros (PSP), “uma das figuras centrais da democracia brasileira”, Carlos Lacerda (UDN), “destemido governador da Guanabara” e Magalhães Pinto (UDN), “hábil governador de Minas” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abril 1964, p. 1).

O segundo artigo, “*Revolução sem sangue*”, assinado por Eunice Tatit, tem um discurso semelhante ao artigo anterior. O que não é de se estranhar, afinal, Eunice foi uma das autoras da moção. Única mulher eleita para a legislatura em 1963, Eunice destaca o “comportamento da UDN”, ao contrário da posição de muitas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas que “se abstiveram-se da tomada de posição”. O golpe, tratado como “a maior epopeia não só do Brasil, mas do mundo inteiro” foi representado como uma ação que demonstrava o desenvolvimento que a população brasileira conseguiu alcançar ao retirar um governante eleito, sem guerra civil, sem “derramamento de sangue”, daí o título sugestivo do artigo (TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abril 1964, p. 1).

Os protagonistas destacados no artigo vão além dos grupos políticos civis, estendendo a participação para setores da sociedade, como a “rede anticomunista organizada”, o que nos faz pensar que era do conhecimento da vereadora a existência de grupos que perseguiam comunistas na iminência do golpe, homens e mulheres “dispostos a enfrentar os vermelhos com o rosário em uma das mãos e a outra livre para empunharem a arma, caso fosse preciso” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abril 1964, p. 1). Nesse último argumento, o conservadorismo

⁴⁷ Oswaldo Silva (Presidente da Câmara), Benedito Nehir Carneiro, Eunice Tatit, Nagib Abrão, Adalberto Tavares dos Santos Lima e Rubens Lobo Ribeiro.

religioso foi elemento de justificativa em favor do golpe e inclusive do uso de armas, se necessário.

Apesar dessas especificidades, que de maneira geral, nos levam a crer que os principais adversários dos golpistas civis e militares eram representados de forma genérica como “comunistas”, um aspecto que nos chama atenção nos dois artigos está na justificativa dada às ações arbitrárias praticadas pelo novo governo. Ambos artigos acreditavam que a queda de Jango não era suficiente, mas que se fazia necessária uma continuidade, a “operação limpeza”. Para isso, o “sentimentalismo tão humano do povo brasileiro” teria de ser deixado de lado, numa clara apologia à prática de violência pelo Estado, que produziu aprisionamentos, torturas e mortes:

Especialmente em São Paulo, os respectivos governos encenam a luta para o extermínio de núcleos comunistas. [...] salutar medida de saneamentos do meio político e talvez mesmo de recuperação de brasileiros involuntariamente ou ingenuamente alcançados pela doutrinação errônea dos agentes de Moscou! (TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abril 1964, p. 1).

Superada, porém, a parte mais fácil da crise, a que óra se processa é a mais difícil, porque encontra barreiras no sentimentalismo tão humano do povo brasileiro. A operação limpeza faz-se necessária, para a garantia da vitória. Temos que convir a grande necessidade de extirpar o mal pela raiz [...] e os que, movidos de natural bondade, extranham que tais medidas sejam tomadas dentro de nosso regime, tranquilizem-se, pois excessos jamais serão cometidos. O que está acontecendo, isto é, alguma prisão ou algum ato que possa ser qualificado de violência, não passa de ‘carinho’, quando comparado aos horrores praticados na Hungria e em outros países onde venceram os comunistas. E todos nós estávamos expostos a tais horrores (TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abril 1964, p. 4).

Os artigos fazem parte do que Motta (2002) considera ser a “indústria do anticomunismo”, que passava por uma supervalorização dos perigos reais oferecidos pelo Partido Comunista e pela União Soviética à realidade brasileira. Partindo de uma imagem que deformava a realidade representada, “o objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens” (MOTTA, 2002, p. 72).

Essa alteração da realidade pode ser considerada um tipo de discurso representativo chamado de suplementação, que “consiste em conferir atributos e conotações que não lhe são próprias ao objeto representado”, o que “resulta de um acréscimo de significações devido ao investimento do sujeito naquilo e a seu imaginário” (JODELET, 2001, p. 36).

Quando nos dedicamos ao terceiro artigo dessa edição, assinado pelo colunista Nelson Chaves, é de se imaginar que ele defendesse com a mesma intensidade os atos dos

conspiradores. No entanto, o que se lê, apesar do título “*Civismo do Bom*”, é uma representação ambígua e aparentemente contrária à violência desmedida. O golpe de Estado é representado como uma “mescla de prazer e mágoa”. “Prazer” pelo recuo de Jango “no último instante”, o que evitou uma guerra civil entre brasileiros e “mágoa” pelas ações de grupos – e aí é necessário que nos atentemos para o conflito de interpretações entre os textos daquela edição – “que se dispõe a aproveitar a confusão do momento para alardearem um patriotismo que nunca sentiram, denunciando elementos bons e até ajudando a polícia especial a caça-los, como si se tratasse de tigres ferozes comedores de gente” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abril 1964, p. 2).

Podemos notar que Nelson reconhecia que estavam ocorrendo excessos e que essa violência estava deslocando o caráter da “revolução”. Isso não quer dizer que ele negasse em sua coluna a necessidade da tomada do poder. Em suas palavras “o Brasil não podia e não pode continuar suportando a dissolução que aqui se implantou como norma governativa”. No entanto, ao contrário dos outros textos, os inimigos apontados por ele não eram apenas os “comunistas”, mas a “desbragada corrupção”, os “políticos salafra”, a “podridão que não é só comunismo não” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abril 1964, p. 2).

A tentativa de associar corrupção ao comunismo, como um plano de Jango para permanecer no poder, foi uma estratégia da mídia no período imediato ao golpe. A imagem de Jango foi vinculada a de um Presidente tolerante com casos de corrupção, o que permitiria que os “vermelhos” fossem capazes de “estimular a corrupção, pois através deste recurso aliciariam para o seu lado os políticos” (MOTTA, 2010, p. 334).

Se para os vereadores a tomada do poder representava a defesa do “cristianismo do povo”, para o colunista Nelson, um funcionário público do setor de energia elétrica, a aproximação da religião com os valores defendidos pelos líderes civis da conspiração, poderia produzir um outro legado ao País, o que reforça a ideia de que nem todos interpretaram de forma positiva a aproximação da religião com os grupos de “patriotas” que chegaram ao poder:

E porque os demais se calaram, deixando de cumprir seu dever cívico, é que a pátria quase mergulhou num lago de sangue, só agora entrevisto por esses ‘patriotas’, que não passam de pescadores das águas turvas.

[...] É tempo, também, de deixarmos Deus em paz, que ele tem mais o que fazer. Desconfio sempre dessas pessoas que estão a cada passo falando em Deus, jurando por Deus, evocando Deus, quando em realidade o que adoram mesmo, é o bezerro de ouro que em nosso país já virou T-OURO (TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abril 1964, p. 2).

Esses recortes nos ajudam a ter em mente as diferentes interpretações que a elite política brasileira destinou à violência praticada pelos golpistas nos primeiros dias de abril. Jornalistas

e leitores, muitos dos quais golpistas de ocasião, que não desejavam arbitrariedades, se mesclavam àqueles que defendiam a caça aos comunistas, a exemplo de Carlos Lacerda. Havia ainda quem se surpreendeu “com o que se fazia em nome da legalidade; outros que começaram a se assustar com a dureza com que militantes sindicalistas e deputados do PTB, por exemplo, eram tratados” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 271). Essas várias interpretações demonstram que para muitos brasileiros a “revolução” já começava a criar decepções.

Esse conflito de versões passou a circular no jornal a partir da edição seguinte, no feriado de 21 de abril. Foram representadas disputas que ocorriam entre a única vereadora da UDN diante do comportamento dos demais vereadores durante a crise. Se isso não bastasse, suas críticas também se destinavam ao colunista Nelson Meirelles Chaves.

Naquela semana havia sido realizada a 11ª Sessão Ordinária da Câmara dos Vereadores de Itararé. Em pauta estava uma moção, de autoria do Presidente da Câmara, Oswaldo Silva⁴⁸, “de aplauso aos governadores de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais”. Após sua leitura, a vereadora Eunice resolveu fazer críticas ao conteúdo e ao seu encaminhamento, pois já havia apresentado uma moção anterior, assinada por 6 vereadores. Além desta, a vereadora lembrou que apresentou ainda uma moção, em 25 de março, anterior à queda de Jango, em apoio a atuação do governador Ademar de Barros e à marcha da família com Deus pela liberdade.

Segundo a vereadora, sua moção do dia 25 de março “foi torpedeada propositalmente pela Casa, sendo enviada para estudo, de um para outro vereador, com a intenção manifesta de se esperar como iria definir-se a situação” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 21 abril 1964, p. 1). Podemos considerar que como mulher e única representante de sua bancada, mesmo que essa legislasse em um partido reacionário e o único a defender abertamente o golpe de Estado, Eunice estava em posição de desvantagem em um ambiente ocupado predominantemente por homens. Todavia, isso não significou que ela atuasse sozinha. Na mesma edição de 21 de abril, o diretório municipal da UDN de Itararé, publicou um texto na terceira página da Tribuna, na seção livre, de título “*Atitude Desassombrada*”.

O artigo assinado pelo diretório da UDN expressava a visão de mais um grupo político sobre o golpe de 1964, corroborando com os argumentos apresentados por Eunice ao apoiar o encaminhamento de sua primeira moção. O diretório estranhou ainda “a ausência e omissão das autoridades locais durante a luta entre a democracia e os agentes comuno-sindicalistas no governo deposto”. Para os udenistas era estranho que só uma vereadora daquela legislatura fizesse um “pronunciamento antes da decisão final que ameaçava os destinos da nacionalidade”.

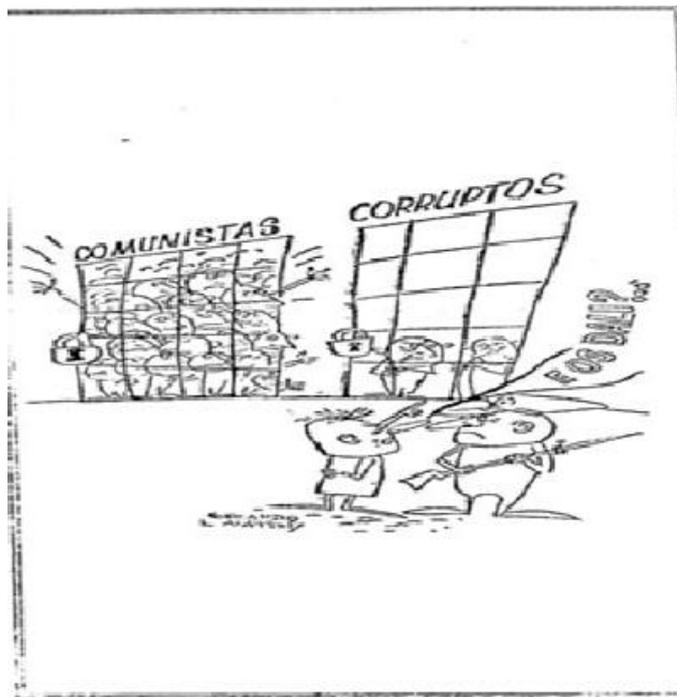
⁴⁸ Foi vereador em Itararé pelo PSP entre 1964 e 1969, sendo Presidente da Câmara Municipal entre 1964 e 1967.

Enquanto se criticava a suposta omissão do legislativo municipal em se decidir na crise de março de 1964, valorizava-se a postura de Eunice por seu pronunciamento “corajoso em favor das lutas pela democracia e pela liberdade” durante “debates violentos de que foi palco o recinto de nosso Legislativo” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 21 abril 1964, p. 3).

Apesar da resistência e protesto, a última moção, de autoria do Presidente da Câmara, foi aprovada com unanimidade. Ao mesmo tempo, Nelson publicou em 21 de abril mais um texto em sua coluna. De título “*Velha Calamidade*”, o artigo tratava da “corrupção” e do “empreguismo” existentes no serviço público. Nesse artigo, Nelson também evidencia o contato que tinha com jornais de circulação nacional no período, ao fazer referência a uma charge que representava a situação vivida por muitos brasileiros encarcerados sob acusação de serem comunistas. De autoria do desenhista Orlando Mattos, a charge circulou em 12 de abril no jornal Folha de S. Paulo e serviu de inspiração para a abertura de seu artigo:

Você viu, leitor, aquela charge da F. de S. Paulo? – Duas grades, numa delas um bando de comunistas, cela cheia até o teto, uns por cima dos outros, tendo ao alto a legenda ‘COMUNISTAS’, enquanto na outra ao lado dois senhores bem apessoados, bem nutridos, só dois, e a inscrição ‘CORRUPTOS’. Do lado de fóra estava o Zepo (Opinião Publica, Buraldo ou o velho Juca Pato, como quiserem) a indagar de um sentinela com fusil embalado, meio carrancudo, apontando os dois figurões: - E os outros? (TRIBUNA DE ITARARÉ, 21 abril 1964, p. 2).

Figura 10 - Charge de Orlando Mattos (1964)



Fonte: FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, n. 12719, p. 4, 12 abr. 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em 20 mar. 2020.

Embora pareça uma voz dissonante do discurso que predominava em outros artigos, seu texto não era um confronto diante das arbitrariedades do governo militar, mas uma espécie de pedido para que os “expurgos” e os afastamentos de comunistas não se restringissem apenas a este grupo social, sendo capazes de atingir outros setores, como os “corruptos”. Esse pedido nos faz refletir sobre o mito de ter sido o golpe de 1964 uma resposta contra a corrupção do governo Jango.

Nelson vislumbrava implicações positivas da “revolução” no emprego público, tendo em vista que muitos servidores foram perseguidos e sofreram demissão após o golpe de 1964. Para isso acontecer, o “expurgo” precisava continuar, o que significava afastar certos políticos “não imbuidos de autentico civismo” da situação:

A propósito, como agora se inicia o expurgo de elementos comunistas de todos os setores, necessariamente muitos empregos públicos vagarão, dando ensejo a que elementos oportunistas tentem abiscoitar tais vagas para seus afilhados... Mas vamos deixar bem claro que de modo algum desaprovamos a medida, mas é preciso, para a moralização, sob todos os aspectos, das finanças do País, que não se permita, como sempre aconteceu, que políticos não imbuidos de autentico civismo se prevaleçam da situação (TRIBUNA DE ITARARÉ, 21 abril 1964, p. 2).

Na edição de 3 de maio de 1964, Nelson passou a fazer parte, cada vez mais, do conflito de versões sobre o golpe. Assinando um texto na seção livre e, portanto uma publicação que foi paga, desvinculada de sua coluna, ele respondeu as acusações que havia recebido da vereadora Eunice. Chamado de “antidemocrata” e “comunista” em sessão daquela semana, como resposta, Nelson parecia agora querer se distanciar de parte do grupo e das ações que havia apoiado há pouco menos de um mês:

Si comunista é aquele que aponta abertamente a decomposição, o cambalacho, o parasitismo, os sabotadores, a ratonice das remarcações, os salarios acima da capacidade produtiva e intelectual dos beneficiados, a baderna, o falso civismo, as greves absurdas patrocinadas pelos normantons, o contrabando, a vida regalada e faustosa das juscelinos, brisolas e goularts, a nocividade dos juremas, os lucros exorbitantes da industria e comercio, o falso faturamento da farinha, açúcar, arroz, etc, a transferencia de ouro roubado à Nação para bancos suíços, o estranho ‘amor patrio’ dos lupions, janions, zarures e outros, os vencimentos astronomicos de castas privilegiadas, a burocracia que virou burrocracia, então nobre vereadora, somos comunistas...
[...] VS., estimada edil, é apenas ANTI-COMUNISTA, nada mais, e embarcou numa canoa muito confortavel que é só largar rio abaixo, braços cruzados, ao sabor da correnteza... Nem remar precisa! (TRIBUNA DE ITARARE, 3 maio 1964, p. 2).

A leitura do artigo também nos ajuda a entender melhor o perfil de seu autor. Recém aposentado da gerência da CHEP, Nelson foi funcionário público por muitos anos, o que talvez

ajude a explicar o porquê de insistir em apontar, em seus textos, o “parasitismo” e os altos salários.

Entre os políticos que Nelson procura se afastar estão Leonel Brizola e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Se identificarmos a quais partidos esses políticos pertenciam - PSD, PTB e PTN - podemos ter mais elementos para reconhecer os grupos que o colunista fazia oposição. A propósito, não é indicado nenhum político da UDN, outro grande partido da época. Com essas informações, até aquele momento, Nelson foi favorável ao golpe de abril, combateu vários políticos perseguidos pelas primeiras ações da ditadura, mas poupou a UDN de qualquer crítica. Contudo, reconhecia e em certos aspectos justificava a existência de uma ação anticomunista organizada que perseguia opositores.

Sua representação faz parte das lutas políticas travadas no jornal. Enquanto os dias passavam, as ideias políticas dos jornalistas e colaboradores não deixavam de circular, já que “seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados” (CAPELATO, 1988, p. 34). Esses conflitos evidenciam ainda a sociedade diversa que seus autores fazem parte. Segundo Moscovici (2007, p. 44), “pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam”

Entre maio e setembro de 1964, Nelson publicou mais seis textos em sua coluna. Neste espaço de praticamente quatro meses, o discurso sobre a “revolução” e seus protagonistas civis e militares foi se alterando sensivelmente.

Na edição de 31 de maio, o artigo “*Despudor*” destaca o protagonismo do Presidente Castelo Branco e dos militares diante dos políticos considerados corruptos. Dessa vez, o alvo das críticas do colunista foi Juscelino Kubitschek, ex-presidente da República e então senador por Goiás, que teria seu mandato cassado no mês seguinte. Os pedidos por sua cassação são definidos por Nelson como um desejo da “elite do pensamento, que vê, com imensa satisfação, os militares apertarem o cerco em torno da sua nefasta pessoa”. Além de Juscelino, o artigo ainda destina atenção para outro líder político, que os militares, considerados “banda sadia”, deveriam cassar:

Essa mesma banda sadia aguarda, também, pacientemente, ver outro homem, igualmente corrupto, mas não tanto como J. K., ser fisgado pelo grupo de saneamento que age sob as ordens do Presidente: Não perderemos por esperar, acreditamos que o marechal saberá do momento exato em que deverá agir.

A esse outro, quando lhe tirarem a última peça, o manto que lhe emprestou a Revolução, nada mais lhe restará senão seu imenso, inútil e nebuloso passado cheio de transgressões a desserviço da Pátria (TRIBUNA DE ITARARÉ, 31 maio 1964, p. 2).

Algumas suspeitas podem ser levantadas a respeito de qual político Nelson faz referência em seu texto. É uma liderança que apoiou o golpe, foi acusado de corrupção e que possuía um “passado cheio de transgressões”. Pensando nesta última definição, um primeiro nome a se pensar é o de Carlos Lacerda, governador da Guanabara em 1964 pela UDN, mas que na década de 1930 participou do Partido Comunista do Brasil e da Aliança Nacional Libertadora (KELLER, 2010).

Além de Lacerda, outro nome que suspeitamos é o do então governador do estado de São Paulo, Ademar de Barros, que em uma campanha anterior, vitoriosa ao governo do estado de São Paulo, em 1947, foi apoiado pelo Partido Comunista do Brasil. Pesava também sob Ademar o rótulo de corrupto e do “rouba, mas faz”, frase frequentemente dita por seus correligionários (MAYER, 2010).

No mês seguinte, a manchete da edição de 21 de junho destacou a “Campanha Ouro para o bem do Brasil”, iniciada pelos Diários Associados. Em Itararé a campanha devia acontecer entre 25 e 29 de junho e pretendia arrecadar valores para que os “revolucionários” pudessem recuperar a economia do País com o pagamento da dívida externa. Incentivados a doar pertences como anéis, o chamado do jornal evocava para o local de origem do movimento e para a memória de uma guerra civil recente: “nasceu em São Paulo, como a de 32, como teria nascida em lugar qualquer de nosso rincão” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 21 junho 1964, p. 1).

Segundo a campanha, que foi liderada pela Prefeitura Municipal e pelo Rotary Club local, a doação não se destinava para os brasileiros, mas para o Brasil. Para atingir tal objetivo, o jornal incentivava: “dêmos ouro, dinheiro, pertences de valores para o bem de nosso querido Brasil” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 21 junho 1964, p. 1).

A campanha da imprensa fez referência a 1932 no sentido de “legitimar um acontecimento presente fazendo, constantemente, usos do passado para garantir inteligibilidade aos fatos” (DIAS, A., 2014, p. 133). Dessa maneira, o uso do passado da guerra civil de 1932, atuou na construção de uma narrativa capaz de estimular a doação de ouro e objetos de valor pela população, como havia ocorrido na campanha “Ouro para o bem de São Paulo”, pelos paulistas, em 1932. Essa evocação a 1932 inclusive foi parte dos muitos discursos explorados na marcha da família com Deus pela liberdade, em São Paulo, campanha “conservadora e oligárquica, cujo maior símbolo era a aritmética ideológica que se lia em um dos cartazes da marcha: $32 + 32 = 1964$ ” (NAPOLITANO, 2014, p. 56).

Na edição seguinte o assunto continuou sendo manchete no jornal, que informou aos leitores a quantidade até então arrecadada: “Cr\$ 140.000,00 aproximadamente e 180 grs. de ouro” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 28 junho 1964, p. 1). Por outro lado, naquela mesma edição

o artigo “No mundo dos roedores” alertava para o que Nelson considerava ser o aproveitamento da crise econômica por um grupo de “roedores” que estavam arrecadando o dinheiro da população (TRIBUNA DE ITARARÉ, 28 junho 1964, p. 2).

Figura 11 – Campanha “Ouro para o bem do Brasil” (1964)



Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 737, p. 1, 21 jun. 1964.

É nesse momento, portanto, no final de junho de 1964, que a posição do colunista passa a tomar outra direção. A partir desse artigo e nas duas próximas e últimas colunas que Nelson publicaria no jornal, a “revolução”, os militares e, especialmente, o Presidente da República, Castelo Branco, passaram a ser alvos de sua desconfiança.

Os “roedores” foram definidos como “todos cristãos, todos democratas, todos anticomunistas, todos acatadores da lei”. Para Nelson, a solução para resolver os problemas financeiros do Brasil não estava em se aproximar dos Estados Unidos, do “esquema pedinheiro com Tio Sam”, mas em “confiscar os bens ilicitamente adquiridos dos últimos presidentes”. Novamente, vemos que o fato do colunista modificar o tom da crítica de seus textos não significou sua aproximação com ex-presidentes cassados. Em que pese esta observação, o foco

deste artigo foi analisar como a campanha de “ouro para o bem do Brasil” estava sendo utilizada para interesses específicos que não eram compatíveis com aqueles defendidos no início da “revolução”:

E ficam cidadãos esperançosos, credulos, honestos, bem intencionados, simples, a dar suas alianças de ouro ‘para o bem do Brasil’, esquecidos que o valor de uma dessa alianças mal dá para pagar um quarto de dia de ‘serviço’ de um desses mandriões enquadados, como outros, na classificação de Salario Alto, que no País se contam aos milhares (TRIBUNA DE ITARARÉ, 28 junho 1964, p. 2).

Os dois últimos artigos de Nelson acentuaram o teor das críticas. No curto artigo “*Desalento*”, a análise se pautou em como os quatro meses da queda de Jango tinham surtido poucas transformações. O 31 de março foi caracterizado como exemplo da “tragédia que vive a nação”. Em sua interpretação, havia uma incompatibilidade dos resultados de quatro meses da “revolução” com os valores originais do movimento: “Será mesmo que cada povo tem o governo que merece? Então, decaímos demais, somos poluídos, degenerados, cínicos e gatunos” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 9 agosto 1964, p. 2).

Por fim, vamos analisar o último artigo assinado por Nelson. Depois deste, não encontramos mais textos do autor no jornal. De título “*Revolução em Concordata*”, o texto publicado em 20 de setembro apresenta em que medida a “revolução” se desvinculava de seus valores originais. Castelo Branco, antes elogiado, agora passava a ser criticado por sua “pequena dose de demagogia” ao participar da campanha para arrecadação de ouro. A decepção do colunista parecia ser evidente:

Após cinco meses de revolução, firmamos a convicção de que o movimento de 31 de março, melhor, primeiro de abril, desgastou-se, atrofiou, desligando-se, de todo, seu ideal originario, expurgar a Nação dos corruptos, calabares e parasitas, expungindo os não poucos erros administrativos.

Os ratos aí estão de novo com seu festival. Foram muitos os indícios que a tanto nos conduziram, e esses aí estão, bem patentes, gritantes, para quem os quiser ver e ouvir. O mal. C. Branco, que tão bem conduziu o movimento no primeiro instante, foi progressivamente envolvido pelas velhas raposas, tornando-se permeável aos influxos de certos elementos, notoriamente corruptos e subversivos.

[...] Na campanha do ouro para o bem do Brasil, o Presidente, num gesto em que havia não pequena dose de demagogia – já pela sua repercussão e pelo que custou ao erário – toma em Brasília um avião a jato e vem à capital paulista doar duas peças de ouro de pequeno valor intrínseco, mas de grande valor estimativo, como si dívidas externas pudessem ser pagas com a estimativa dos objetos. [...] O ouro obtido, como se sabe, mal deu para pagar a verba pessoal do cardume de piranhas que é o Legislativo paulista.

[...] Quando os chefes se acomodam, se confraternizam e trocam banquetes, ninguém mais acredita nessa revolução para consertar, quando a própria já está a exigir concertos... Quando virá a outra, a que consertará de fato?

Essa aí evidente, já entrou na fase de concordata, e não é para menos, com tantos aumentos e esbanjamentos. Enquanto se fizer vista gorda aos gravíssimos males do

parasitismo e salarios altos, isto não endireita, não! (TRIBUNA DE ITARARÉ, 20 setembro 1964, p. 2).

Os rumos que se seguiram após o golpe de 1964 nos ajudam a entender como o principal colunista do jornal alterou parte de sua opinião sobre o acontecimento. Não foi preciso muito tempo: em menos de 6 meses, Nelson acreditou que o “civismo do bom” havia se transformado em uma “revolução em concordata”. Os alvos de seus textos, antes políticos depostos de seus cargos e cassados, como João Goulart e Juscelino Kubitschek, passaram a atingir também o Presidente Castelo Branco.

Comparando essas duas matérias reconhecemos como as representações tornam a realidade “contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (CHARTIER, 1991, p. 183). Disso, decorrem práticas que fazem com que uma identidade específica seja reconhecida como a totalidade de um objeto. Assim, as representações “marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 1991, p. 183), do qual o autor faz parte. Muito além de um mero espectador passivo, seus artigos são as impressões que um homem de classe média, aposentado, leitor de jornais de maior circulação e morador de uma pequena cidade, teve dos primeiros meses do que seriam vinte e um anos de ditadura militar.

Ainda não havia censura prévia nos jornais, nem censores ocupavam suas redações, contudo, “*Revolução em Concordata*” foi o último texto assinado por Nelson na Tribuna. Nesse sentido, quando identificamos que o período anterior ao AI-5 não foi marcado por perseguições mais contundentes contra os opositores da ditadura na imprensa, isso não significa entendermos que a ditadura, entre 1964 e 1968, foi menos autoritária ou até branda contra os jornalistas, memória construída “tanto pelos liberais civis quanto pelos generais alinhados ao castelismo” (NAPOLITANO, 2014, p. 70).

Aliás, o exemplo de Nelson nos ajuda a reconhecer que nem todos os golpistas de 1º de abril continuaram a defender o regime transformado em ditadura. Da mesma maneira, é complexo definirmos esse grupo como um setor homogêneo da sociedade, já que era formado por pessoas de diferentes origens e se apoiava em mais de um argumento para a justificativa do golpe. No entanto, foi o anticomunismo o principal elemento capaz de unificá-los. Liderados pelos militares, a coalização reuniu “desde liberais hesitantes até reacionários assumidos, golpistas históricos e golpistas de ocasião, anticomunistas fanáticos e ‘antipopulistas’ pragmáticos, empresários modernizantes e latifundiários conservadores” (NAPOLITANO, 2014, p. 314).

Os artigos também nos dão exemplo da violência contra os inimigos da “revolução” e das arbitrariedades, que foram ora incentivadas, ora condenadas pelo autor. A construção de suas representações tem a ver com o lugar social ocupado por ele e os demais autores na Tribuna, à medida que “a posição social que eles ocupam ou as funções que assumem determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantêm com o mundo social” (JODELET, 2001, p. 32).

Figura 12 – “Revolução em Concordata”

Pág. 2

Crônica da Semana

Revolução em Concordata

Após cinco meses de revolução, firmamos a convicção de que o movimento de 31 de março, melhor, primeiro de abril, desgastou-se, atrofiou, desligando-se, de todo, seu ideal originário, expurgar a Nação dos corruptos, calabares e parasitas, expungindo os não poucos erros administrativos.

Os ratos aí estão de novo com seu festival. Foram muitos os indícios que a tanto nos conduziram, esses aí estão, bem patentes, gritantes, para quem os quizer ver e ouvir.

O mal. C. Branco, que tão bem conduziu o movimento no primeiro instante, foi progressivamente envolvido pelas velhas raposas, tornando-se permeável aos influxos de certos elementos, notoriamente corruptos e subversivos, ao ponto de deixar, quase sistematicamente, de atender à corrente do bom senso que lhe vinha de todos os recantos do país, através conselhos oportunos na hora certa.

Vejamos alguns indícios desse atrofiação. No caso Comal, denunciado pelo deputado H. Levi, há mais de três meses, que importou num assalto de bilhões - um dos maiores «panamás» brasileiros - a Revolução fez ouvidos moucos, deixando os delinquentes (do alto comércio, e da alta sociedade) à vontade, inteiramente livres, ajudando-se até com a criminosa negligência e volver de espaldas - e também deespaldas. O próprio sr. A. B. comungando bem toda a traficação - por certo muito engenhosa - ao invés de barrar-lhes o crédito, concede-lhes novos, tudo isso após a denúncia. Não fosse ele o inconfundível «imbuês»...

Na campanha do ouro para o bem do Brasil, o Presidente, num gesto em que havia não pequena dose de demagogia - já pela sua repercussão e pelo que custou ao erário - tomou em Brasília um avião a jato e vem à capital paulista doar duas peças de ouro de pequeno valor intrínseco, mas de grande valor estimativo, como si cividas externas pudessem ser pagas com a estimativa dos objetos. Pouco depois endossa com a sua presença o ato inaugural do palácio de verão de C. do Jordão, obra suntuária, superflua, na qual o sr. A. B. investiu fabulosa quantia, criando até guarda fantasiada, com enorme aparato, precisamente quando estávamos no auge da campanha ouro para pagamento da dívida externa, dívida que todos sabem - exceto os governantes estrabucos - se avoluma com tais disparates e esbanjamentos. O ouro obtido, como se sabe, mal deu para pagar a verba pessoal do cardume de piranhas que é o Legislativo paulista.

Depois veio aquela proposição descomunal, dos subsídios móveis do Presidente, com efeito retroativo, de autoria de elemento do PSD, um partido notoriamente corrupto (do sr. JK) segundo a qual o sr. C. B. irá perceber mensalmente a cifra de Cr\$1.800.000, ou seja, uma pilha de 20 cts. de satura (exatamente 19,35 cms) de notas de mil...

Os processos contra corruptos paulistanos, bem iniciados pelo gal. Mena Barreto, foram de imediato abafados pelo Governo federal, que os avocou, ninguém sabe para que. Envolvia corruptos bem conhecidos, ligados ao governo paulista, o «santos», o homem que está com Deus, o «revolucionário» que na revolução achou excelente abrigo. É o grande «amigo» dos sul-paulinos, o que vetou a proposta de extensão da linha da USELPA a nossa zona, equiparando-a a qualquer palácio de verão, como luxo. A avocação dos processos esteve «de colher» para as ratonanas, que hoje se empanuram nos celeiros de trigo, esse cereal usado no fabrico do pão que o diabo amassou. Mixaram esses processos também.

Até baboseiras janguistas, rotuladas de malfestado a Nação, são toleradas e divulgadas do plenário! Como decíamos!!

Lobrigando a íntima correlação entre grãodos e miúdos, parece que podemos compreender porque acaba de ser preso o Chefe do Serviço Federal de Repressão e Prevenção Contra os Crimes da Fazenda Nacional. Comprido e pomposo título leram bem? Repressão e prevenção contra os crimes!

Quando os chefes se acomodam, se confraternizam e trocam banquetes, ninguém mais acredita nessa revolução para consertar, quando a própria já está a exigir consertos...

Quando, virá a outra, a que consertará de fato? Essa aí evidente, já entrou em fase de concordata, e não é para menos, com tantos aumentos e esbanjamentos.

Enquanto se fizer vista gorda aos gravíssimos males do parasitismo e salários altos, isto não endireita, não!

Itararé 2-9-64 N.M. Chaves

Tribuna

«Talão da Fortuna»: pena do público

Segundo o regulamento do concurso instituído pelo governo para cobrir a sonegação do Imposto de Renda, os contribuintes, a partir de 1.º de setembro, deverão apresentar fiscais ou cupons de vendas superiores a Cr\$ 500.000,00, sob pena de serem considerados consumidores de participação previstas multas que variam de Cr\$ 500.000,00, assim como:

Operações (vendas a consumo) até 100.000,00
De mais de 100.000,00 até 300.000,00
De mais de 300.000,00 até 1.000.000,00
De mais de 1.000.000,00 até 3.000.000,00
De mais de 3.000.000,00 até 10.000.000,00

II - Em caso de falta de entrega, embora tenha sido este em...

Até 100.000,00
De mais de 100.000,00 até 300.000,00
De mais de 300.000,00 até 1.000.000,00
De mais de 1.000.000,00 até 3.000.000,00
De mais de 3.000.000,00 até 10.000.000,00

III - Em caso de entrega dos requisitos previstos:

Até 100.000,00
De mais de 100.000,00 até 300.000,00
De mais de 300.000,00 até 1.000.000,00
De mais de 1.000.000,00 até 3.000.000,00
De mais de 3.000.000,00 até 10.000.000,00

A sua aplicação de menor ou maior montante sem prejuízo, ainda, do devido pelo infrator, sujeitas a penalidades cabíveis.

Em casos dessa natureza serão denunciados os contribuintes que não assegurarem-se-lhes uma multa efetivamente recolhida.

AS DENÚNCIAS

Entretanto, para que as denúncias sejam apontadas pelos denunciadores e a sonegação fiscal suficiente para a aplicação das multas previstas, os denunciadores deverão ser devidamente qualificados, apresentando termo, o qual será assinado pelas testemunhas.

Essa medida adotada pelo Estado constitui início que permite não só a concorrência no concurso, mas a Secretaria da Fazenda a atuação indireta através dos consumidores.

(Do «Diário Oficial»)

ROF

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Especialidade em

Loja e Fábrica - Rua

(em frente ao Grupo E)

Acelta-se Serviço

Impressos? Tip

Retifica

Recondicionamento de M

diezel. Serviço executado

e eco

Rua Prudente de Mora

Queremo

sociados, que

órgão criado

porcionar mel

Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 749, p. 2, 20 set. 1964.

3.6 AS EFEMÉRIDES DO GOLPE DE ESTADO DE 1964

Nesse último tópico vamos investigar como a Tribuna de Itararé construiu sua memória sobre o golpe de 1964. Selecionamos para isso três momentos históricos diferentes do jornal. Primeiro, vamos analisar os dez anos do golpe (1974), passando para os catorze anos da data (1978), já no final do governo Geisel e próximo da abertura política e, por último, a representação dos trinta anos do golpe (1994), quase dez anos após o final da ditadura militar e durante o contexto de eleições diretas para presidente da República.

Com isso, queremos saber se as representações que foram utilizadas em 1964 como justificativas para a deposição de Jango permaneceram ou se a efeméride da data recebeu novas interpretações. Da mesma maneira pretendemos identificar se em algum momento o jornal conceituou este acontecimento como um golpe de Estado.

Partindo da concepção de memória, segundo Pollak (1992, p. 204), ela pode ser definida como um “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva” e também do “sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Por ser recuperada por um grupo, neste caso, um jornal, a partir de um presente particular, ela está “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” e “vulnerável a todos os uso e manipulações” (NORA, 1993, p. 9).

Nesse sentido, a rememoração de um acontecimento pode servir como discurso de legitimidade para atender a objetivos do presente e como perspectiva de uma continuidade com os valores que são evocados.

A memória também se relaciona ao conceito de representação. Para Moscovici (2007), o que pensamos sobre um assunto depende das representações que circulam sobre ele na sociedade. Esse conjunto de representações, chamado de “imagens”, está ligada por “uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem”, surgidas de “um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente” (MOSCOVICI, 2007, p. 37).

O primeiro recorte selecionado, do ano de 1974, foi expressivo nas comemorações do 31 de março. Naquele contexto, a imprensa, além de controlada pelo AI-5, também estava submetida à censura prévia, implantada a partir do Decreto-Lei nº 1.077, de janeiro de 1970 (NAPOLITANO, 2014, p. 100). Dessa forma, as 4 manchetes que identificamos no jornal, sobre o governo Médici⁴⁹, nos três primeiros meses de 1974, destacaram avanços econômicos,

⁴⁹ Emílio Garrastazu Médici foi o terceiro Presidente durante a ditadura militar, entre 1969 e 1974.

como o crescimento de 11,4% do PIB brasileiro no ano de 1973, a eleição indireta de seu sucessor, Ernesto Geisel, “eleição absolutamente tranquila” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 20 janeiro 1974, p. 1) e a cobertura de sua posse, no dia 15 de março, no mesmo mês das celebrações do decênio do golpe de Estado.

Ao mesmo tempo que são destacados os números da economia nacional, o jornal não faz referência a qualquer grupo de oposição à ditadura ou a denúncias de arbitrariedades praticadas pelo Estado, como prisões, torturas e a repressão ao principal movimento de luta armada em 1974, a guerrilha do Araguaia. O fenômeno de rememorar o golpe de 1964 atuou no sentido de selecionar determinadas lembranças a serem evocadas, que por sua vez significavam também apagar outras recordações. Conforme Pollak (1992, p. 203), a primeira característica da memória é ser seletiva, isto é, ela não guarda ou registra tudo o que acontece.

Desse modo, o critério de evocar a efeméride de um acontecimento está amparado no estado em que essa memória se encontra na circunstância do presente, através de seus usos e apropriações. “Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado” (POLLAK, 1989, p. 8). Nessa perspectiva, 1974 foi um ano em que os resultados da “revolução” precisavam ser reafirmados. Além da luta interna da ditadura contra a oposição armada, os dez anos do golpe foram simbólicos pois representaram um período de sucessão entre os ditadores.

Na manchete “*A Revolução de 1964*”, o jornal fez uma retomada dos principais momentos políticos que teriam levado os militares a realizar uma “revolução”. O jornal retomou a renúncia de Jânio, em 1961, como um episódio importante para entender aquele período: o “fator mais importante e decisivo”. Nesse episódio, a atitude dos ministros militares que não concordaram com a posse de Jango continuava a ser vista como “corajosa”, enquanto o ex-Presidente era descrito, desde o impasse para sua posse, como tendo “profundas ligações com a linha esquerdista”, ao lado de seu cunhado, Leonel Brizola, que na campanha pela Legalidade, em defesa da posse de Jango, teria “esbanjado rios de dinheiro” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 31 março 1974, p. 1).

De tal modo, dez anos após o golpe, se mantinham certas representações relacionadas aos grupos que tomaram o poder. A “década revolucionária” teria transformado o Brasil em uma “potência” e trazido aos brasileiros um “regime de tranquilidade e segurança para o povo”, afastando-se do “caudilhismo e da corrupção”, da “anarquia que imperava” no governo Jango (TRIBUNA DE ITARARÉ, 31 março 1974, p. 1). A evocação dessas representações foi capaz de trazer o passado como uma força mobilizadora no discurso de 1974, assim como poderia ser utilizada para projetar um futuro. Segundo Moscovici (2007, p. 38) a capacidade “das

representações sociais deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe”.

Essa tentativa de estabelecer uma memória predominante também foi observada em outros jornais da imprensa brasileira. Ao estudar a presença da data na construção da memória da Folha de S. Paulo, Dias, A. (2014) identificou que o jornal tratou os dez anos como um período de grandes realizações e de prosperidade econômica, que estariam preparando o Brasil para enfrentar os novos desafios pela frente. Quando favorece as “conquistas” da ditadura, “o uso que o jornal faz do passado ‘manipula’ uma memória e ‘impede’ que outras lembranças emergjam” (DIAS, A., 2014, p. 147).

Figura 13 – Dez anos do golpe de 1964 (1974)

Tribuna de Itararé

Diretor: **ÃO CONTIERI** Propriedade: **TIPOGRAFIA IITARARÉ**

UM JORNAL A SERVIÇO DO POVO

ANO XXVI Reg. sob. n.º 3, no CTD Reg. sob. n.º 248.224, no DNPI ITARARÉ - SP, 31 DE MARÇO DE 1974 Redação e Oficinas: Rua São Pedro, 1166 - Cax. Postal, 33 N.º 1222

A REVOLUÇÃO DE 1964

Com a vitória da Revolução o Brasil libertou-se do caudilhismo e da corrupção - inaugurando um regime de tranquilidade e segurança para o povo

Os problemas da cidade

AFIRMÁVAMOS TAMBÉM, em crônicas dos tempos das eleições passadas, que Itararé não é uma cidade impossível, onde tudo seja difícil para a solução de seus problemas, notadamente os de infra-estrutura. O que é preciso é boa vontade e conhecimento para as soluções adequadas, requeridas para cada setor da administração. Não se admite mais, — e isso é pacífico nas súmulas dos altos conselhos dos Tribunais de Contas, — a improvisação de obras sem o objetivo de apenas estadear realizações muitas vezes onerosas aos cofres municipais. Como é o caso do pretendido isolamento das ruas da cidade e compra de maquinários caros, quando a cidade já em as suas ruas pavimentadas a paralelepípedos em quasi tódá a extensão, e dos mais perfeitos serviços executados pela firma Mero... Prá que gastar sem necessidade, levando-se em conta que o Município, e pouco mais de 1 milhão de cruzeiros, não dá para suas despesas normais? ...

Isso nos faz lembrar aquela história contada pelo Dr. Iberê Gilson, antigo presidente do Tribunal de Contas da União, sobre um velho coronel de uma cidade do interior pernambucano, — que embora já não tivesse ouvido falar em Maquiavel —, dizia aos seus protegidos políticos: «Considere as obras de fachada, obras que possam ser vistas, porque, meu filho, obras debaixo de terra não dá voto à ninguém...» E por isso, usa disso, a cidade não recebeu o seu serviço de distribuição de água às casas e a rede de esgotos... Não é o caso do nosso Alcaide, evidentemente! ...

Itararé, — já dissemos e repetimos, — sempre apresentou a fisionomia de cidade alegre e acolhedora, com suas largas e aprazíveis ruas, seus campos a se perderem de vista dando um tom de salubridade, e seu clima ameno e saudável, além de a situação topográfica maravilhosa, — dando que se lhe dê uma estrutura de acordo com a evolução do processo urbano, — só na parte referente a r-formulação plano de saneamento básico e desenvolvimento urbanístico da cidade, como bem, — e isso é importante, — na parte diz respeito à reorganização dos serviços públicos, cidade de Itararé, 31 de março de 1974.

em favor de seu cunhado e organizando dentro do Palácio Piratini, a chamada «Cadeia da Letalidade», onde se esbanjaram, segundo se dizia, rios de dinheiro dos já minguados cofres estaduais.

Dai por diante os acontecimentos se precipitaram. Fizeram-se uma tentativa de Governo Parlamentarista, anulando por um plebiscito endereço preparado, restituindo, assim, à João Goulart, os poderes que o Ato Adicional lhe havia tirado. Realizou-se, na Central do Brasil, um comício em que se insultaram os poderes da República e a escandalosa comemoração do aniversário de Vargas, depois veio a «Marcha da Família com Deus pela Liberdade», em resposta àquele comício. Mas as tropas não param aí! Seguiu-se a rebelião dos marinheiros, concentrados no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, a 25 de março de 1964, protegidos pelo Ministro da Guerra, depois houve choques entre navais e a Polícia do Exército, chamada para manter a ordem e a disciplina, recolhendo os marinheiros insubordinados ao Batalhão de

Guardas, onde foram libertados por ordem pessoal do sr João Goulart. À 30 de março, mil sargentos das unidades da Guanabara, pretendendo comemorar o aniversário da Associação de Sub-Oficiais e Sargentos da Polícia Militar, reuniram-se no Automóvel Clube, fazendo declarada profissão de fé comunista, tendo João Goulart colocado-se ao lado deles... Era a anarquia que imperava!

Naquela noite, decidiu-se fazer a Revolução de qualquer maneira para depor o presidente João Goulart. E foi feita a Revolução!

O movimento começou no Estado de Minas Gerais, onde se achava havia dias o marechal Odílio Denys; comandava a 4.ª Região Militar o general Olímpio Mourão Filho e a Infantaria Divisória o general Carlos Luiz Guedes. Iniciava-se a marcha das tropas mineiras sobre a Guanabara, onde ainda se achava Goulart, com os poucos que nele ainda acreditava, formando reduzido «staff». A meia noite o general Amary Krueel, Comandante do I Exército e guarnições de São Paulo, manifestou-se contra o governo de João Goulart, saindo, logo depois, à frente de sua tropa, com o mesmo rumo. Já no Nordeste a situação ia se tornando difícil para o Governo, pela atuação enérgica do general Joaquim Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército.

Com a vitória do movimento organizou-se logo o Alto Comando Revolucionário integrado pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Corrêa de Melo. Apressada a eleição, pelo Congresso, do novo presidente, a escolha recaiu na pessoa ilustre do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Terminado o mandato presidencial do General Castelo Branco, foram eleitos sucessivamente para o curul presidencial na década Revolucionária, os generais Artur da Costa e Silva, Emílio Garastazu Médici e agora, com mandato de cinco anos, o general Ernesto Geisel.

Assim com a vitória da Revolução de 31 de março de 1964, que deu um dia para outro sensibilidade a opinião pública, libertando o Brasil do caudilhismo e da corrupção e implantando um governo responsável. Nestes dez anos de Revolução, o Brasil cresceu muito e consolidou-se como potência, inaugurando um regime de tranquilidade e de segurança para o povo!

Itararêense que se destaca

Dr. José Ghizzi Tatit

Nos anos seguintes permanecem representações favoráveis a data, buscando aspectos semelhantes aos identificados em 1974, para comemorá-la. No governo de Ernesto Geisel⁵⁰ em três oportunidades circularam notícias sobre o aniversário do 31 de março na Tribuna. Em 1978, sob o título “31 de março é realçado”, os catorze anos do golpe foram lembrados como um “marco de desenvolvimento e tranquilidade” proporcionado pelas Forças Armadas, que teriam oferecido ao Brasil, como legado de sua intervenção e “solução saneadora”, “duas correntes políticas, a Arena e MDB, como garantia democrática” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 1 abril 1978, p. 1).

Um ano depois, em 28 de agosto de 1979, foi sancionada a lei da Anistia pelo último Presidente da ditadura, João Baptista Figueiredo.⁵¹ A mobilização exercida pela sociedade em torno da aprovação da lei e do retorno dos exilados políticos não teve qualquer menção durante esse ano na Tribuna. O jornal permaneceu na fronteira do que Pollak (1989, p. 8) chama de “zonas de sombra, silêncios”, do “não-dito”, que não representam um esquecimento definitivo pois estão em “perpétuo deslocamento”.

Foi somente na efeméride dos trinta anos do golpe, em 1994, que identificamos pela primeira vez o conceito de golpe militar para lembrar o aniversário da data. O uso desse conceito foi registrado no artigo “*O golpe de 1964*”, escrito por Adolfo Pimentel⁵², que entre 1964 e 1968 foi estudante da USP (Universidade de São Paulo). Apesar de circular na quarta página e não ser um artigo assinado pelo jornal, opção que significaria uma linha editorial seguida pela Tribuna, o texto procurou reconstruir uma memória diferente sobre a ditadura, através de uma perspectiva crítica e que se afasta dos trechos anteriores.

Vale destacar que desde meados da década de 1980, no final da ditadura, já vinha ganhando força na imprensa um outro tipo de memória sobre o regime militar. Nesse contexto a ditadura passou a ser vista como um “tempo passado, truculento” e ganharam força as “memórias ditas de esquerda, colocando o regime militar sob outras conjunturas” (DIAS, A., 2014, p. 181). Somado a isso, a experiência da redemocratização ainda era recente, pois foi apenas em 1989, depois de vinte e nove anos, que o País realizou uma nova eleição direta para presidente da República.

O artigo de Adolfo critica os argumentos que serviram de justificativa para o golpe e que foram explorados em 1964 pelo jornal: “golpe militar desencadeado contra a ordem constitucional, a pretexto de salvaguardar os nossos valores cristãos contra ideologias

⁵⁰ Ernesto Geisel foi o quarto Presidente durante a ditadura militar, entre 1974 e 1979.

⁵¹ João Baptista Figueiredo foi o quinto e último Presidente durante a ditadura militar, entre 1979 e 1985.

⁵² Foi colunista do jornal durante a década de 1990.

externas”; “tudo isso em nome da democracia” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 13 abril 1994, p. 4).

Seu texto marca a passagem para um outro tipo de memória no jornal, ocasião na qual, como menciona Pollak (1989, p. 9), as “memórias clandestinas e inaudíveis”, isto é, lembranças críticas ao legado de 1964, passam a ocupar os espaços de circulação de ideias, transferindo-se do “não-dito”, do silêncio, “à contestação e à reivindicação” do direito a uma outra memória do passado.

Além da desconstrução das motivações do golpe, o principal assunto do artigo são os casos de violência cometidos por militares contra estudantes universitários que viviam no conjunto residencial da USP nos primeiros anos após o golpe de 1964. Em uma dessas incursões ao prédio, ocorrida em 1967, Adolfo recordou os abusos que eram praticados pelos militares: “a imagem que tenho até hoje na cabeça é a do momento em que estávamos diante da porta do elevador e ele não vinha, enquanto um sargento destruía com um pontapé os vidros do saguão de entrada” (TRIBUNA DE ITARARÉ, 13 abril 1994, p. 4). Nesse episódio, sua esposa, na época namorada, quase foi atingida por um tiro disparado por um dos agentes da repressão.

Em síntese, a consulta às edições do jornal que marcam a efeméride do golpe de 1964, em três recortes históricos, serve para analisarmos como se deu a reconstrução da identidade da Tribuna de Itararé. Como resultados de negociações e afinada ao presente, sua memória e identidade “são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 205).

Mesmo que se tratem de publicações de um jornal de circulação semanal, problematizar esses documentos revela a importância que representar o golpe de 1964 significou para a Tribuna, no sentido de se afirmar o conceito de “revolução” e as justificativas pela deposição de Jango, bem como reforçar a ideia de continuidade dos valores de 1964 ao presente no qual a data foi lembrada.

Por outro lado, foi somente depois de trinta anos da tomada do poder pelos militares, e quase dez anos do final da ditadura, que o acontecimento foi definido como um golpe de Estado. Consideração esta que foi feita não diretamente pelos proprietários do jornal, mas por um colunista que viveu a truculência do regime. Assim, a representação de sua experiência no jornal nos faz crer que a memória é frágil e suscetível a tensões e mudanças, não sendo uma experiência permanente, pois “nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada” (POLLAK, 1989, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo analisamos as representações do golpe civil-militar de 1964, observando a representação construída pela imprensa nacional e pela imprensa local, bem como apresentamos reflexões sobre o uso dessas representações e da imprensa como fonte no ensino de História. Tendo em vista que o golpe de Estado de 1964 e a ditadura militar se tornaram, nos últimos anos, um dos temas preferidos de setores revisionistas que buscam apresentar sua narrativa “alternativa” sobre o passado, consideramos que estudar esse assunto e levá-lo para discussão em sala de aula é uma atitude necessária para resistirmos à onda de ataques que o ensino de História tem sido alvo, contribuindo assim para formarmos cidadãos mais críticos e comprometidos com a defesa do Estado democrático.

No percurso da pesquisa é possível que não tenhamos sido capazes de explorar toda a variedade de interpretações sobre este acontecimento, afinal de contas, é um tema bastante atual e, como percebido, suas representações ainda estão em disputa. Elas podem ser caracterizadas, em contato com seu objeto, através de relações de “simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito” (JODELET, 2001, p. 27), neste caso, de sujeitos, entre eles, historiadores especializados no tema, autores de livros didáticos, autores de obras revisionistas, setores da imprensa nacional em 1964 e essa mesma imprensa anos depois, por meio da memória que escolheu recordar sobre seu passado.

Nesse sentido, pesquisar as representações da imprensa nacional, tomando como ponto de partida as publicações do jornal da cidade de Itararé-SP, nos permitiu identificar duas questões importantes quando pensamos o ensino do golpe de 1964 nas aulas de História: em primeiro lugar, apesar das dificuldades que se apresentaram, o fato de ser possível localizar e fazer uma pesquisa em História a partir de documentos armazenados em acervos locais, como neste estudo, a coleção de periódicos da Biblioteca Municipal de Itararé.

Em seguida, a perspectiva de não somente construirmos uma pesquisa a partir desses documentos, mas de dar significado a eles em sala de aula como fontes históricas que são parte da realidade de onde o estudante vive e que expressam a pluralidade de experiências de sujeitos históricos em outros períodos da história da cidade. Isso está articulado com a ideia de um ensino da história local que pretende formar estudantes críticos, conscientes de sua história e capazes de identificar as várias narrativas históricas que podemos localizar nas fontes impressas. Com isso, “a história local pode mostrar que não é necessário ou obrigatório que as

histórias se encaixem em uma mesma lógica” pois há “uma multiplicidade de sentidos em que a História se desenvolve” (CERRI, 2013, p. 40-41).

Nos últimos anos, alguns dos principais jornais brasileiros publicaram editoriais fazendo autocrítica a respeito do apoio dado ao golpe de 1964, considerando-o um equívoco. Foi assim com O Globo, em 2013, e mais recentemente, com a Folha de S. Paulo, em editorial de junho de 2020, através do qual o jornal assumiu o erro de ter apoiado a ditadura: “a censura calava a imprensa, que apoiou o novo regime num primeiro momento, caso desta Folha, que errou” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Sua autocrítica, apesar de simples na extensão das palavras, tem um significado particular no momento que o Brasil atravessa. Infelizmente um editorial como esse não pode ser lançado pela Tribuna de Itararé, que deixou de circular em 2018. Todavia, se a imprensa brasileira quer se consolidar como plural, democrática e representante do povo brasileiro em sua diversidade, olhar para seu passado é essencial, sobretudo para apresentar à população brasileira jovem, que não era nascida na ditadura militar, o legado deixado por esse período, identificado, inclusive, na permanência do discurso de políticos que flertam com ideias autoritárias.

A permanência de discursos saudosistas e de admiração ao regime militar, presente em setores militares e civis da sociedade brasileira, está relacionado, segundo Napolitano (2014), com a maneira que se guiou no Brasil a política de memória, o estatuto de verdade e o valor dado aos testemunhos das vítimas da ditadura. A devolução do poder aos civis, em 1985, foi parte de uma longa transição negociada e tutelada pelos militares, sem punições a parte de seus representantes, que a serviço do Estado Brasileiro, perseguiram, torturaram e mataram. Essa decisão, embora tenha tornado menos acirrada a transição para a democracia, nos legou a impunidade e impôs às novas gerações “uma memória hegemônica atenuante que neutraliza as vozes que clamam por justiça” (NAPOLITANO, 2014, p. 323).

Refletir sobre as marcas ainda presentes de vinte e um anos de ditadura militar na memória dos brasileiros nos ajuda a entender as dificuldades que nossa sociedade tem em lidar com a democracia. Por todo País temos casos de cidades que homenageiam, em praças, avenidas, bairros e escolas, a data do golpe civil-militar e os nomes de colaboradores e torturadores do regime. Em alguns casos mais extremos é a própria cidade que leva o nome do Presidente ditador, como nos casos dos municípios de Presidente Castelo Branco (PR) e Presidente Médici (RO).

Segundo mapeamento realizado pela Agência Pública, a partir do levantamento da Comissão Nacional da Verdade, que identificou em ruas de todos os estados brasileiros nomes

que homenageiam criminosos e vítimas da ditadura militar, foi possível comparar a extensão em quilômetros entre as ruas. Enquanto há 2.896 km de ruas com nomes de criminosos da ditadura, a extensão de ruas com nomes das vítimas do período cobre somente 164 km (MENEGAT, 2017).

Em Itararé, não é somente o nome da rua 31 de Março que carrega uma memória, no mínimo, afetiva deste período. Ao avaliarmos o resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2018, podemos fazer um paralelo entre 1964 e 2018, a partir da escolha, pela maioria dos eleitores da cidade, do candidato que faz a defesa do período inaugurado pelo golpe de Estado de 1964. Jair Bolsonaro foi eleito com 74,44% dos votos na cidade, um número bastante expressivo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Esses são alguns dos sintomas da permanência de representações favoráveis ao período e de como é difícil desconstruí-las. Neste aspecto, acreditamos que a desconstrução de visões que tratam o golpe de Estado como uma intervenção “salvadora” e a ditadura militar como um período de progresso, passa por proporcionarmos valores democráticos em nossas escolas, recusando comemorar golpes de Estado e idealizar ditadores como heróis. Alguns dados recentes são capazes, apesar do momento que nossa jovem democracia atravessa, de nos trazer esperanças.

Em que pese os ataques que nossas instituições têm sido alvo nos últimos anos, a democracia ainda é apontada pela maioria dos brasileiros como o regime político ideal. Pelo menos é o que indicam os dados de uma pesquisa recente, realizada pelo Datafolha, em junho de 2020, que ouviu 2.016 pessoas. A democracia foi vista como a melhor forma de governo por 75% dos entrevistados, enquanto medidas autoritárias, como o fechamento do Congresso, foram rejeitadas por 78% deles. Contudo, alguns dos dados nos fazem ligar o sinal de alerta: 18% concordam que o governo deveria ter o direito de censurar os meios de comunicação e outros 11% aceitam totalmente a ideia de se fechar o Congresso Nacional (DATAFOLHA, 2020).

Por outro lado, há também uma razão para acreditarmos na transformação deste cenário a partir de dados que indicam os períodos e temas que os estudantes brasileiros mais têm interesse nas aulas de História. De acordo com o Projeto Jovens e a História, pesquisa realizada entre 2012 e 2013, que apresentou a opinião de jovens estudantes, de 15 e 16 anos, de cinco países da América do Sul (entre eles o Brasil), o período considerado como de maior interesse pelos jovens dos cinco países é o que vai do final da Segunda Guerra Mundial (1945) até os nossos dias, o que corresponde à história recente, momento no qual estão situados os conteúdos

sobre os golpes de Estado, a instalação de ditaduras militares na América Latina e o processo de redemocratização desses países (CERRI, 2018, p. 287).

Sabendo deste interesse, temos de pensar cada vez mais em estratégias que fortaleçam a cidadania e a importância da democracia nos diferentes níveis da educação a partir de um ensino crítico sobre as experiências autoritárias da história do Brasil. Foi o que pensamos ao realizar essa pesquisa. Escolhendo um jornal de longa tradição em Itararé, documento histórico até hoje pouco reconhecido na cidade pelo valor que pode oferecer à pesquisa histórica e ao ensino de História, construímos uma possibilidade para o estudo de crises políticas, do governo de João Goulart e do golpe civil-militar de 1964, privilegiando as narrativas de diferentes sujeitos e a construção do conhecimento histórico em sala de aula.

Se queremos que nossos estudantes construam um pensamento crítico e autônomo, capaz de identificar nas representações de seu tempo, expressas em falas e textos, perigosos projetos reacionários de poder, o contato e a crítica com os documentos históricos são de suma importância. Em Itararé, por exemplo, o acervo da Biblioteca Municipal demonstrou ser uma boa fonte de documentos e ideias. Como foi a intenção deste trabalho, esperamos que cada vez mais novos estudos sejam realizados no sentido de fortalecer o ensino de história local e o trabalho com temas sensíveis da história recente do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. M.; SILVA, A. C. de M.; ALVES, R. C. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. (Coleção ideias em ação/coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho).
- ALMEIDA, S. B.; RODRIGUES JÚNIOR, O. A falsificação da História no livro didático História do Brasil: império e república. **Mnemonise revista**, v. 7, p. 221-234, 2016.
- AQUINO, M. A. de. Brasil: Golpe de Estado de 1964. Que Estado, país, sociedade são esses? **Projeto História**, São Paulo, p. 87-105, 2004.
- ARAUJO, A. M. 60 anos do ataque à memória de Stalin por Krushev. **GGN – O jornal de todos os Brasis**, 25 fev. 2016. Disponível em: <https://jornalgnn.com.br/historia/60-anos-do-ataque-a-memoria-de-stalin-por-krushev-por-andre-araujo/>. Acesso em 29 set. 2020.
- ARAUJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. (org.). **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- ARNS, D. P. E. **Brasil: Nunca Mais**. São Paulo: Vozes 1985.
- AZEVEDO, G. S. A propaganda governamental norte-americana na Guerra Fria como ferramenta de construção hegemônica (1947 - 1972): uma análise laclauiana. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso). **42º Encontro Anual da ANPOCS**.
- BANDONI, L. F. **Itararé na História**. Itararé: 2008, Tipografia Itararé.
- BANDONI, L. F. **Hermínio Lages**. Blog Itararé - Notas Biográficas de Personalidades. Itararé, 12 set. 2011. Disponível em: <http://itarare-biografias.blogspot.com/p/d-f.html>. Acesso em 10 de jan. de 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARROS, J. A. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BENEVIDES, M. V. 64, um golpe de classe? (sobre um livro de René Dreifuss). **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, v. 58, p. 255-261, 2003.
- BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, C. Reflexões sobre o ensino de história. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 127-149, 2018.
- BLOCH, M. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução VARRIALE, Carmen et. al. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução: DIAS, Maria Carmelita Pádua. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAPELATO, M. H. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, M. H. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. *In*: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. de M (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014a.

CAPELATO, M. H. **1964 - O papel da Imprensa no golpe**. Univesp TV. Entrevista cedida a Mônica Teixeira. 18 mar. 2014b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2teX16wFfvc>. Acesso em 10 jan. 2020.

CAPELATO, M. H.; DUTRA, E. R. Representação Política: O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira. *In*: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (org.). **Representações. Contribuição a um Debate Transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, p. 227-267, 2000.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, J. M. Fortuna e virtù no golpe de 1964. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, p. 7-16, 2014.

CERRI, L. F. Jornais e revistas no aprendizado da História. *In*: AMARO, H. S.; RODRIGUES, I. C. (org.). **História: Metodologia do Ensino**. 1. ed. Maringá, PR: Editora da UEM, v. 1, p. 27-38, 2005.

CERRI, L. F. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERRI, L. F. Cidade e identidade: região e ensino de História. *In*: ALEGRO, R. C.; MOLINA, A. H., CUNHA, M. F.; SILVA, L. H (org.). **Temas e Questões para o Ensino de História do Paraná**. 2. ed. Londrina: Eduel, p. 27-42, 2013.

CERRI, L. F. O que todo estudante de História gostaria que seu professor soubesse, mas tinha medo de dizer. *In*: CERRI, L. F. **Os jovens e a História: Brasil e América do Sul** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, p. 277-297, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/97885777982486>.

CHAMMAS, E. Z. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: Feusp, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, n. 21776, p. 1, 01 abr. 1964.

CÔRTEZ, G. Gilberto Côrtes. Depoimento [abr. 2020]. Entrevistador: Daniel Bonin Barreto. Itararé. 1 arquivo .mp3 (16 min). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o jornal Tribuna de Itararé.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DATAFOLHA. Apoio à democracia atinge 75%. **Datafolha Instituto de Pesquisas**. São Paulo, 29 jun. 2020. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml>. Acesso em 20 out. 2020.

DELGADO, L. de A. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DIAS, A. B. **O Presente da Memória: Usos do passado e as (re)construções da identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DIAS, L. A. O Golpe Impresso: Análise da participação dos jornais O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo no golpe civil-militar de 1964. **XXII Encontro Estadual de História ANPUH-SP**, 2014, Santos. Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. São Paulo: ANPUH-SP, v. 1. p. 1-17, 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, J.; GOMES, A. M. de C. **1964** [recurso eletrônico]: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FNDE. Programas do livro. **Dados estatísticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em 22 abr. 2020.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, n. 2002, p. 5, 4 mar. 1931.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo. n. 12719, p. 4, 12 abr. 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO. Limites a Chávez. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em 05 fev. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Veja o mapa de apuração de todas as cidades do Brasil. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 07 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018/veja-o-mapa-de-apuracao-de-todas-as-cidades-do-brasil/#/cargo/presidente/local/sao-paulo/turno/2/mapa/estadual/municipio/itarare/3523206>. Acesso em 18 out. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ministro diz que não houve golpe e que livros didáticos vão mudar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/livros-didaticos-vao-negar-golpe-militar-e-ditadura-diz-ministro-da-educacao.shtml>. Acesso em 25 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Democracia, nunca menos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaofz202006/democracia-nunca-menos.shtml>. Acesso em 19 out. 2020.

FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

FRAGA, A. B. As representações sobre o regime militar nos livros didáticos de história (1985-2011): de ‘revolução’ a golpe civil-militar de 1964. **Revista Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 13.2, p. 100-131, 2014.

FREITAS, J. de. História à brasileira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200912.htm>. Acesso em 15 jan. 2020.

FRIAS FILHO, O. Folha avalia que errou, mas reitera críticas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200907.htm>. Acesso em 05 fev. 2020.

G1-BRASILIA. Políticos e entidades criticam discurso de Bolsonaro em ato que defendia intervenção militar. **G1 - Brasília**. Brasília, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/repercussao-sobre-o-discurso-de-bolsonaro-diante-de-manifestantes-que-defendiam-intervencao-militar.ghtml>. Acesso em 25 mai. 2020.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

GASPARI, E. Pouco antes de seu assassinato, Kennedy discutiu ação militar para tirar Jango da Presidência. **Arquivos da Ditadura**, 2014b. Disponível em: <https://arquivosdeditadura.com.br/documento/galeria/transcricao-audio-editado>. Acesso em 7 jun. 2020.

GIL, C. Z. de V.; CAMARGO, J. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, v. 7, p. 139-159, 2018.

GORENDER, J. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, C. N. de (org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2012.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **VII Recenseamento Geral do Brasil**, 1º de Setembro de 1960. Série Regional. Volume I. Tomo XIII. São Paulo. População. Resultados segundo as Zonas Fisográficas e os Municípios. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t13_sp.pdf. Acesso em 04 nov. 2019.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Itararé. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itarare/panorama> Acesso em: 10 fev. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília, MEC/INEP, 2003. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em 11 fev. 2020.

ITARARÉ. **Lei ordinária n. 723 de 17 de dezembro de 1963**. Dispõe sobre denominação de Avenida. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itarare/lei-ordinaria/1963/73/723/lei-ordinaria-n-723-1963-dispoe-sobre-denominacao-de-avenida-e-das-outras-providencias?q=1963> Acesso em 15 jan. 2020.

JEANNENEY, J. A Mídia. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

JODELET, D. As representações sociais no campo das Ciências Humanas. *In*: **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 17-44. 2001

JUNQUEIRA, M. A.; NAPOLITANO, M. Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos. Síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento **‘Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça’**. Departamento de História da FFLCH / USP - Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/u206/Texto%20S%C3%ADntese%20%20Negacionismo%20%282%29.pdf>. Acesso em 18 jan. 2020.

KELLER, V. Carlos Lacerda. *In*: ABREU, A. A. de et al (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-nerneck-de-lacerda>. Acesso em 10 abr. 2020.

LAVILLE, C. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138. 1999.

LOURENÇO, E. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**, v. 30, p. 97-120, 2010.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2010.

MAIA, G. A estudantes, Bolsonaro recomenda livro de torturador para professora 'esquerdista'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/a-estudantes-bolsonaro-recomenda-livro-de-torturador-para-professora-esquerdista-23984509>. Acesso em 18 de jan. 2020.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a Public History. **História da Historiografia**, v. 15, p. 27-50, 2014.

MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 135-154, 2017.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, L. Estado Novo. In: ABREU, A. A. de et al (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-novo>. Acesso em 09 jan. 2020.

MAYER, J. M. **Ademar de Barros**. In: ABREU, A. A. de et al (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros>. Acesso em 10 abr. 2020.

MELO, D. B. de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e Marxismo - Revista do NIEP Marx**, v. 1, p. 49-74, 2013.

MELO, D. B. de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão (versão ampliada). In: MELO, D. B. de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 157-188, 2014.

MENEGAT, R. Nas ruas do Brasil, a ditadura ainda vive. **Agência Pública**, 4 out. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/10/nas-ruas-do-brasil-a-ditadura-ainda-vive/>. Acesso em 20 out. 2020.

MORENO, J. C. **QUEM SOMOS NÓS? Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em livros didáticos de História (1971-2011)**. 2013. 380 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: USP. 2000. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

MOTTA, R. P. S. A ‘indústria’ do anticomunismo. **Anos 90 (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 15, p. 71-91, 2002.

MOTTA, R. P. S. A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa (1964-69). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, p. 62-85, 2013.

MUNAKATA, K. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, M. C. de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

NAPOLITANO, M. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporanea - Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, p. 208-217, 2011.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NARLOCH, L. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009. Disponível em: <http://www.petecd.ufv.br/wp-content/uploads/Guia-politicamente-incorreto-da-hist%C3%B3ria-do-Brasil.pdf> Acesso em 03 fev. de 2020.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NOTA Pública emitida por docentes do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. **ANPUH Associação Nacional de História**, 11 abr. 2017. Disponível em: <https://anpuh.org.br/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/4096-nota-publica-emitida-por-docentes-do-departamento-de-historia-da-universidade-estadual-de-maringa#>. Acesso em 17 jan. 2020.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 27234, p. 1, 3 abr. 1964.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Governo Bolsonaro tem livro didático barato e ‘sem ideologia’, diz Weintraub. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2020. Disponível em: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,governo-bolsonaro-tem-livro-barato-e-sem-ideologia-diz-weintraub,70003153889_ Acesso em 25 mar. 2020.

O GLOBO, Rio de Janeiro, n. 11625, p. 1, 2. abr. 1964.

O ITARARÉ, Itararé, p. 1, 2 mar. 1930.

OLIVEIRA, R. Autores se autocensuram sobre ditadura para não perder espaço no MEC de Bolsonaro. **El País**, 07 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/06/politica/1554504245_154102.html. Acesso em 25 mar. 2020.

OSAKABE, M. Bolsonaro no Roda Viva: ‘Não houve golpe militar em 1964’. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2018. Disponível em

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nao-houve-golpe-militar-em-64-afirma-bolsonaro-no-roda-viva,70002423000>. Acesso em 15 de jan. de 2020.

PEREIRA, M. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História (UFMG. Impresso)**, v. 31, p. 863-902, 2015.

PEREIRA, M.; PEREIRA, A. Os sentidos do golpe de 1964 nos livros didáticos de História (1970-2000): entre continuidades e discontinuidades. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 30, p. 197-220, 2011.

PIMENTEL, A. Q. **Apontamentos Históricos de Itararé**. Itararé: Tipografia Itararé, 1982.

PINHEIRO, A. F. de O. **O primeiro prefeito afastado de Itararé: Um registro da política de agosto e setembro de 2011 na cidade e a análise das notícias nos jornais locais**. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Mídia, Política e Atores Sociais). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013 – 2015). **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 119-153, 2017.

PODER 360. Jornais no Brasil perdem tiragem impressa e venda digital ainda é modesta. **Poder 360**, Brasília, 26 nov. 2019 Disponível em <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-brasil-perdem-tiragem-impressa-e-venda-digital-ainda-e-modesta/>. Acesso em 20 dez. 2019.

PODER 360. Ativistas pedem AI-5 e Congresso fechado; Bolsonaro fala em fim da patifaria. **Poder 360**, Brasília, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ativistas-pedem-ai-5-e-congresso-fechado-bolsonaro-fala-em-fim-da-patifaria/>. Acesso em 22 abr. 2020.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p. 3 – 15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUELLER, J. J. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RÉMOND, R. (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES JÚNIOR, O.; SEBA, L. A Ditadura Militar narrada nos livros didáticos de História. **História & Ensino**, v. 25, p. 217-237, 2019.

SANTOMAURO, F. **A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SASAKI, D. L. Comissão da Verdade confirma que aérea Panair foi fechada por motivos políticos. **Época Negócios**, 11 dez. 2014. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/12/comissao-da->

verdade-confirma-que-aerea-panair-foi-fechada-por-motivos-politicos.html. Acesso em 10 abr. 2020.

SCHRÖDER, J.; MASIERO, C. Livros didáticos e abordagens sobre o período de ditadura civil-militar no Brasil. **XI Seminário de estudos históricos: 'A democracia ainda é a questão: reflexões sobre a ditadura civil-militar e a comissão nacional da verdade'**, Novo Hamburgo: Feevale, p. 01-19, 2013.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, J. L. W. **A deformação da História ou para não esquecer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVEIRA, I. F.; CARVALHO, S. **Golpe de 1964: o que os livros de história não contaram**. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2016.

SIMÕES, R. D.; RAMOS, V. da S.; RAMOS, D. da S. O livro didático e a ditadura militar no Brasil. **POIÉSIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul)**, v. 12, p. 251-266, 2018.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SORANO, V.; POLATO, A.; FAJARDO, V.; PRADO, C.; TENENTE; L. 89 morreram ou desapareceram após reunião relatada pela CIA em que Geisel autoriza mortes; veja lista. **G1 São Paulo**, São Paulo, 11 mai. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/mais-de-80-morreram-ou-desapareceram-na-ditadura-apos-geisel-autorizar-a-execucao-de-subversivos-perigosos-veja-lista.ghtml>. Acesso em 15 de jan. de 2020.

TAVARES, J. 'Ustra era um monstro que me torturava com choque e ria', diz vítima de militar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/ustra-era-um-monstro-que-me-torturava-com-choque-e-ria-diz-vitima-de-militar.shtml>. Acesso em 10 fev. 2020.

TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 1, p. 1, 01. jan. 1949.

TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 438, p. 2, 13 abr. 1958.

TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 484, p. 2, 15 mar. 1959.

TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 497, p. 2, 14 jun. 1959.

TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 539, p. 2, 3 abr. 1960.

- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 555, p. 2, 31 jul. 1960.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 559, p. 1, 21 ago. 1960.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 565, p. 3, 2 out. 1960.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 606, p. 2, 6 ago. 1961.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 610, p. 1, 3 set. 1961.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 669, p. 6, 01 jan. 1963.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 671, p. 1, 13 jan. 1963.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 690, p. 2, 2 jun. 1963.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 692, p. 1, 16 jun. 1963.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 702, p. 2, 25 ago. 1963.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 714, p. 1, 01 dez. 1963.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 715, p. 4, 8 dez. 1963.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 717, p. 1, 25 dez. 1963.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 727, p. 1, 5 abr. 1964.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 728, p. 1, 12 abr. 1964.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 729, p. 2, 21 abr. 1964.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 730, p. 2, 3 mai. 1964.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 734, p. 2, 31 mai. 1964.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 737, p. 1, 21 jun. 1964.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 738, p. 2, 28 jun. 1964.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 749, p. 2, 20 set. 1964.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 776, p. 1, 4 abr. 1965.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 1212, p. 1, 20 jan. 1974.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 1222, p. 1, 31 mar. 1974.
- TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 1416, p. 1, 01 abr. 1978.

TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 2168, p. 4, 13 abr. 1994.

USTRA, C. B. **A Verdade Sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser, 2006. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B4JmN3hNgh0QRjRoRHM2UnIIRXc/ed> Acesso em 06 fev. 2020.

VARGAS, M. Bolsonaro diz que livros didáticos têm ‘muita coisa escrita’ e pede estilo mais ‘suave’. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 jan. 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-livros-didaticos-tem-muita-coisa-escrita-e-pede-estilo-mais-suave,70003142807>. Acesso em 26 mar. 2020.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

VILLA, M. A. Ditadura à brasileira. **Folha de S, Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm>. Acesso em 15 jan. de 2020.

VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira - 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: LeYa, 2014.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Revista de PPG em História da PUCSP**, n. 4, São Paulo, p. 89-102, 1985.

**APÊNDICE A – CADERNO TEMÁTICO: O ENSINO SOBRE O GOLPE DE 1964
ATRAVÉS DA IMPRENSA DE ITARARÉ-SP⁵³**

⁵³ Parte dos textos e dos documentos históricos deste material foram utilizados anteriormente na pesquisa, tendo sido adaptados pensando em seu uso nas aulas de História.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	112
PENSANDO O USO DOS JORNAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA.....	114
PROPOSTA 1 – A CIDADE DE ITARARÉ COMO ESPAÇO PARA O APRENDIZADO HISTÓRICO.....	117
PROPOSTA 2 – O JORNAL TRIBUNA DE ITARARÉ COMO FONTE PARA AS AULAS DE HISTÓRIA	121
PROPOSTA 3 – 1964: GOLPE DE ESTADO OU REVOLUÇÃO?.....	127
PROPOSTA 4 – A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA NO GOLPE DE 1964.....	130
PROPOSTA 5 – A PROPAGANDA ANTICOMUNISTA NA TRIBUNA DE ITARARÉ.	137
PROPOSTA 6 – A SEÇÃO “CRÔNICA DA SEMANA” E O GOLPE DE 1964	143
PROPOSTA 7 – A MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO GOLPE DE 1964	149
PROPOSTA 8 – A PRIMEIRA PÁGINA DE UM JORNAL	153
PARA SABER MAIS	156
REFERÊNCIAS	157

APRESENTAÇÃO

Caro(a) professor(a),

Esperamos que este material possa colaborar com a construção do conhecimento histórico nas aulas de História. Acreditamos que o uso de fontes impressas é uma valiosa contribuição para tratarmos na sala de aula das transformações políticas, culturais e sociais que o Brasil atravessou na década de 1960 e que foram interrompidas por um capítulo triste de nossa história recente: o golpe civil-militar de 1964.

Esse acontecimento está inserido no contexto da Guerra Fria e da disputa entre duas forças políticas distintas - os Estados Unidos e a União Soviética - em busca de sua hegemonia sob o mundo após a Segunda Guerra Mundial. Disputa ideológica que esteve representada na imprensa nacional.

A utilidade da imprensa como documento histórico está em reconstruir o passado a partir de uma fonte impressa local, que faz parte do espaço onde o(a) aluno(a) reside, neste caso, a cidade de Itararé-SP. Da mesma forma, acreditamos que estudar sobre as condições que levaram a um golpe de Estado auxilia nossa sociedade a compreender a importância da defesa da democracia e da liberdade de expressão, condições fundamentais para termos um País justo e formarmos cidadãos críticos e resistentes a qualquer tipo de retrocesso.

É importante ressaltar que a intenção deste caderno não é de substituir a aula de História. Pensamos neste material como um recurso complementar para as suas aulas, especialmente para a 3ª série do Ensino Médio, devido ao conteúdo sobre o golpe civil-militar de 1964 ser ensinado nesta etapa do ensino e pela forma como construímos a análise das fontes e os encaminhamentos propostos nas atividades, que indicam que o estudante já domine a interpretação crítica de textos de linguagens diferentes, o que não impede que você adapte uma ou mais das atividades para outras séries, visto que o jornal é um documento com muitas possibilidades na sala de aula.

Assim, dividimos o caderno em duas partes. A primeira apresenta algumas considerações metodológicas, dedicadas aos professores, com a finalidade de nortear o uso de jornais nas aulas de História. Para complementar as práticas de ensino, segue a sequência didática, dividida em 8 propostas.

Durante a leitura do material você encontrará textos e fontes distribuídos em seções específicas, que foram criadas no sentido de encaminhar o processo de aprendizado histórico de nossos alunos. Você vai encontrar títulos como:

Proposta: nome dado ao tema geral de cada exercício, sendo que em uma mesma proposta de ensino pode ser desenvolvida mais de uma atividade;

Objetivos: conhecimentos que pretendemos mobilizar e alcançar em cada proposta;

Conhecimentos Prévios: levantamento dos conhecimentos já dominados pelos alunos antes de realizar a atividade;

Fonte 1: indica o recorte do jornal Tribuna de Itararé e de outros jornais da imprensa nacional selecionados para a atividade;

Texto 1: texto informativo sobre o tema que elaboramos especialmente para o material didático;

Palavra do(a) historiador(a): trecho do que historiadores já escreveram sobre o assunto;

Sugestões aos Professores: indicações metodológicas na abordagem dos documentos em sala de aula;

Produzindo conhecimento: momento no qual os alunos deverão registrar suas narrativas históricas através da resposta de exercícios, produção de artigos, notícias e pelo debate;

Para saber mais: indicação de material complementar para o aprofundamento sobre o tema deste caderno, que podem ser sites da internet, filmes, livros etc.

Com essa divisão, além de favorecer a compreensão da sequência didática, enfatizamos a importância de se construir na sala de aula um ambiente democrático, que valorize a pluralidade de ideias, a liberdade de expressão e a análise crítica das fontes históricas, da mesma maneira que rejeitamos soluções autoritárias e antidemocráticas para a resolução de conflitos em nosso País, lembrando sempre de nos posicionarmos, para que não se esqueçam: Ditadura nunca mais!

Um forte abraço.

PENSANDO O USO DOS JORNAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA

Utilizar documentos históricos em sala de aula é uma prática que beneficia professores e estudantes pois torna o aprendizado histórico mais significativo, desenvolve a criticidade dos alunos e contribui com a perspectiva de que podemos encontrar vestígios sobre o passado em diferentes lugares (BITTENCOURT, 2009, p. 333).

O contato de nossos alunos com os documentos históricos, bem como a reflexão sobre os discursos e intenções que circulam em cada fonte são passos importantes para contribuímos com a consciência histórica dos educandos, especialmente, no estudo sobre um tema sensível, como é o caso do golpe civil-militar de 1964.

Segundo Cerri (2011, p. 13), consciência histórica corresponde a “uma das estruturas do pensamento humano, o qual coloca em movimento a definição da identidade coletiva e pessoal, a memória e a imperiosidade de agir no mundo em que se está inserido”. Este conceito não fica restrito, em sala de aula, à reconstrução do passado de um povo a partir de seus registros de memória, uma vez que está vinculado às “projeções que fazemos para o nosso futuro” (CERRI, 2011, p. 15).

No entanto, não nos basta somente escolher um documento que despertou nosso interesse pessoal e levá-lo para a sala de aula. É preciso que a seleção dos documentos contemple certos critérios, o que passa pela fonte ser adequada à faixa etária e aos conteúdos estudados pela classe e que este documento seja capaz de despertar motivação nos alunos e não provoque “mais dificuldades do que interesse e curiosidade” (BITTENCOURT, 2009, p. 330).

Este é um ponto no qual o jornal oferece muitas alternativas. Por meio de sua leitura podemos investigar representações feitas por um grupo político local sobre um personagem histórico, um grande acontecimento, um país ou uma ideologia diferente. Em suas narrativas, registradas em textos e imagens, encontramos vestígios sobre o passado, estereótipos, conflitos, formas de pensar e se identificar com o local no qual seus autores viveram. Como observa Abud (2013, p. 24), a prática de pesquisa em jornais “é um importante meio de qualificação da consciência histórica de nossos alunos, ou seja, contribui para que eles se vejam como participantes e agentes da História”.

O contato dos estudantes com o jornal também não precisa ficar limitado às fontes que já foram previamente recortadas pelos professores. Podemos apresentar aos alunos a edição integral de um jornal, em sua edição física ou online (disponibilizada em portais de acervos na internet), ou então levá-los a conhecer como se dá o tratamento e acondicionamento de

impressos em um arquivo, numa visita mediada por especialistas. Possibilidades pedagógicas que podem enriquecer a prática de nossas aulas.

Como qualquer tipologia de documento histórico levado em sala de aula é preciso que tenhamos alguns cuidados quanto ao seu uso, de maneira que possa servir como uma estratégia didática atual e possível em um contexto de avanço tecnológico, no qual, cada vez mais, os estudantes acessam informações através de um smartphone, na palma de sua mão. Enfim, quando levamos fontes impressas para a sala de aula é importante que busquemos:

1 – Relacionar o texto lido ao seu contexto histórico.

Jornais produzidos em um recorte temporal diferente do qual os estudantes participam, com expressões e debates próprios daquela época, devem ter seus artigos contextualizados ao seu período histórico, afinal, “a contextualização faz perceber que o texto tem uma origem, aparece em um determinado momento histórico que lhe impõe determinadas marcas” (CERRI, 2005, p. 30).

Se, por exemplo, selecionamos uma notícia publicada no início do ano de 1964, na qual seu autor expressou uma opinião contrária ao projeto das Reformas de Base, é importante que antes de ler o artigo, o estudante saiba quais eram os pontos que tratavam o projeto das Reformas de Base, fruto de qual governo e envolvido em quais disputas políticas. Com isso o texto (documento histórico) não é deslocado do contexto de sua produção.

2 – Pensar o jornal como uma representação sobre o passado.

Devemos ler as manchetes, artigos e imagens presentes no jornal como “visões multifacetadas”, isto é, representações, “construídas pelo autor por meio da leitura dos fatos, a qual se dá com a mediação de seus valores e crenças” (ABUD, 2013, p. 29). Em outras palavras, não devemos tratar um texto jornalístico como uma verdade pronta, mas como um testemunho de uma época, uma narrativa subjetiva.

3 – Reconhecer o documento como resultado de escolhas.

Outra questão é considerar o jornal como um documento que passou, desde sua confecção, por uma sequência de escolhas, que, por sua vez, correspondem a esquecimentos, até chegar ao leitor. Um artigo que lemos no jornal Tribuna de Itararé foi produzido a partir das informações que seu autor tinha quando elaborou seu texto. Esse mesmo artigo só chegou até nós porque a edição impressa foi preservada e guardada em um acervo. Além disso, a escolha do artigo passou pelo filtro do(a) historiador(a), que selecionou essa fonte entre muitos outros

textos presentes em uma edição do jornal. Isso significa que “é preciso que o aluno tenha noção, portanto, de que esse procedimento origina uma extensa área de silêncios sobre o passado que não podem ser desprezados” (CERRI, 2005, p. 29).

4 – Construir conhecimento histórico em sala de aula.

Por fim, o jornal não pode ficar limitado a uma espécie de fonte meramente ilustrativa, mas deve ser pensado como possibilidade de construção do saber histórico dos estudantes, podendo inclusive ser utilizado junto a outros recortes da historiografia, favorecendo uma análise crítica e comparativa de sua leitura.

Essa técnica contribui com a ideia do pensar historicamente, que Cerri (2011, p. 59) analisa como sendo uma atitude com vários sentidos, entre os quais o de nunca aceitarmos as informações que foram colhidas das fontes como dados prontos, sem antes analisar o contexto em que foram produzidas e os sujeitos que fizeram parte do produto dessa ação.

PROPOSTA 1 – A CIDADE DE ITARARÉ COMO ESPAÇO PARA O APRENDIZADO HISTÓRICO

Objetivos:

- Conhecer a cidade de Itararé e as possibilidades de se aprender História a partir dos nomes de seus espaços públicos.
- Identificar a importância do estudo sobre o golpe civil-militar de 1964.

Professor(a),

Quando fazemos uma simples caminhada por nossa cidade podemos encontrar ruas, praças e escolas que levam o nome de homens e mulheres que foram relevantes para a história de Itararé. Este é o caso da Escola Estadual Professora Esther Carpinelli Ribas, que homenageia uma das primeiras professoras do ensino primário em nossa cidade, no início do século passado. Também podemos identificar ruas nomeadas com datas simbólicas para a memória do local em que vivemos, como é caso da Rua 28 de Agosto, que corresponde a data de fundação do município de Itararé, no longínquo ano de 1893.

A ideia de nomear uma rua, praça, avenida ou monumento tem sempre um sentido de preservação e manutenção da memória do homenageado na cidade, de forma a permanecer entre seus habitantes e construir uma identidade. Apesar dessa intenção, que pode parecer sempre positiva, é possível que encontremos espaços públicos que nomeiam personagens e datas históricas relacionados a períodos de violação contra os Direitos Humanos, como são os casos dos locais que prestam “homenagem” a data do golpe de Estado de 1964 no Brasil.

Em nosso município encontramos um exemplo dessa situação no nome de uma rua localizada no bairro da Vila Osório, próximo a uma das entradas de Itararé, que foi denominada de “Rua 31 de Março” ainda durante a ditadura militar, através de um Decreto Municipal de 1974.

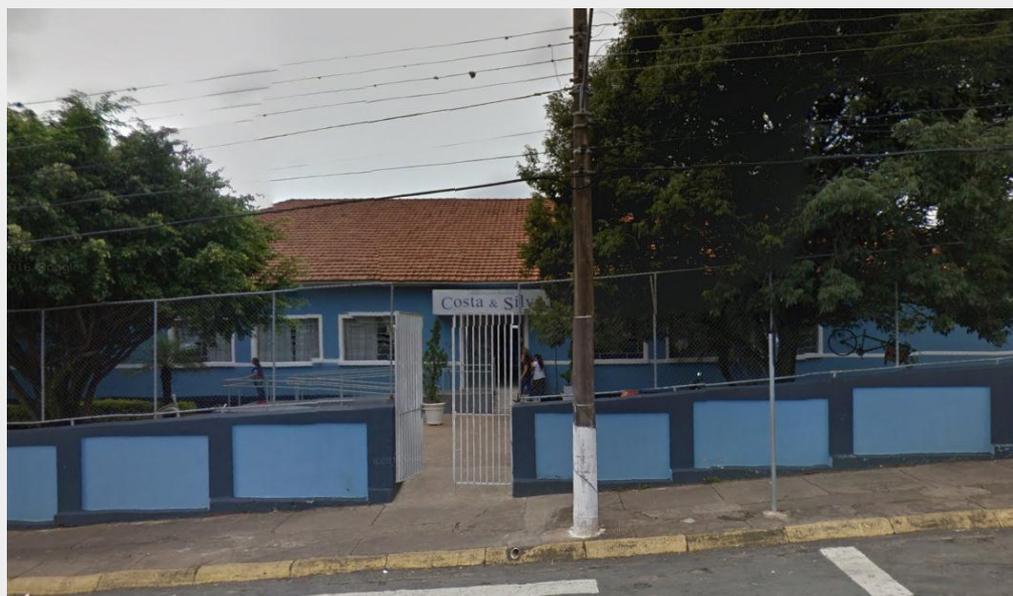
Se atravessarmos a divisa com o estado do Paraná, na vizinha Sengés, a 15 km de Itararé, temos uma escola situada na região central do município chamada “Colégio Estadual Presidente Costa e Silva”, Presidente ditador do Brasil (1967-1969), responsável pela assinatura do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o mais duro ato da ditadura militar, em 13 de dezembro de 1968.

Figura 14 – Placa da Rua 31 de Março em Itararé-SP



Fonte: o autor.

Figura 15 - Colégio Estadual Presidente Costa e Silva em Sengés-PR



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>.

Diante dessas informações é possível que algumas pessoas possam perguntar: “Essa preocupação toda tem sentido?” Sim! E hoje o assunto é ainda mais atual, especialmente quando vemos manifestantes saírem às ruas das cidades brasileiras para pedir um novo golpe de Estado, intervenção militar, o fechamento do Congresso Nacional, entre outras medidas arbitrárias que atentam contra a democracia. Essas formas de manifestação, que antes pareciam exclusividade de grandes capitais, chegaram a cidades pequenas do interior do Brasil, inclusive a Itararé.

Nessas condições, o que nós, como professores, podemos fazer para fortalecer a democracia brasileira? Em poucas palavras – já que o tema é amplo e exige um bom debate – a solução passa por defendermos a manutenção de nossas instituições, o Estado democrático de direito, a participação da minorias sociais (mas que são maiorias populacionais) nas decisões do Estado e a liberdade de expressão e de organização política dos brasileiros, que são formas de demonstrarmos uma atitude cidadã e participativa.

No entanto, essa atitude só é realmente significativa se mobilizarmos nossos alunos pelo interesse e participação nos rumos do País, afinal, a democracia é um valor que todos devemos estar dispostos a defender, para que episódios como o que o Brasil passou entre 1964 e 1985, nunca voltem a se repetir.

Figura 16 – Em Itararé, na Praça Ademar de Barros, manifestação contra o PT pede intervenção militar

domingo, 15 de março de 2015

Ato contra o PT reúne 20 pessoas em Itararé

por MURILO CLETO



Em meio às manifestações que levaram 1 milhão de pessoas à Avenida Paulista, em São Paulo, e milhares em outras cidades do país, cerca de 20 itarareenses reuniram-se na Praça Ademar de Barros para protestar contra o governo Dilma e o PT, após convocação do jornalista Hélio Porto nas redes sociais.

Acompanhados por um carro pintado de verde e amarelo que pedia intervenção militar, e liderados por uma faixa com os dizeres #ATITUDE, os manifestantes entoaram o hino nacional e desceram a principal rua da cidade em direção ao ponto final do ato, em frente ao Tiro de Guerra.

Durante o trajeto, foram executados os gritos "fora Dilma", "fora PT" e "fora quadrilha do PT". Confira as fotos.



Visitas



240,374

Desafinado no Facebook!



Curta e receba as atualizações

Mais lidos



Ex-prefeito Cesar Perúcio é condenado por improbidade administrativa

Em 1ª instância, o político itarareense do Democratas foi condenado a devolver R\$ 639,5 mil em contratações irregulares para a Festa do Peã...



História de Itararé: do processo de colonização à criação do Distrito de Paz de São Pedro de Itararé

por OSVALDO RODRIGUES JUNIOR No próximo dia 28 de agosto, Itararé comemorará 121 anos de emancipação político-administrativa. Para cele...

Fonte: <https://desafinado-blog.blogspot.com/2015/03/ato-contra-o-pt-reune-20-pessoas-em.html>.

Mas, por onde e como devemos começar? Neste material propomos que a construção do conhecimento histórico que valorize a democracia passa por estudarmos a história recente do Brasil e do golpe civil-militar de 1964, privilegiando como fonte documental um dos principais meios de comunicação na época deste acontecimento, a imprensa escrita, sobretudo o jornal Tribuna de Itararé, que circulou em nossa cidade e no sudoeste paulista entre 1949 e 2018.

Você é o convidado especial dessa reflexão. Vamos juntos?

Sugestões aos Professores

A primeira proposta foi pensada como apresentação da cidade de Itararé, município do sudoeste do estado de São Paulo, onde foi editado o jornal Tribuna de Itararé. O passeio por nomes de escolas, praças e ruas da cidade e da vizinha Sengés, no Paraná, pode ser uma estratégia interessante para aproximarmos este conteúdo da realidade de nossos estudantes, partindo de nomes de locais conhecidos e do questionamento das razões que justificam a permanência desses nomes em espaços públicos.

Esse tipo de atividade pode ser adaptado pelo(a) professor(a) pensando na realidade de outras cidades brasileiras, visto que homenagear escolas, ruas, praças e avenidas com nomes de conspiradores civis e militares e ditadores não é uma realidade exclusiva de Itararé. Para sensibilizar os estudantes a respeito da relevância deste tema, o(a) professor(a) pode solicitar que respondam as seguintes questões:

- 1) O que você sabe sobre o golpe civil-militar de 1964 no Brasil?
- 2) Qual significado a palavra democracia tem para você? Em que situações de nossa vida praticamos a democracia?
- 3) Atualmente, permanece no Brasil a tradição de nomear espaços públicos com datas que marcam períodos de violência política em nossa sociedade e com personagens históricos que não tiveram compromisso com a liberdade democrática do povo brasileiro. Por que isso ainda é comum? Se você pudesse alterá-los, quais nomes indicaria para substituí-los?

PROPOSTA 2 – O JORNAL TRIBUNA DE ITARARÉ COMO FONTE PARA AS AULAS DE HISTÓRIA

Objetivos:

- Permitir um primeiro contato dos estudantes com os jornais na perspectiva de fontes históricas.
- Apresentar o jornal como um suporte de circulação de ideias e de representações políticas, reconhecendo sua potencialidade como documento na pesquisa em História.
- Identificar o contexto histórico de surgimento do jornal Tribuna de Itararé.

Você tem o costume de ler jornais? Já ouviu falar do jornal Tribuna de Itararé, que por quase setenta anos, circulou semanalmente em Itararé? No texto 1 vamos conhecer um pouco mais a trajetória deste jornal a partir das ideias políticas, disputas pelo poder local e os valores defendidos por seus proprietários e colaboradores.

Antes de sua leitura, porém, reflita sobre como a historiadora Maria Helena Capelato explica a atuação da imprensa na sociedade. Segundo ela, os jornais não são espelhos de tudo o que aconteceu, mas documentos que oferecem vestígios de como uma sociedade representou momentos particulares do real:

Palavra do(a) historiador(a):

“Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas”.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 24-25.

TEXTO 1

O jornal Tribuna de Itararé: uma voz política de seu tempo

A criação do jornal

O início do jornal Tribuna de Itararé remonta ao ano de 1949. Na verdade já havia algum tempo que seus idealizadores pretendiam fundar um novo jornal na cidade de Itararé-SP, capaz de representar suas opiniões políticas, em um País que havia saído da ditadura do Estado Novo (1937 – 1945).

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, Itararé teve uma família a frente do poder local: os Tatit. Esse grupo político, aliado a Getúlio Vargas, teve Eugênio Dias Tatit nomeado como Prefeito pelo Interventor federal no estado de São Paulo, tendo governado a cidade entre 1938 e 1947. Além disso, o jornal “O Itararé”, fundado em 1910 e na época único jornal local em circulação, também era propriedade da família Tatit, sendo dirigido por Pedro Dias Tatit.

Foi neste cenário, no qual o Brasil saía de uma ditadura e Itararé ainda era controlada a nível local por uma família, que empresários, profissionais liberais, comerciantes, entre outros moradores insatisfeitos com os rumos da política local e nacional, e esperançosos com o processo de democratização, fim da censura e promulgação da Constituição de 1946, se articularam para a fundação na cidade do diretório municipal da UDN (União Democrática Nacional), partido que havia sido criado no Brasil junto a outras siglas como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro e PSD (Partido Social Democrático) ainda em 1945, no processo de abertura política.

Vale lembrar que na década de 1940 Itararé estava em franco desenvolvimento econômico gerado pelos lucros da extração madeireira, o que influenciava na movimentação dos investimentos, circulação de viajantes e no transporte de mercadorias pela linha ferroviária.

Como primeiro desafio político, a UDN de Itararé teve pela frente a eleição municipal de 1947 na qual se saiu vitoriosa elegendo Francisco Alves Negrão como Prefeito e 9 dos 13 vereadores. O partido voltaria a eleger o Prefeito de Itararé nas eleições de 1951, 1955 e 1959. Faltava, no entanto, ao grupo que passou a governar a cidade, um instrumento de comunicação, capaz de divulgar suas posições políticas.

É aí que Heitor Guimarães Côrtes, então Presidente da Câmara de Vereadores de Itararé pela UDN, decide agir e surge como a figura central por trás da organização de um novo jornal, sendo seu acionista majoritário. Em 1948 organiza a Impressora Bandeirante S/A e consegue reunir um grupo de 33 acionistas, simpatizantes da UDN em Itararé, dispostos a colaborar com seu projeto de colocar em circulação a Tribuna de Itararé. É com o slogan “Um jornal a serviço do povo” (que se manteve até sua última edição), que em 1º de janeiro de 1949 circula a primeira edição do jornal.

Esses detalhes são reforçados pelas memórias de Gilberto Côrtes, filho de Heitor, que recorda com detalhes as disputas políticas daquele período, a atuação de seu pai na fundação do jornal e até mesmo a distribuição da primeira edição do semanário pelas ruas de Itararé, da qual participou ainda criança, como um dos entregadores:

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, foi nomeado Eugenio Dias Tatit como Prefeito de Itararé. E ele era da ala do Getúlio. O meu pai era contra o Getúlio, era de outra ala, e aí foi fundada a UDB (União Democrática Brasileira), que originou a UDN. Meu pai, na época, era o vice-presidente desta instituição aqui. Tempo depois, foi feita uma reunião aqui na cidade, nos salões da rua Frei Caneca, e ele foi aclamado Presidente da UDN em Itararé. A UDN foi o partido combativo à ditadura. Enfim, meu pai resolveu - porque os Tatit eram inimigos ferrenhos da gente - fundar um novo jornal. A Tribuna nasceu das mãos dos udenistas daqui, mas foi meu pai que bancou tudo isso aí, inclusive meu pai na época comprou máquinas de tipografia e o primeiro número da Tribuna foi impresso no jornal O Tempo, lá em Itapeva, porque as nossas máquinas ainda não estavam trabalhando [...]. Eu, meu irmão, Lucas Ferreira e o Isaque Santos fomos os primeiros entregadores do jornal. Cada um pegava uma rua e a minha rua foi a São Pedro, a maior da cidade. A Tribuna surgiu dessa forma, para combater os Tatit, um jornal praticamente político (informação verbal).⁵⁴

Figura 17 - Inauguração do Jornal Tribuna de Itararé (1949)



Fonte: Foto de Claro Jansson. Acervo pessoal família Jansson.

Rompimentos, mudança entre proprietários e a década de 1960

Mas nem só de momentos de sucesso o jornal passou. Na década de 1950 o semanário enfrentou dificuldades financeiras e quase deixou de circular. Tudo começou quando seu diretor, Roberto Côrtes, filho de Heitor Guimarães Côrtes, deixou a direção do jornal no início de 1955. Por esse motivo o jornal não circulou entre 20 de fevereiro e 30 de julho daquele ano.

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor, em 03 de abril de 2020.

Somado a isso, a Impressora Bandeirante S/A, responsável pela produção do jornal, foi dissolvida por seus acionistas que não estavam mais dispostos a continuar o projeto.

Foi neste interim que Hermínio Lages e João Contieri (tio e sobrinho, respectivamente), funcionários da parte gráfica do jornal desde 1949, decidem comprar uma pequena oficina e fundam a “Tipografia Guarani”. Em seguida, negociam os equipamentos da antiga sociedade e retomam a impressão do jornal Tribuna de Itararé, que voltou às bancas em 7 de agosto de 1955. Para dirigi-lo contratam o jornalista Adriano Queiróz Pimentel.

Em 1959, alegando motivos pessoais, Adriano (que também exercia a profissão de dentista) deixa a direção do jornal, que passou para as mãos de João Contieri, enquanto Hermínio ficou responsável pela parte gráfica e comercial da tipografia.

A sociedade entre João Contieri e Hermínio Lages durou até março de 1964, justamente às vésperas do golpe civil-militar, quando a parceria foi interrompida. João Contieri permaneceu com o jornal, contudo teve de criar uma nova tipografia, a “Tipografia Itararé”, para produzi-lo. Já Hermínio, com a estrutura constituída da “Tipografia Guarani”, lançaria no ano seguinte seu próprio jornal semanário, “O Guarani”.

Em toda sua história, e especialmente na década de 1960, circulou na Tribuna de Itararé a perspectiva de diferentes sujeitos históricos. Assinando artigos, publicações pagas na “seção livre”, reportagens e propagandas, jornalistas, colaboradores e grupos políticos representaram conflitos sociais na cidade, no País e no mundo, afinal, vivíamos a Guerra Fria e a disputa pela hegemonia entre dois modelos de sociedade: o capitalismo e o comunismo.

De acordo com dados do IBGE de 1960, naquele ano Itararé tinha alcançado 23.411 habitantes, porém, mais de 43% de sua população não sabia ler e escrever. Nesse sentido, tendo em vista que o texto do jornal tinha limites em chegar a toda população, devemos levar em conta que essa era uma fonte de informação que após ser lida poderia ser partilhada entre os habitantes da cidade, inclusive entre os não leitores, afinal, o acesso à informação sobre assuntos cotidianos, políticos e econômicos naquele contexto se restringia aos livros, ao jornal e ao rádio, já que a TV estava se constituindo no País e a internet... Bem, esse ainda era um sonho de ficção científica.

O fim

João Contieri permaneceu diretor da Tribuna até 1999, ano de seu falecimento. Dali em diante o jornal continuou sendo editado por seus familiares. Foi prestes a completar 70 anos, em 29 de março de 2018, que a edição de nº 3.347, a última do semanário, circulou. Hoje parte

de seu acervo se encontra armazenado na Biblioteca Municipal de Itararé Dr. Armando de Salles Oliveira.

Figura 18 - Parte do acervo da Biblioteca Municipal Dr. Armando de Salles Oliveira



Fonte: o autor.

Sugestões aos Professores

O(a) professor(a) pode após a leitura do texto e das imagens, investigar com os estudantes a trajetória de algumas instituições citadas, como é o caso da UDN, partido que ficou conhecido nacionalmente por ter feito oposição ao governo de João Goulart (1961 – 1964) e apoiado o golpe civil-militar de 1964. Outra possibilidade é analisar com os alunos as mudanças de proprietários que um mesmo jornal passou em sua história, refletindo sobre os motivos que influenciam nesse processo e as consequências que essa alteração pode oferecer, como a linha editorial tomada pelo veículo de comunicação.

Uma outra alternativa prática para favorecer o contato da sala com os jornais é realizar uma visita ao acervo da Biblioteca Municipal, que disponibiliza, além da Tribuna de Itararé, exemplares dos jornais locais “O Itararé” e “O Guarani”, bem como outros documentos históricos, no caso de parte do acervo fotográfico de Claro e Gustavo Jansson.

Mediante agendamento (a Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h), o espaço de pesquisa pode ser separado especialmente para os alunos. O (a) professor(a) pode dividi-los em grupos de até 4 estudantes e destinar para cada um deles o acervo de um determinado ano do jornal. Obviamente, o objetivo aqui não é de que os estudantes leiam a totalidade das edições e se apropriem de tudo que está escrito (o que seria impossível), mas ter

um primeiro contato com o estilo jornalístico da época, os assuntos em pauta, os tipos de anúncios publicitários e o comportamento político do jornal. Conforme maior seja o contato dos estudantes com os jornais, novos questionamentos poderão surgir, abrindo espaço para que os professores possam explorar as dúvidas apresentadas e direcionar as atividades. Pesquisar jornais é um caminho instigante que, certamente, vai mobilizar o interesse dos alunos.

Importante: no contato com o acervo dos jornais, professores e alunos devem fazer uso de luvas para proteger a integridade dos documentos.

PROPOSTA 3 – 1964: GOLPE DE ESTADO OU REVOLUÇÃO?

Objetivos:

- Estabelecer diferenças entre os conceitos de golpe de Estado e revolução.
- Caracterizar o governo estabelecido em 1964 como uma experiência autoritária de poder.

Conhecimentos Prévios

Os conceitos de Golpe de Estado e Revolução, apesar de presentes em nosso cotidiano, ainda hoje são utilizados de forma equivocada. Podemos distingui-los a partir de algumas diferenças, como, por exemplo, a origem do grupo que chega ao poder por meio de cada movimento. No golpe de Estado, ao contrário da revolução, geralmente a derrubada de um governo tem como protagonistas grupos originários de dentro do Estado, como são as Forças Armadas, além de que esses grupos não promovem alterações profundas na sociedade.

No caso de 1964, algumas questões podem nortear esse debate em sala de aula. Atualizações historiográficas recentes, como em Napolitano (2014) e Fico (2014), que consideram este acontecimento como um exemplo de golpe do tipo civil-militar, podem ser colocadas em discussão.

Deste modo, sugerimos que o(a) professor(a) realize, como reflexão inicial, para identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, um exercício através do qual os alunos sejam incentivados a registrar o que já sabem sobre os conceitos históricos de Golpe de Estado e Revolução:

1) Golpe de Estado: _____

2) Revolução: _____

ATIVIDADE 1: INVESTIGANDO CONCEITOS HISTÓRICOS

Após o registro dos conhecimentos prévios, agora é o momento de investigarmos com mais detalhes o significado dos conceitos de Golpe de Estado e Revolução. Primeiro, vamos analisar o que dizem os historiadores a respeito das diferenças entre esses dois conceitos históricos. A partir disso, podemos comparar essa explicação com a maneira com que o jornal Tribuna de Itararé empregou o uso de um dos conceitos na fonte 1:

Palavra do(a) historiador(a):

Qual a diferença entre os conceitos de golpe de Estado e Revolução?

Golpe de Estado

“Golpe de Estado passou então a denominar todo movimento de subversão da ordem constitucional, toda derrubada de um regime político, em geral por elementos de dentro do Estado, principalmente as Forças Armadas [...]. O golpe de Estado como conceito se aproxima de outros, como revolução: em comum, ambos se apresentam como rupturas bruscas da ordem institucional. Além disso, o objetivo dos dois é derrubar um governo e instituir outro, mas enquanto a revolução é uma modificação radical das estruturas econômicas e sociais, o golpe, em geral, é apenas a substituição pura e simples das elites no poder, quase sempre levado a cabo pelas chamadas elites orgânicas, ou seja, as elites inseridas no próprio Estado, como os burocratas e os militares”.

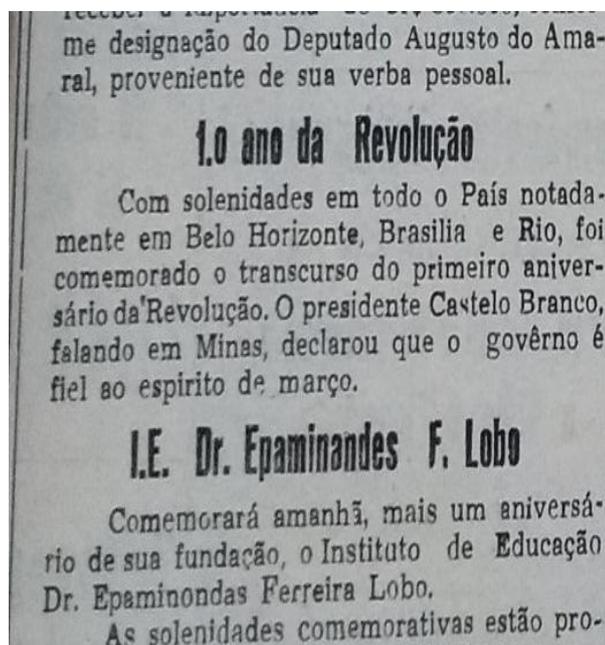
Revolução

“Toda palavra tem seu significado e sua função específica na sociedade; assim, toda palavra tem um uso político. Por isso devemos ser precisos com os conceitos e falar de golpe de Estado quando houver um e de revolução quando for o caso. O emprego de um conceito por outro – como nesse caso citado – nunca é sem consequências. Uma revolução é uma alteração profunda na sociedade, e quando afirmamos que o golpe de Estado de 1964 foi uma revolução, estamos defendendo que ele trouxe alterações sociais profundas, fato que não aconteceu”.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2013, p. 174-175; 365-366.

FONTE 1:

Figura 19 – 1º aniversário do golpe (1965)



Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 776, p. 1, 4 abr. 1965.

Sugestões aos Professores

Nesta atividade, o(a) professor(a) pode fazer um exercício comparativo entre os conceitos históricos junto aos estudantes. Iniciando pela organização dos conhecimentos prévios e sensibilização sobre o tema a ser investigado. Após essa etapa, a partir da leitura da historiografia e análise do recorte do jornal, podem ser recapituladas as diferenças entre os conceitos de revolução e golpe de Estado, de maneira a estender o debate ao caso brasileiro de 1964, indicando elementos que expliquem o porquê da deposição do Presidente João Goulart ser definida como um golpe de Estado e não como uma revolução, pois não ocorreram transformações radicais na sociedade, tampouco os grupos que tomaram o poder provinham de setores marginalizados, visto que eram originários da própria elite política brasileira.

Outra ideia é analisar como o 1º aniversário da data foi representado pelo jornal em sua edição de 1965. O (a) professor(a) pode sugerir para que seus alunos reescrevam a notícia da fonte 1 partindo de uma perspectiva crítica, o que significa não comemorar a deposição de um Presidente eleito. Dessa maneira espera-se que os estudantes utilizem o conceito mais apropriado para informar os leitores do jornal sobre o acontecimento. Por fim, as matérias que foram reescritas podem ser comparadas entre os alunos e até expostas em um painel que trate das representações da imprensa sobre o golpe de 1964.

PROPOSTA 4 – A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA NO GOLPE DE 1964

Objetivos:

- Conhecer a relação de apoio de grupos civis do jornalismo aos setores militares que conspiraram contra o regime democrático.
- Analisar as manchetes dos principais jornais brasileiros em sua cobertura sobre o golpe de 1964.
- Analisar criticamente a representação da imprensa de Itararé sobre o golpe de 1964.

ATIVIDADE 1: INTERPRETAÇÃO DE TEXTO E PESQUISA

O golpe de Estado de 1964 pode ser considerado um golpe civil e militar, pois além das Forças Armadas, conspiraram contra o Presidente João Goulart setores da sociedade civil, como grupos empresariais, a Igreja Católica e os principais jornais brasileiros, que deram apoio, em manchetes e grandes reportagens, ao que chamaram de vitória da “revolução”. Leia a seguir um texto que elaboramos especialmente para este caderno sobre a participação da imprensa brasileira no golpe de 1964:

TEXTO 1:

A imprensa brasileira apoiou o golpe civil-militar de 1964

Desde que João Goulart, também conhecido como Jango, tomou posse como Presidente da República, em 8 setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, os principais jornais brasileiros tiveram um comportamento dúbio com relação ao novo governo, alternando entre momentos de apoio e críticas contundentes contra ele.

A situação na imprensa escrita tomou uma guinada desfavorável ao Presidente no final do ano de 1963. Sustentado pelo discurso de oposição protagonizado por partidos como a UDN e por uma paranoia anticomunista, contrária ao programa social das reformas de base, setores empresariais passaram a enxergar em Jango um Presidente subversivo que representava um “risco” para a democracia brasileira.

Os grandes jornais se organizaram em torno da “Rede da Democracia”, articulação que representava interesses em comum dos grupos jornalísticos em desestabilizar, através de publicação de notícias desfavoráveis ao governo, a imagem do Presidente João Goulart.

Uma parcela desse grupo da imprensa chegou a colaborar com a compra de armas para derrubada do governo, conforme lembra a historiadora Maria Helena Capelato, ao recorrer a uma entrevista concedida pelo filho de Júlio de Mesquita Filho, na época diretor do jornal O Estado de São Paulo, o também jornalista, Ruy Mesquita:

Havia reuniões semanais dos grupos civis com quarenta a cinquenta oficiais para articular o golpe. Os civis compraram armas. Esse projeto conspiratório previa a derrubada de Jango e um expurgo político. O jornalista esclarece que seu pai – Júlio de Mesquita Filho (um dos principais articuladores na área da imprensa) – discordava dos militares quanto ao prazo estabelecido para o regime de exceção; eles propunham cinco anos e o diretor daquele jornal era a favor de uma coisa muito rápida, no máximo três anos (CAPELATO, 1988, p. 54).

Os ataques ao governo Jango aumentaram no mês de março de 1964, na cobertura de dois eventos chave para compreendermos o processo que levou a cabo o golpe civil-militar: o comício da Central do Brasil, em 13 de março, que foi amplamente descrito como um evento com intenções “subversivas” comandado pelo Presidente da República e a Marcha da Família com Deus pela liberdade, em 19 de março, que foi uma resposta de setores conservadores do País, apoiados por Governados de Estados e a classe média, contra a agenda de reformas sociais de Jango, em 19 de março.

Não por acaso, quando as tropas da 4ª Região Militar, comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho, alcançaram a cidade do Rio de Janeiro, quase todos os principais órgãos da imprensa brasileira comemoraram, em manchetes e editoriais, a chegada dos militares a cidade, o que identifica sua preferência ideológica naquela situação e afasta os jornais de qualquer pretensa neutralidade na cobertura de acontecimentos políticos.

No jornal carioca Tribuna da Imprensa, por exemplo, na época dirigido por Hélio Fernandes, os títulos da primeira página da edição de 2 de abril demonstram bem a linha editorial que foi seguida: “Democratas assumem os comandos militares. Pela recuperação do Brasil”.

Outro grupo empresarial que apoiou a deposição de Jango foi “O Globo”, vindo a se beneficiar da aliança estabelecida com o novo governo, pois foi neste momento que a empresa conseguiu expandir sua área de atuação para outros setores da comunicação. A TV Globo, hoje líder de audiência, seria fundada em 1965.

Em Itararé, o único jornal local em circulação naquele ano, a Tribuna de Itararé, tratou o episódio, em sua edição de 5 de abril, como “vitória das forças democráticas”, descrevendo o golpe de Estado como uma reação de Governadores de estados, Parlamentares e das Forças Armadas contra um Presidente, que supostamente “conspirava contra a Constituição” do País.

Mas nem todos os grandes grupos de comunicação comemoram o golpe de Estado e foram favorecidos pelo novo regime. O diretor do jornal Última Hora, Samuel Weiner, que se manteve ao lado de Jango, teve seus direitos políticos cassados após o golpe. Já um dos maiores canais da televisão brasileira à época, a Tv Excelsior, de propriedade de Mário Wallace Simonsen, sofreu intervenção dos militares após o golpe, o que acabou levando o canal a ser fechada em 1970.

Sugestões aos Professores

O texto introduz a relação que órgãos da imprensa do País tiveram com a deposição do governo de João Goulart. Muitos questionamentos dos estudantes podem surgir, especialmente sobre os nomes de jornais e profissionais do jornalismo citados. Uma primeira medida que o (a) professor(a) pode tomar é pesquisar com os estudantes a história dos principais títulos de jornais brasileiros em circulação em 1964, identificando quando surgiram, sua posição política na época, entre outros elementos. Neste sentido cabe destaque tanto para o jornal Última Hora e para a TV Excelsior, veículos de comunicação que foram contrários ao golpe e por isso sofreram represálias do novo governo, quanto para as empresas de comunicação que foram beneficiadas após o golpe e tiveram crescimento de seu patrimônio.

O(a) professor(a) também pode investigar com os estudantes a atuação de organizações e grupos de comunicação que circularam na imprensa publicações desfavoráveis ao governo de João Goulart. Entre esses grupos destacaram-se a Rede da Democracia, o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

ATIVIDADE 2: DESCONSTRUINDO MANCHETES

Nesta atividade os estudantes deverão analisar algumas das manchetes dos principais jornais brasileiros em edições que cobriram o golpe de 1964. Nesses documentos históricos podemos identificar os valores defendidos pelos jornais e a imagem que foi construída de seus adversários políticos.

Para começar, vamos entender o significado que a produção de uma manchete tem no processo de composição da primeira página do jornal, atividade que também passa pelo trabalho de diagramação das matérias.

Palavra do(a) historiador(a):

“O diagramador organiza as imagens, o título principal e secundários, a subdivisão dos textos com fios grossos e finos, espaços cheios e vazios; manipula o contraste entre o preto e o branco, considerados os principais elementos do trabalho gráfico [...]. Quanto à apresentação do jornal, cabe dizer ainda que a técnica e o conteúdo do título são muito importantes. Na feitura da manchete, os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito. Ela é uma arma de persuasão muito eficaz”.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 17.

Agora, leia com atenção os títulos de algumas das manchetes de jornais brasileiros em sua cobertura sobre o golpe de 1964:

Figura 20 – “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida”

FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECID

EMPOSSADO MAZZILLI

NA PRESIDÊNCIA TEXTO NA 6.ª PÁGINA

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, 5.ª feira, 2 de abril de 1964 — N.º 11 625

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Responsible: CARLOS MARINHO | Diretor-Administrativo: RICARDO MARINHO | Diretor-Comercial: RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto: RICARDO MARINHO

Ressurge a Democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

GRAÇAS A DECISÃO e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, e Brasil livrou-se do Go-

ranos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saindo dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, no reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.



Fonte: O GLOBO, Rio de Janeiro, n. 11625, p. 1, 2, abr. 1964.

Figura 21 – “Fora!”

Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 1 DE ABRIL DE 1964

2.º CLICHÉ

ESTADOS JÁ EM ELIÃO CONTRA JG

Art. 83, parágrafo único: O Presidente da República prestará, no ato da posse, este compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência".

Este foi o juramento prestado pelo sr. João Goulart no dia 7 de setembro de 1961, perante o Congresso Nacional. Jurou e não cumpriu. Não é mais Presidente da República.

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerância por mais tempo. Não resta outra saída ao sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia.

Durante dois anos o Brasil agüentou um Governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.

Quando o sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e de insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas.

uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.

O sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos.

Foi o sr. João Goulart quem iniciou de caso pensado uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a inflação desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas.

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.

O Brasil não é mais uma nação de escravos. Contra a desordem, contra a masorça, contra a

III Exército

ADEMAR ANUNCIA EM SP MARCHA DE KRUEL

SÃO PAULO. (SUCURSAL) "Anúncio que seis Estados estão sublevados, para defender a Constituição, os princípios sagrados de nossa tradição histórica", declarou o governador do Estado à 14.ª div., anunciando o início do movimento contra o Governo Federal, depois de manter um encontro com o general Amnary Kruel. O chefe do Executivo declarou que as tropas de São Paulo marchassem em direção ao Estado do Rio, onde se encontrariam, no km 47, com as forças mineiras.

O governador declarou que tudo isso foi para uma solução pacífica, pois "casos de guerra" não interessam ao governador João Goulart que o País não suportaria a agitação permanente e a guerra civil de milhões de brasileiros". Segundo o sr. Ademar de Barros, a única preocupação do Governador paulista, vindo ao III Exército, é o restabelecimento da política tradicional interna e externa, conservadora e evolucionista. Manifestou-se favoravelmente às reformas, das quais se diz nunca defender. Anunciou ajuda aos Estados de Mato Grosso, Goiás, Mato-Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aderiram ao movimento rebelde.

Deposição

Ná Assembleia Legislativa do GB, a deposição do presidente João Goulart foi votada pelo deputado Agostinho de Aguiar Peçanha. Durante a sessão houve dezoito votos que mantiveram o deputado João Talarin, quando líder do PSB, dirigiu vários ataques pessoais e, da tribuna, não permitiu a saída do representante nacional. Disse o sr. José Talarin: "Vossa Excelência por falar quando quer, saia daí". Ao que respondeu o sr. Amnary Peçanha: "Não quero, entendo melhor não estar em um com o sr. João Goulart, que deverá ser deposto para benefício do País, liberdade e a lei".

Lacerda

Em audiência no Palácio Guanabara, disse o sr. Carlos Lacerda ao dar posse ao deputado João Bittencourt no cargo de secretário de Estado: "No momento, o Brasil e em particular o Estado de Guanabara estão sendo atingidos pela guerra subversiva e revolucionária. Não vejo como o Brasil possa conservar no mesmo tempo, liberdade e a lei".

O líder civil



Fonte: CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, n. 21776, p. 1, 01 abr. 1964.

Figura 22 – “Democratas assumem comandos militares”

BELO FERRENDAS

TRIBUNA DA IMPRENSA

ANÚNCIO DO BOM GRANDE

Principais chefes estão nomeados

1 Costa e Silva nomeado para Pasta da Guerra

2 I Exército tem Ururai como comandante

3 General Taurino na Primeira Região Militar

DEMOCRATAS ASSUMEM COMANDOS MILITARES

Pela recuperação do Brasil

ADEMAR PREGA VIGILANCIA

Afirmando que o regime continua exigindo vigilância dos democratas, o Sr. Ademar de Barros disse que "ainda é cedo para comemorar".

Fonte: TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, p. 1, 2 abr. 1964.

Figura 23 – “Democratas dominam tôda a Nação”

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891 - 1921)

Capital e Interior: dias úteis Cr\$ 50,00 domingo Cr\$ 70,00, assinatura Cr\$ 12.000,00. Endereço: R. Major Queluzinho, 28 - Telefone: 38-0011. Publicidade: 23-2002 - End. Telog: ESTADO-

DIETOR: JULIO DE MESQUITA FILHO ANO LXXXV SEXTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1964 NUM. 27.234 DIRETOR REDATOR-CHEFE: MARCELINO BITTER

Democratas dominam tôda a Nação

Presos Osvino e Aragão

Das notícias de Rio e Recife e do serviço local

Entre as várias prisões efetuadas ontem, sobressaem as do marechal Osvino Ferreira Alves, ex-presidente da Prefeitura, e do administrador Cândido Aragão, ex-comandante do Corpo de Polícia Militar do senador Amadori Silveira, ex-ministro do Trabalho; do deputado federal Wilson Faria, ex-ministro da Saúde; do deputado federal Osvaldo Lima Filho, ex-ministro da Agricultura; dos deputados federais Paulo Marinho e Ademar Viana, e do ex-Deputado do Comitê.

A mais agitada das prisões foi a do almirante Cândido Aragão, a qual aconteceu no edifício sede da Prefeitura às 13 horas. O ex-comandante do CPM foi emborçado ontem às 17 e 40 para o Forte de São João. Os marechais Osvino Alves e alguns funcionários da Prefeitura foram presos no prédio da empresa estatal, por um forte contingente da Polícia Militar e de Vigilância. O marechal Osvino Alves



Ignorado o destino do ex-presidente Goulart

De correspondente

PORTO ALEGRE, 2 — Após permanecer oito horas e meia em Porto Alegre, durante as quais viu esgotarem-se, uma a uma, as possibilidades de reverter o movimento democrático contra ele desalojado, o ex-presidente João Goulart decidiu deixar a Capital gaúcha pouco antes do meio-dia de hoje, num avião turbo-hélice da FAB, tornando rumo ignorado.

Além da manhã, o sr. Goulart declarou à imprensa que não havia renunciado. Duas vezes que estivera a passe de sr. Baner Maciel na Presidência como "uma manifestação do Congresso", pois que ele não havia abandonado a secretaria nacional.

O sr. Goulart chegou ao aeroporto local às 8 e 15 da madrugada, acompanhado dos eventuais Amansy Silva, Wilson Faria e Osvaldo Lima Filho. Durante o tempo que permaneceu

antecipadamente, o primeiro a entrar foi o da companhia de bondes, cuja partida foi decretada pelo prefeito Bertram Chaves. Os trens voltaram a correr às 17 horas. Assim, deverá normalizar-se também o trabalho nos portos.

Escala

Antes pela manhã, passou por Porto Alegre o avião que conduziu a srta. Maria Tereza Goulart e seus dois filhos, com destino a São Maria. A família do ex-presidente não deixou de aproveitar, tendo o seu comandante explicado que todos se achavam bastante cansados com a viagem que durou cinco horas desde Brasília. O aparelho seguiu uma rota em zigzag para a fim de evitar ser localizado.

Meneghetti

O sr. Edo Meneghetti, que transferiu seu governo para Paulo Faria, em alusão feita pela renúncia local, disse que uma vez terminada a instabilidade no País, as forças democráticas "vão realizar aquilo que as demagogias não rompem". O governador gaúcho

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 27234, p. 1, 3 abr. 1964.

Figura 24 – “Vitória das forças democráticas”

Tribuna de Itararé

UM JORNAL "A SERVIÇO DO POVO"

ANO XVI Estado de São Paulo ITARARÉ, 5 DE ABRIL DE 1964

Vitória das forças democráticas

Momentos de grande tensão viveu o país, notadamente no dia 1.º de Abril.

Entendendo que o ex-Presidente da República João Goulart, conspirava contra a Constituição, vários Governadores de Estado e grandes parte das Forças Armadas e Parlamentares, se propuseram defender o regime democrático. Com a atitude assumida pelas forças democráticas, bruscamente Goulart deixou o poder, tomando destino ainda ignorado. Assim pela sexta vez assumiu a Presidência da República, o Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara Federal.

Dentro de 30 dias pelo Congresso Nacional será eleito o novo Presidente, que exercerá o mandato até as próximas eleições.

Eleições no Clube Atlético Fronteira

Está marcada para hoje, as eleições do Conselho Deliberativo e Suplentes da tradicional entidade Cafeana. Está havendo grande interesse nesse pleito. Várias chapas foram organizadas.

A Câmara Municipal

Quarta-feira última, sob a presidência do sr. Osvaldo Silva, secretariado pelo sr. Salvador Rufino O. Neto e com a presença de mais os seguintes edis: Adalberto Tavares dos Santos Lima, Rubens Lobo Ribeiro, d. Eunice Tatt, Nagel Gusmão, Neir Carneiro e Manoel Hidalgo, realizou-se a 9.ª sessão ordinária de nossa Câmara Municipal.

Dentre os assuntos tratados ficou certa a representação de nosso Legislativo no Congresso Estadual dos Municípios, a realizar-se em Agudos de Lindóia, devendo ainda apresentar e defender em plenário naquela conclave três teses: sobre regulamentação de cálculo e recolhimento das quotas de excesso da arrecadação, direito a concessão dos serviços de energia elétrica e constituição de um

Nossa cidade conta com sua Banda de

Domingo próximo passaremos a ter uma banda de música, pois o maestro José Melillo Filho, soube selecionar um grupo de músicos locais.

Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 727, p. 1, 5 abr. 1964.

Sugestões aos Professores

A análise da manchete e da primeira página dos jornais nos permite avaliar elementos da linguagem verbal e não-verbal explorados pela imprensa nacional para noticiar a deposição de João Goulart. O(a) professor(a) pode sugerir aos alunos que comparem as frases que foram utilizadas nas manchetes para descrever os setores golpistas das destinadas aos grupos sociais vencidos pelo golpe de Estado. Espera-se com isso que os estudantes identifiquem a posição adotada pelos jornais de rejeitar o governo deposto através de títulos como “Fugiu Goulart” e “Fora!”, ao passo que trataram o golpe de Estado com títulos como “Vitória das forças democráticas”.

A insistência dos jornais pelo uso do conceito de democracia nas manchetes é outra perspectiva que deve ser observada. Pode-se questionar qual tipo de democracia, afinal, a imprensa buscava “ressurgir” quando afirmou que “A democracia estava sendo reestabelecida” no País. Aliás, chama atenção que os jornais se apropriaram deste conceito, tratando como democracia as ações de enfrentamento ao governo deposto.

A desconstrução das manchetes também passa pela análise do texto não-verbal, representado pelas fotografias, publicadas estrategicamente na primeira página. Nota-se que é explorada a manifestação de pessoas nas ruas para conferir legitimidade ao acontecimento. Em um dos jornais há uma fotografia de parte de um tanque de guerra nas ruas, próximo dos manifestantes, o que pode indicar uma tentativa da imprensa de propor unidade entre os setores da sociedade civil e das Forças Armadas. E nas poucas vezes em que os personagens “democratas” são individualizados, predominam homens, geralmente políticos, pertencentes ao sistema.

PROPOSTA 5 – A PROPAGANDA ANTICOMUNISTA NA TRIBUNA DE ITARARÉ

Objetivos:

- Identificar a propaganda anticomunista que circulou no jornal Tribuna de Itararé nas décadas de 1950 e 1960.
- Reconhecer o jornal como espaço de circulação de representações políticas que apoiaram o ideário estadunidense durante a Guerra Fria

ATIVIDADE 1: ANÁLISE DE TEXTOS E REFLEXÃO

O texto 1 explica a atuação da Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA) no período da Guerra Fria. Leia-o com atenção:

TEXTO 1**A Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA)**

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética se utilizaram de uma estratégia em comum para defender seus interesses ideológicos: a propaganda política. Foi nesse contexto que em 1953, no mandato do presidente Dwight Eisenhower, foi criado pelos Estados Unidos um setor responsável por divulgar sua propaganda em veículos de comunicação, como jornais, rádio e a televisão – a USIA (*United States Information Agency*) ou Agência de Informação dos Estados Unidos.

Essa Agência espalhou suas mensagens em diversos países, inclusive no Brasil, distribuídas através dos USIS (*United States Information Services*), ou Serviços de Informação dos Estados Unidos, chefiados por coordenadores locais, responsáveis por disseminar as publicações que chegavam dos Estados Unidos aos brasileiros.

As mensagens eram pagas e circularam em jornais, revistas, programas de rádios e intervalos de filmes nas décadas de 1950 e 1960. Através delas, numa mistura de propaganda política e curiosidades, eram destacados os feitos de esportistas, astronautas, cientistas e militares dos Estados Unidos e o poder bélico do país ao passo que a União Soviética e os demais países sob regime comunista eram representados com estranheza, como nações infelizes e ameaçadoras para o *american way of life*. Para termos ideia da força desse tipo de publicação, entre 1958 e 1962, foram identificadas 20 publicações dos USIS no jornal Tribuna de Itararé.

Agora, no texto 2, você deve ler o comentário que o psicólogo social Serge Moscovici fez sobre o papel da propaganda nas sociedades:

TEXTO 2

Você sabe o que é uma propaganda? Segundo o psicólogo social Serge Moscovici, a propaganda é um modelo de representar, de forma positiva ou negativa, um grupo, um país ou sistema de governo. Leia abaixo um fragmento do autor sobre o assunto:

“A propaganda é algo que está nas instituições; a propaganda não é apenas ‘eu quero mudar as mentes das pessoas’, ela é algo que uma instituição faz continuamente e mudar as mentes das pessoas é parte disso [...]. A propaganda faz muitas coisas na sociedade; a fim de manter e fortificar as representações sociais existentes – e também para criar novas representações sociais [...] Propaganda é uma instituição e nós a experimentamos, por exemplo, na mídia. A mídia faz propaganda todo o tempo”.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 369.

Sugestões aos Professores

Após a leitura dos textos, o(a) professor(a) pode organizar um debate com a sala sobre a presença da propaganda nos meios de comunicação atuais (televisão, jornal, internet), solicitando para que os estudantes respondam as questões:

- 1) Como você define uma propaganda?
- 2) Por que a Agência de Informação dos Estados Unidos foi criada? Qual o contexto por trás de sua fundação?
- 3) De que forma a propaganda dessa Agência foi disseminada em países como o Brasil?
- 4) Em sua opinião, é possível considerarmos esse tipo de propaganda na imprensa como uma propaganda política? Por quê?

ATIVIDADE 2: “VOCÊ SABIA QUE...”: PROPAGANDA E ANTICOMUNISMO

Nesta atividade, passaremos a analisar alguns recortes da propaganda dos USIS no jornal Tribuna de Itararé. Analise atentamente os textos, os desenhos que os acompanham, os temas representados e o ano das publicações:

Figura 25 – Propaganda dos USIS na Tribuna de Itararé (1959)

VOCÊ SABIA QUE...



Quando o submarino atômico NAUTILUS viajou do Atlântico para o Pacífico sob a calota Artica, foi a primeira vez na história que uma nave atingiu o Polo Norte. E nunca tantos homens, 116 (tripulação do Nautilus), se reuniram no Polo ao mesmo tempo.

Para um ser humano na lua o céu pareceria sempre escuro porque não existe atmosfera, como na terra, para difundir a luz solar e fazer o ar parecer azul.

O aviador americano Charles A. Lindbergh recusou-se a levar seu bichano mascote, «Patsy», em sua histórica viagem transatlântica em 1927 porque, disse ele, seria muito perigoso «arriscar a vida do gato».

S A
uma de ma-
comodos p/
residência, lo-
ótimo ponto,
ov., 575. Tra-
rua 13 de

MÓVEIS? COLCHÕES DE MOLAS?
A PRAZO OU A DINHEIRO
MÓVEIS MAURO PINHEIRO

ETAS
e 3, sendo
as equipa-
mil cruzei-
ções: Rua
es n.º 20

**A Propaganda é a
alma do negócio**

Aumente suas vendas,
anunciando através
dêste jornal

Certificado
Declaro, par
de 2.a via qu
certificado da
te Chevrolet, c
motor 3634734,
expedido pela
de Policia de
3/6/1952, per
Arlindo Rodrig
go.

Itararé, 13 de
Arlindo Rodrig

Labora

Uma b

Rua São

Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 484, p. 2, 15 mar. 1959.

Figura 26 - Caricatura de Nikita Khrushchev na Tribuna de Itararé (1958)



Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 438, p. 2, 13 abr. 1958.

Figura 27 - Propaganda dos USIS na Tribuna de Itararé (1960)



Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 539, p. 2, 3 abr. 1960.

Figura 28 - Propaganda dos USIS na Tribuna de Itararé (1961)



Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 606, p. 2, 6 ago. 1961.

Sugestões aos Professores

Escolher recortes de propaganda da Agência de Informação dos Estados Unidos permite que analisemos muitos assuntos na sala de aula. Espera-se que a partir desse material os alunos sejam capazes de identificar como estava o mundo neste período, isto é, passando pela Guerra Fria. A capacidade de relacionar um tipo de propaganda à sua época pode ser facilitada pelo debate sugerido na atividade anterior.

A propaganda está inserida entre o final da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960, período no qual a União Soviética (principal alvo negativo das propagandas) e o comunismo internacional sentiam os efeitos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956. Foi neste Congresso que o secretário do Partido Comunista, Nikita Khrushchev, pronunciou o famoso “relatório secreto”, através do qual denunciou os crimes praticados por seu antecessor, Josef Stalin.

É importante que o(a) professor(a) esclareça essa questão, o que pode ajudar os alunos a identificarem as reais intenções por trás da comparação feita pela Agência entre dois líderes soviéticos. Essa forma de anticomunismo, que parece à primeira vista inofensivo e sem capacidade de mobilização, surge em “curiosidades”, na seção “Você sabia que”, alcançando

desde a organização partidária na União Soviética até a produção agrícola do regime comunista chinês.

Com esses dados, os alunos podem ser desafiados a identificar os temas dos anúncios e os países mencionados, assim como as diferenças atribuídas às realizações de países como os Estados Unidos em oposições à União Soviética e China.

Pensar esse documento histórico construído com intenções que fizeram parte de uma disputa maior, pela hegemonia do mundo, nos ajuda a compreender a extensão da Guerra Fria. Aliás, outra oportunidade é analisar a representação da corrida espacial nas publicações, em um momento em que Estados Unidos e União Soviética davam os primeiros passos em busca de sua supremacia pela exploração espacial. Basta lembrarmos que em 1961 o cosmonauta soviético Yuri Gagarin seria o primeiro homem a viajar para o espaço e em 1967 os Estados Unidos o primeiro país a levar um homem a pisar na lua.

PROPOSTA 6 – A SEÇÃO “CRÔNICA DA SEMANA” E O GOLPE DE 1964

Objetivos:

- Identificar representações políticas em uma coluna do jornal.
- Comparar diferentes explicações sobre um acontecimento, analisando as motivações que levaram um colunista a modificar seu discurso.
- Reconhecer a importância da fonte iconográfica (charge) para a construção do conhecimento histórico.

A “Crônica da Semana” foi uma coluna que circulou no jornal Tribuna de Itararé entre outubro de 1962 e setembro de 1964, sempre na segunda página no semanário, assinada por Nelson Meirelles Chaves, funcionário público da CHEP (Companhia Hidroelétrica do Paranapanema) no município.

Seus artigos, que acompanham a situação política, econômica e social no País, foram marcados por uma opinião polêmica, defesa intransigente de suas ideias e por críticas contra os grupos que o colunista fazia oposição. Não por acaso, em 1964 o colunista publicou vários artigos que representaram sua posição diante da deposição de João Goulart e dos primeiros meses do novo governo.

ATIVIDADE 1: DO “CIVISMO DO BOM” À “REVOLUÇÃO EM CONCORDATA”

Dois textos da “Crônica da Semana”, publicados em um intervalo de 5 meses, entre abril e setembro de 1964, chamam atenção pela mudança de posicionamento de seu autor a respeito dos resultados do golpe de 1964.

Nesta atividade, você deve ler atentamente trechos dos artigos escritos por Nelson: a fonte 1, “Civismo do bom” (12/4/1964) e a fonte 2, “Revolução em concordata” (20/9/1964). Preste atenção nos títulos dos artigos, nos conceitos que o autor se utilizou para definir a tomada do poder, como representou os grupos derrotados e, principalmente, repare em seu discurso sobre os grupos vitoriosos com o golpe, especialmente o primeiro Presidente da ditadura militar, Castelo Branco:

FONTE 1

Civismo do Bom

Uma mescla de prazer e mágoa é o estado da alma em que nos encontramos face aos últimos acontecimentos que empolgam nossa Pátria, que acaba de dar um passo atrás, quando

já se precipitava, de corpo inteiro, no abismo sanguinolento da guerra civil. Esse recuo no último instante foi a satisfação, a imensa alegria que vivemos.

[...] Todos os verdadeiros brasileiros, os valores autênticos, sabem que o Brasil não podia e não pôde continuar suportando a dissolução que aqui se implantou como norma governativa. Não pôde e não deve tolerar essa desbragada corrupção que está a minar, dia e noite, noite e dia, incessantemente sua estrutura, os TRÊS ESTEIOS nos quais repousa todo o sistema governativo, a liberal democracia, que se tornou liberalíssima com os ladrões.

TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abr. 1964.

FONTE 2

Revolução em Concordata

Após cinco meses de revolução, firmamos a convicção de que o movimento de 31 de março, melhor, primeiro de abril, desgastou-se, atrofiou, desligando-se, de todo, seu ideal originário, expurgar a Nação dos corruptos, calabares e parasitas, expungindo os não poucos erros administrativos.

[...] O mal. C. Branco, que tão bem conduziu o movimento no primeiro instante, foi progressivamente envolvido pelas velhas raposas, tornando-se permeável aos influxos de certos elementos, notoriamente corruptos e subversivos [...].

Na campanha do ouro para o bem do Brasil, o Presidente, num gesto em que havia não pequena dose de demagogia – já pela sua repercussão e pelo que custou ao erário – toma em Brasília um avião a jato e vem à capital paulista doar duas peças de ouro de pequeno valor intrínseco, mas de grande valor estimativo, como si dívidas externas pudessem ser pagas com a estimativa dos objetos.

[...] Quando os chefes se acomodam, se confraternizam e trocam banquetes, ninguém mais acredita nessa revolução para consertar, quando a própria já está a exigir consertos... Quando virá a outra, a que consertará de fato? Essa aí evidente, já entrou na fase de concordata, e não é para menos, com tantos aumentos e esbanjamentos. Enquanto se fizer vista gorda aos gravíssimos males do parasitismo e salários altos, isto não endireita, não!

TRIBUNA DE ITARARÉ, 20 set. 1964.

Sugestões aos Professores

Os artigos apresentam mudanças na percepção dos resultados do golpe de Estado pelo principal colunista do jornal. Quando levados para sala de aula, se faz necessário que o(a) professor(a) apresente aos estudantes o perfil de seu autor: colunista do jornal, funcionário

público e crítico contumaz do governo de João Goulart. Apesar disso, sua opinião sobre as Forças Armadas, representadas por Castelo Branco, foi se modificando. O Presidente, de líder de um acontecimento tratado como “imensa alegria que vivemos” passou a ser descrito como “envolvido pelas velhas raposas”.

Pode-se questionar com os alunos o que motivou Nelson a ter mudado de opinião a partir dos títulos de seus artigos e da campanha “Ouro para o bem do Brasil”, lançada pelo governo, que causou a revolta do colunista por ele não concordar em doar objetos pessoais de valor em prol da “revolução”. Sua atitude é uma pista de que nem todos os que apoiaram o golpe em abril permaneceram fiéis ao novo governo pois desejavam uma intervenção pontual, tendo ficado insatisfeitos com a eleição indireta de Castelo. Isso, contudo, não fez dele um defensor dos valores democráticos pois foi um incentivador do golpe.

Além disso, o autor pede, diante de seu desapontamento com o novo regime, que uma nova “revolução” aconteça no País. Argumento que aponta para soluções pouco democráticas encontradas pelo colunista e por parte da elite política para resolver os problemas do País, isto é, a saída supostamente estaria em recorrer a golpes de Estado.

Através da leitura deste trecho podemos reforçar com a sala a importância da defesa da democracia em nossos dias e esclarecer que medidas autoritárias e antidemocráticas não são caminhos para derrubar um governo que não concordamos ou que tem níveis baixos de popularidade. Isso deve ser resolvido nas urnas, através de eleições diretas. No Brasil recente, marcado por ataques às instituições e inclusive pelo flerte do atual Presidente com apoiadores que defendem medidas autoritárias de cerceamento das liberdades, essa é uma discussão que se torna imediata.

ATIVIDADE 2: O golpe e a perseguição aos seus opositores

Logo após o golpe de 1964 iniciou-se no Brasil uma verdadeira caçada aos setores que permaneceram ao lado de João Goulart. Trabalhadores urbanos e rurais, políticos legalistas, comunistas e simpatizantes do partido foram denunciados, perseguidos, aprisionados e vítimas de tortura nos primeiros atos do que os militares chamaram de “operação limpeza”. Esses acontecimentos tomaram grande repercussão e foram tema do artigo “Velha Calamidade”, assinado por Nelson.

A seguir, você deve ler e comparar a documento 1, trecho selecionado do artigo do colunista, com o documento 2, uma charge publicada no jornal Folha de S. Paulo e o texto 3, que apresenta dados da perseguição política nos primeiros dias que se seguiram ao golpe e a decretação do AI-1 (Ato Institucional nº 1), em 9 de abril de 1964.

FONTE 1

Velha Calamidade

Você viu, leitor, aquela charge da F. de S. Paulo? – Duas grades, numa delas um bando de comunistas, cela cheia até o teto, uns por cima dos outros, tendo ao alto a legenda ‘COMUNISTAS’, enquanto na outra ao lado dois senhores bem apessoados, bem nutridos, só dois, e a inscrição ‘CORRUPTOS’.

[...] A propósito, como agora se inicia o expurgo de elementos comunistas de todos os setores, necessariamente muito empregos públicos vagarão [...]. Mas vamos deixar bem claro que de modo algum desaprovamos a medida, mas é preciso, para a moralização, sob todos os aspectos, das finanças do País, que não se permita, como sempre aconteceu, que políticos não imbuídos de autentico civismo se prevaleçam da situação.

TRIBUNA DE ITARARÉ, 21 abr. 1964.

FONTE 2

Figura 29 - Charge de Orlando Mattos (1964)



Fonte: FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, n. 12719, p. 4, 12 abr. 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 20 mar. 2020.

TEXTO 3

A ditadura militar perseguiu seus opositores desde o início?

Sim, desde 1964. Seria um erro considerar que a ditadura militar só se tornou um regime político autoritário com o passar dos anos ou após a decretação de medidas mais duras e restritivas, no caso do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Desde o primeiro mês do golpe, em abril de 1964, milhares de brasileiros foram alvos da instauração de inquéritos policiais militares. Não são poucos os relatos de brasileiros que foram demitidos de seus empregos, presos, torturados e intimidados. Além disso, centenas de mandatos políticos foram cassados. Quando o AI-1 se encerrou, em 11 de junho de 1964, isto é, apenas dois meses após a deposição do Presidente João Goulart, o balanço foi de:

“378 atingidos: três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado; dois senadores; 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas”.

ARNS, D. P. E. Brasil: Nunca Mais. São Paulo: Vozes, 1985, p. 61.

Sugestões aos Professores

Nessa atividade o(a) professor(a) pode analisar com os estudantes a violência que ocorreu nos dois primeiros meses após o golpe por meio da política de perseguição empreendida pelos militares de nome “operação limpeza”. Percebe-se, nas representações da coluna semanal e na charge que inspirou o artigo, que o principal grupo alvo dos militares foram os comunistas, termo que acabou sendo generalizado a quaisquer pessoas que defendessem a legalidade do governo de João Goulart e a necessidade de aprovação de suas reformas.

Esse aspecto é visualizado na charge que representa o encarceramento de muitos comunistas, enquanto os corruptos ocupariam poucos lugares em outra cela. Dessa articulação entre o texto jornalístico e a charge podemos pensar sobre as representações que chegavam ao autor da coluna, afinal, foi a leitura da charge de um jornal de circulação nacional que o inspirou a escrever seu artigo.

Por fim, o texto 3 é uma fonte rica no sentido de esclarecer que desde os primeiros meses de seus vinte e um anos, a ditadura agiu com violência contra aqueles que foram apontados como seus inimigos. Os números apresentados, entre eles os mais de 10.000 funcionários

públicos demitidos e 3 ex-presidentes da República cassados, nos mostram a extensão das arbitrariedades praticadas no início daquele período. Este seria apenas o resultado do primeiro Ato Institucional.

PROPOSTA 7 – A MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO GOLPE DE 1964

Objetivos:

- Identificar casos de violência política ocorridos no Brasil após o golpe civil-militar de 1964.
- Dar voz a personagens perseguidos pela repressão política nos primeiros anos da ditadura militar.
- Reconhecer a sala de aula como um ambiente de valorização da vida e de respeito aos Direitos Humanos.

ATIVIDADE 1: AS VOZES DO GOLPE

Nesta atividade vamos analisar 3 documentos históricos que representam diferentes experiências de seus autores diante das primeiras ações dos militares após o golpe, sendo dois artigos publicados no jornal Tribuna de Itararé e um trecho de um livro de memórias de um sobrevivente da repressão.

O documento 1 é um trecho do artigo “Revolução sem sangue”, assinado por Eunice Tatit, vereadora pela UDN em Itararé e favorável a deposição de João Goulart. O documento 2 é um trecho do livro “Memórias”, escrito por Gregório Bezerra, militante do Partido Comunista, que em 1º de abril de 1964 foi preso e torturado na cidade de Recife. Já o documento 3 é um artigo publicado no ano de 1994 pelo colunista Adolfo Pimentel, que na década de 1960 foi estudante da USP e presenciou atos de violência praticados por agentes da repressão.

Leia com atenção os documentos procurando identificar quem são seus autores e como se posicionaram e foram atingidos pela violência política imediata ao golpe de Estado.

FONTE 1

Revolução sem sangue

Superada, porém, a parte mais fácil da crise, a que óra se processa é a mais difícil, porque encontra barreiras no sentimentalismo tão humano do povo brasileiro. A operação limpêsa faz-se necessária, para a garantia da vitória. Temos de convir a grande necessidade de extirpar o mal pela raiz. Como um cancro, o comunismo se espalha pelo organismo nacional. Terá que ser convenientemente neutralizado, e os que, movidos de natural bondade, extranham que tais medidas sejam tomadas dentro de nosso regime, tranquilizem-se, pois excessos jamais serão cometidos. O que está acontecendo, alguma prisão ou algum ato que possa ser qualificado de

violência, não passa de ‘carinho’, quando comparado aos horrores praticados na Hungria e em outros países onde venceram os comunistas. E todos nós estávamos expostos a tais horrores.

TRIBUNA DE ITARARÉ, 12 abr. 1964.

FONTE 2

Relato do militante comunista Gregório Bezerra, preso em 1º de abril de 1964.

“Ao chegar a essa unidade do Exército, ainda no pátio do quartel, estava à minha espera o comandante, coronel Villocq. Recebeu-me a golpes de cano de ferro na cabeça, tendo eu por isso desmaiado. [...] Quando eu já estava todo machucado na cabeça e no baixo-ventre, os dentes todos arrebatados e a roupa encharcada de sangue, despiram-me, deixando-me com um calção esporte. Deixaram-me de barriga. Villocq pisou na minha nuca e mandou seu grupo de bandidos sapatearem sobre meu corpo. A seguir, puseram-me numa cadeira e três sargentos seguraram-me por trás, enquanto Villocq, com um alicate, ia arrancando meus cabelos. Logo depois, puseram-me de pé e obrigaram-me a pisar numa poça de ácido de bateria. Em poucos segundos, estava com a sola dos pés em carne viva. Toda a pele tinha sido destruída. [...] Laçaram-me o pescoço com três cordas e obrigaram-me a passear sobre pedregulhos britados para, segundo Villocq, ‘aliviar a dor dos pés’. E assim fui arrastado pelas principais ruas do bairro da Casa Forte. Um sargento me apertava cada vez mais a garganta e eu procurava contrair os músculos do pescoço, pois, apesar dos sofrimentos, eu queria viver. Foi um desfile doloroso”.

BEZERRA, Gregório. Memórias. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 533-4 apud FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 275.

FONTE 3

Figura 30 – Trinta anos do golpe de 1964 (1994)

O golpe de 1964

A lembrança do golpe militar desencadeado contra a ordem constitucional, a pretexto de salvaguardar os nossos valores cristãos contra ideologias externas, coincidiu com o noticiário, pela TV e pelos jornais, do acidente com um aluno da USP que despencou pelo buraco do elevador de um dos prédios do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo — CRUSP.

Os dois fatos — o golpe e o acidente — que aparentemente nada tem em comum, me fizeram recordar os quatro anos que morei no 5.º andar do bloco C no CRUSP, de 1964 a 1968.

Vi as imagens dos prédios pela televisão. Estão bastante deteriorados. Em 1964 estavam ocupados 6 blocos e sua população era constituída por alunos do interior e estrangeiros (sul americanos, na maioria) que estudavam nos diferentes intitutos do campus da USP.

Os blocos haviam sido construídos no início da década de 60 para os Jogos Pan-americanos e, após sua realização, ficaram desocupados até a sua tomada pelos alunos depois de muitas negociações sem resultados.

Durante os anos de 64 até 66 a vida no CRUSP foi muito

tranquila, parecendo uma cidade do interior bastante ativa. Havia sessões de cinema com os inevitáveis debates após a projeção, havia exposições de arte, havia cursos de línguas, etc. A partir de 67 a coisa começou a ficar feia. Entre as autoridades policiais o CRUSP era tido como um ninho de comunistas. Se tornaram comuns as blitz noturnas da Polícia Militar. Lá pelas 4 da manhã de um dia qualquer, os vigias postados sobre os prédios davam o alarme que a PM vinha vindo. Mais apavoravam do que outra coisa. Mas, houve uma vez que invadiram os prédios. O bloco em que eu morava teve os apartamentos do 6.º andar, onde os alunos se refugiaram, inteiramente destruídos e muitos foram presos. Só escapei porque fui me esconder no meu próprio apartamento, um

andar abaixo, junto com meu companheiro de quarto, um nissei de Marília que fazia Física, a frieza em pessoa. Enquanto a destruição acontecia acima de nossas cabeças, com muita gritaria, o Hideaki arrumava as camas assobiando.

A imagem que tenho até hoje na cabeça é a do momento em que estávamos diante da porta do elevador e ele não vinha, enquanto um sargento destruía com um pontapé os vidros do saguão de entrada e, como se fosse em câmara lenta, sacava o revólver do coudre, apontava e atirava em nossa direção. O tiro acertou na porta do elevador, um palmo acima da cabeça de minha mulher, na época namorada.

Tudo isso em nome da democracia e para a salvaguarda de nossos valores morais e cristãos. Amém.

Adolfo Pimentel

Indo a Curitiba seja especialmente servido no

RESTAURANTE VILA DOS PINHAIS

Do itarareense Plínio Marcos Rodrigues Rolim

Pratos variados - Pintado na brasa - Churrasco - etc.

Av. Manoel Ribas, 5198 — Santa Felicidade — Tel. 272-3030
Curitiba — PR

Fonte: TRIBUNA DE ITARARÉ, Itararé, n. 2168, p. 4, 13 abr. 1994.

Sugestões aos Professores

Nesta atividade estamos diante de três documentos que representam diferentes experiências de sujeitos históricos. Recomenda-se que o(a) professor(a) leia os textos mais de uma vez com os estudantes e que apresente o perfil de seus autores frente ao acontecimento:

uma representante da UDN, partido que apoiou o golpe; um militante comunista barbaramente torturado pelos militares; e um estudante universitário.

No documento 1 encontramos as alegações utilizadas por uma vereadora, representante da elite política, ao explicar que a repressão contra os opositores do regime era apenas parte da “operação limpeza”. A autora inclusive reconhece e minimiza os casos de violência ao tratá-los como “carinho”. O problema, segundo ela, não estaria nos atos de violência, mas na bondade da população, no “sentimentalismo tão humano do povo brasileiro”, que impediria que tais medidas fossem praticadas.

Como oposição a esse discurso, temos no documento 2 o relato cruel de um homem idoso que teve sua dignidade como ser humano arrancada pelos órgãos da repressão. É um depoimento forte mas necessário para contrapor a ideias ainda presentes em nossa sociedade de que em 1964 não ocorreu golpe de Estado, ou que, se ocorreu, teria sido uma ação rápida e sem vítimas. Gregório Bezerra foi arrastado pelas ruas de Recife em 1º de abril de 1964.

Outra memória que se opõe à naturalização da violência do golpe de 1964 é o relato de Adolfo Pimentel, então um jovem estudante universitário em abril de 1964. No artigo que narra sua experiência de vida como estudante residente na Universidade de São Paulo temos pistas de como a truculência dos agentes policiais agia contra a comunidade universitária. Esse artigo também é especial – e isso pode ser apresentado aos alunos – pois foi a primeira vez, passados dez anos do final da ditadura, que circulou no jornal Tribuna de Itararé um artigo crítico a esse período da história.

Apesar de se constituírem como relatos diferentes, os três documentos têm algo em comum: apresentam como a paranoia anticomunista foi utilizada como justificativa para ações violentas após o golpe no Brasil. Esse é um aspecto bastante atual, que pode ser discutido em sala, pois, passados mais de cinquenta anos do golpe, o comunismo continua sendo apontado por setores da extrema-direita brasileira como razão de nossos problemas, sem, contudo, que essa ideologia tenha sequer estado próxima de chegar ao poder no Brasil.

De toda a forma, a principal contribuição da atividade está em afirmar os princípios do respeito aos Direitos Humanos como condição para o exercício da democracia. Conhecendo relatos dos que tiveram desrespeitados esses princípios e sofreram a violência, as privações e o medo de uma ditadura, tentamos acertar as contas com nosso passado e levar para a sala de aula as vozes dos silenciados e nosso irrestrito compromisso com o Estado democrático.

PROPOSTA 8 – A PRIMEIRA PÁGINA DE UM JORNAL

Objetivos:

- Criar a primeira página de um jornal escolar que represente o golpe civil-militar de 1964.

Produzindo conhecimento

Com esta última proposta de ensino chegamos ao final de nosso caderno temático. Professor(a), a ideia desta atividade é permitir que os estudantes confeccionem, com base nas atividades anteriores, em suas reflexões e questionamentos, a primeira página de um jornal, no qual se destaque a manchete, acompanhada de uma pequena nota que explique como foram os momentos decisivos do golpe civil-militar de 1964.

Para isso, além da criatividade e dos conhecimentos mobilizados pelos estudantes até essa etapa, é importante que você auxilie a turma a “entrar no clima” da época. Nossa sugestão é que os estudantes imaginem que estão em 1964 e são jornalistas em uma importante cidade brasileira, como São Paulo ou Rio de Janeiro, sendo escalados pelo jornal em que trabalham para cobrir este acontecimento de impacto na sociedade, responsáveis pela confecção de toda a primeira página da edição que iria às bancas no dia 2 de abril de 1964.

Mas, atenção! É importante que nesta atividade seus alunos:

- Criem um nome para o jornal, que deve ser confeccionado, preferencialmente, em folha sulfite ou cartolina;
- Sigam suas orientações a respeito da quantidade de componentes de cada grupo (sugerimos até 4 membros) e dos prazos para realização e entrega dos trabalhos;
- Conheçam e estejam familiarizados com a linguagem dos textos jornalísticos. Se essa ainda for uma dificuldade, você pode levar para a sala de aula exemplares de diferentes jornais, para que seus alunos possam consultar e observar como estão dispostas as informações na primeira página;
- Tenham atenção para utilizar de forma apropriada os conceitos históricos estudados até aqui sobre o tema;

- Utilizem elementos gráficos que estão presentes na primeira página dos jornais, como o título principal, título secundário, ilustrações, uso de cores, entre outros.

Abaixo segue um modelo de primeira página do jornal que pode, ao seu critério, ser indicado aos alunos:

CABEÇALHO Título do jornal, data e local de circulação, alunos responsáveis pelo jornal, preço do exemplar etc.	
MANCHETE Título da manchete sobre o golpe de Estado de 1964.	
CHAMADA Um breve resumo do assunto principal tratado nessa edição do jornal, indicado na manchete, e que será explorado com maior profundidade nas páginas internas do jornal.	
FOTO OU ILUSTRAÇÃO Representação visual que ilustre o texto apresentado na manchete e em sua chamada.	OUTRAS NOTÍCIAS Chamada para outras matérias publicadas na edição e que estão relacionadas ao tema destacado na manchete.

Sugestões aos Professores

Professor(a), recomendamos que essa atividade somente seja realizada após você ter finalizado suas aulas sobre o golpe e a ditadura militar (1964 – 1985) no Brasil, de maneira que os estudantes já tenham tido contato com o conteúdo e dominem conceitos históricos e as especificidades que marcam este período da história, especialmente a relação de muitos jornais com a ditadura, que passou do apoio inicial para a oposição, depois que a censura foi imposta pelos militares. Isso quer dizer que é importante que essa não seja a primeira vez que os estudantes tenham contato com o tema, visto que pensamos esta atividade como um fechamento do projeto com jornais em sala de aula.

Sendo uma atividade prática, que prioriza que os estudantes coloquem a mão na massa e indica diferentes habilidades (criar títulos para as notícias, redigir o resumo da chamada principal e fazer ilustrações), pode-se pensar em uma atividade interdisciplinar, com a participação de outros professores da sala, como Língua Portuguesa e Arte.

Além disso, essa metodologia favorece o trabalho em equipe, de forma que estudantes com diferentes habilidades – escrever, desenhar e se comunicar – integrem seus esforços na construção de um projeto comum, o que em certo sentido já transmite a ideia de como é produzido um grande jornal nas movimentadas salas de redação: é um trabalho coletivo, em que pessoas com habilidades específicas congregam seus talentos para fazer circular um jornal.

Espera-se que os estudantes construam um texto autoral, fazendo uso dos livros de História, livros didáticos e sites confiáveis da internet, a partir da medição dos professores, como fontes de informações complementares. Esse é o momento que devemos dar condições para que a pesquisa, a autonomia e a opinião crítica dos estudantes sejam postas em prática em defesa da liberdade de expressão e recusa às soluções antidemocráticas, tornando o jornal escolar um representante da legalidade e dos princípios da democracia, condições fundamentais para nossa sociedade.

PARA SABER MAIS

Hemeroteca Digital

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

Acervo de jornais e revistas armazenados na Biblioteca Nacional e disponíveis para consulta. Na barra de busca é possível filtrar a pesquisa por título do periódico, período e local de publicação, o que facilita a busca de publicações em circulação durante a ditadura militar.

O Dia que durou 21 anos. Camilo Tavares. Brasil, 2013.

<https://www.youtube.com/watch?v=uTk8T2fYSIk>

O documentário aborda os momentos decisivos do golpe civil-militar de 1964, investigando a participação dos Estados Unidos, representado no Brasil pelo embaixador Lincoln Gordon, que atuou na desestabilização do governo de João Goulart e no reconhecimento do governo golpista.

Chumbo Quente. Tv Brasil, 2014.

<https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/chumbo-quente-i>

Apresentado por Alberto Dines, jornalista com passagem pelo Jornal do Brasil durante a ditadura militar, essa série de 3 capítulos investiga a relação da imprensa com a ditadura, analisando a posição dos principais jornais brasileiros desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, passando pelo golpe de 1964, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), a censura imposta nas redações e o processo de redemocratização que levou o fim do regime militar em 1985.

O golpe de 1964: momentos decisivos. Carlos Fico, Editora FGV, 2014.

Será que a sociedade brasileira conseguiu se livrar de soluções autoritárias para resolver seus problemas? O livro do historiador Carlos Fico, lançado no marco dos cinquenta anos do golpe, é um convite para conhecermos os momentos decisivos do golpe de 1964. Numa escrita envolvente, o autor investiga os antecedentes, o apoio de diferentes setores sociais e a transição do golpe à ditadura militar, desvelando vários aspectos da mobilização golpista, de dentro e fora do País, como o envolvimento dos Estados Unidos na “Operação Brother Sam”.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. M.; SILVA, A. C. de M.; ALVES, R. C. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. (Coleção ideias em ação / coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho).
- ARNS, D. P. E. **Brasil: Nunca Mais**. São Paulo: Vozes 1985.
- BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CERRI, L. F. Jornais e revistas no aprendizado da História. *In*: AMARO, H. S.; RODRIGUES, I. C. (org.). **História: Metodologia do Ensino**. 1. ed. Maringá, PR: Editora da UEM, v. 1, p. 27-38, 2005.
- CERRI, L. F. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- FERREIRA, J.; GOMES, A. M. de C. **1964** [recurso eletrônico]: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2013.